

**PROSPECTO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE COTAS SENIORES DO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LAVORO V**

CNPJ/MF nº 26.966.071/0001-37

Classificação ANBIMA: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

Tipo ANBIMA: FIDC Fomento Mercantil

Atributo Foco de Atuação: FIDC Fomento Mercantil

Classificação de Risco das Cotas Seniores – Austing Rating Serviços Financeiros Ltda.: “**brA+(sf)**”

Código ISIN para as Cotas Seniores: BRLVVRCTF001

Registro do Fundo na CVM: 0217052, concedido em 21 de junho de 2017

Registro da distribuição das Cotas Seniores na CVM: CVM/SER/RFD/2017/[•], concedido em [•]

O Fundo, constituído sob a forma de condomínio aberto, por meio da “Deliberação de Constituição do Fundo” realizada em 09 de janeiro de 2017, regido pela Resolução CMN nº 2.907, de 29.11.2001, pela Instrução CVM nº 356/01, de 17.12.2001, conforme alterada, e por seu Regulamento registrado em 9 de janeiro de 2017 sob o nº 219.805, perante o 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da comarca da Capital do Estado de São Paulo, é administrado pela Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira corretora de valores mobiliários com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Av. Paulista, 1842, 1º andar, Bela Vista, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.317.692/0001-94, devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) para a prestação dos serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 6.547, de 18 de outubro de 2001, realizará a oferta de até 30.000 (trinta mil) cotas de classe sênior, em série única, de emissão do Fundo (“Cotas Seniores”), com valor unitário de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais), na data da primeira integralização de Cotas Seniores, perfazendo, na data da primeira integralização de Cotas Seniores, o montante de até

**R\$ 30.000.000,00**  
**(trinta milhões de reais)**

As Cotas Seniores serão depositadas para distribuição no mercado primário por meio do SF – Módulo de Fundos, administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3. A oferta pública de distribuição das Cotas Seniores não está sujeita à aprovação prévia, nos termos do disposto em seu Regulamento.

O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade do fundo, bem como sobre as cotas a serem distribuídas. O fundo é destinado a investidores qualificados, autorizados nos termos da regulamentação em vigor a investir em fundos de investimento em direitos creditórios. O investimento nas cotas do fundo não é adequado a investidores que: (i) necessitem de liquidez em prazo inferior ao prazo estabelecido neste prospecto e no regulamento para pagamento do valor de resgate, e (ii) não estejam dispostos a correr risco de crédito de empresas do setor privado.

O investimento no Fundo sujeita o investidor a riscos, que deverá ler na seção “Fatores de Risco”, conforme descrito nas páginas 53 a 61 do presente prospecto (“Prospecto”). O investimento no fundo de que trata este prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que a gestora da carteira mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o fundo e para o investidor. O Fundo não conta com garantia da sua Administradora, do Custodiante, do Banco Finaxis, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Este Prospecto está disponível nas páginas da rede mundial de computadores da Administradora. Antes de investir no Fundo leia com atenção os outros avisos na página 01 deste Prospecto.

A data deste Prospecto é 21 de julho de 2017.

**Custodiante**



**Estruturadora e Gestora**



**Administradora e Distribuidor**



**Auditoria**



**Assessor Jurídico**



## **Avisos**

ESTE PROSPECTO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA OS FUNDOS DE INVESTIMENTO, BEM COMO DAS NORMAS EMANADAS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO E/OU VENDA DAS COTAS DESTE FUNDO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS OU DA ANBIMA, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DE SUA ADMINISTRADORA OU DAS DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS.

ESTE FUNDO UTILIZA ESTRATÉGIAS QUE PODEM RESULTAR EM SIGNIFICATIVAS PERDAS PATRIMONIAIS PARA SEUS COTISTAS.

A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DO FUNDO E VENDA DAS COTAS NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM E DA ANBIMA, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DA ADMINISTRADORA E DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS DO FUNDO.

O REGISTRO DO FUNDO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, BEM COMO SOBRE OS DIREITOS CREDITÓRIOS A SEREM DISTRIBUÍDOS.

OS VALORES MOBILIÁRIOS OBJETO DA PRESENTE OFERTA NÃO SERÃO NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES OU EM SISTEMA DE MERCADO DE BALCÃO, NÃO PODENDO SER ASSEGURADA A DISPONIBILIDADE DE INFORMAÇÕES SOBRE OS PREÇOS PRATICADOS OU SOBRE OS NEGÓCIOS REALIZADOS.

NÃO HÁ COMPROMISSO OU GARANTIA POR PARTE DA ADMINISTRADORA E DA GESTORA DE QUE O OBJETIVO DO FUNDO SERÁ ATINGIDO.

AS COTAS SENIORES POSSUEM CARÊNCIA PARA RESGATE DE 1.460 (MIL QUATROCENTOS E SESSENTA) DIAS CORRIDOS E PRAZO PARA PAGAMENTO DO RESGATE DE 60 (SESSENTA) DIAS CORRIDOS.

ESTE FUNDO NÃO CONTA COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR, DO GESTOR, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS – FGC; A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA;

AS COTAS DO FUNDO NÃO SERÃO OBJETO DE CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA, SALVO POR DECISÃO JUDICIAL, EXECUÇÃO DE GARANTIA OU SUCESSÃO UNIVERSAL.

AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESSE PROSPECTO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO, MAS NÃO O SUBSTITUEM. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTE PROSPECTO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO E À POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DO PROSPECTO E DO REGULAMENTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO.

ESTE FUNDO APRESENTA RISCO DE LIQUIDEZ ASSOCIADO ÀS CARACTERÍSTICAS DO SEU ATIVO E ÀS REGRAS ESTABELECIDAS PARA A SOLICITAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE RESGATES.

ESTE FUNDO PODE INVESTIR EM CARTEIRA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DIVERSIFICADA, COM NATUREZA E CARACTERÍSTICAS DISTINTAS. DESSA FORMA, O DESEMPENHO DA CARTEIRA PODE APRESENTAR COMPORTAMENTO DISTINTO AO LONGO DA EXISTÊNCIA DO FUNDO.

O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO APLICÁVEL AO INVESTIDOR DESTE FUNDO DEPENDE DO PERÍODO DE APLICAÇÃO DO INVESTIDOR, BEM COMO DA MANUTENÇÃO DE UMA CARTEIRA DE ATIVOS COM PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS. ALTERAÇÕES NESTAS CARACTERÍSTICAS PODEM LEVAR A UM AUMENTO DO IMPOSTO DE RENDA INCIDENTE SOBRE A RENTABILIDADE AUFERIDA PELO INVESTIDOR.

## ÍNDICE

<b>AVISOS .....</b>	<b>1</b>
<b>ÍNDICE .....</b>	<b>3</b>
<b>DEFINIÇÕES.....</b>	<b>7</b>
<b>CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO FUNDO .....</b>	<b>18</b>
<b>CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DAS COTAS DO FUNDO.....</b>	<b>20</b>
CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DAS COTAS.....	20
CARACTERÍSTICA DA DISTRIBUIÇÃO .....	21
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA E PÚBLICO-ALVO.....	21
QUANTIDADE, ESPÉCIE E VALOR DAS COTAS.....	22
DISTRIBUIÇÃO PARCIAL .....	22
PROCEDIMENTO DA DISTRIBUIÇÃO .....	22
REGIME DE COLOCAÇÃO .....	23
DIREITOS, VANTAGENS E RESTRIÇÕES DAS COTAS.....	23
REGISTRO DA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DAS COTAS.....	23
CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS COTAS .....	23
INTEGRALIZAÇÃO DE COTAS .....	24
CRONOGRAMA DA OFERTA .....	25
CUSTOS DE DISTRIBUIÇÃO.....	26
ALTERAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS, REVOGAÇÃO E MODIFICAÇÃO DA OFERTA .....	27
SUSPENSÃO E CANCELAMENTO DA OFERTA.....	27
NEGOCIAÇÃO DE COTAS .....	28
OUTRAS INFORMAÇÕES.....	28
<b>IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES SOBRE OS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO .....</b>	<b>30</b>
ADMINISTRADORA .....	31
CUSTODIANTE .....	35
GESTORA .....	37
AGENTE DE COBRANÇA .....	42
AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO.....	42
AUDITORIA INDEPENDENTE .....	43
CONFLITO DE INTERESSE .....	43
RELACIONAMENTO ENTRE OS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO .....	43
RELACIONAMENTO ENTRE A ADMINISTRADORA E A GESTORA/AGENTE DE COBRANÇA.....	43
RELACIONAMENTO ENTRE A ADMINISTRADORA/DISTRIBUIDOR E O CUSTODIANTE .....	44
RELACIONAMENTO ENTRE A ADMINISTRADORA E O AUDITOR INDEPENDENTE .....	44
RELACIONAMENTO ENTRE A ADMINISTRADORA E A AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO.....	45
ATENDIMENTO AOS COTISTAS .....	45
REMUNERAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS E OUTROS ENCARGOS .....	45
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO .....	45
TAXAS DE CUSTÓDIA E CONTROLADORIA .....	45
TAXA DE PERFORMANCE.....	47

REMUNERAÇÃO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO .....	48
REMUNERAÇÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE .....	48
TAXA DE INGRESSO E TAXA DE SAÍDA .....	48
OUTROS ENCARGOS DO FUNDO.....	48
SUBSTITUIÇÃO OU RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA .....	49
SUBSTITUIÇÃO OU RENÚNCIA DOS OUTROS PRESTADORES DO FUNDO.....	51
SUBSTITUIÇÃO DA GESTORA.....	51
SUBSTITUIÇÃO DO AGENTE DE COBRANÇA .....	51
SUBSTITUIÇÃO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO .....	51
SUBSTITUIÇÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE.....	52
<b>GERENCIAMENTO DE RISCOS.....</b>	<b>53</b>
<b>FATORES DE RISCO.....</b>	<b>54</b>
RISCOS DE MERCADO .....	54
RISCOS DE CRÉDITO.....	55
RISCOS DE LIQUIDEZ .....	57
RISCOS OPERACIONAIS.....	58
OUTROS RISCOS .....	58
<b>SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS DO FUNDO .....</b>	<b>64</b>
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DA CARTEIRA DO FUNDO .....	64
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CUSTÓDIA.....	65
CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS COM COBRIGAÇÃO E OUTRAS AVENÇAS OU CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS SEM COBRIGAÇÃO E OUTRAS AVENÇAS .....	67
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS .....	68
<b>CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO .....</b>	<b>69</b>
BASE LEGAL .....	69
PÚBLICO ALVO .....	69
DATA DE CONSTITUIÇÃO E AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DO FUNDO .....	69
PRAZO DE DURAÇÃO .....	69
FORO .....	70
PRESTADORES DE SERVIÇOS .....	70
OBJETIVO DO FUNDO.....	70
CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DAS COTAS .....	70
CLASSES .....	71
CARACTERÍSTICAS DAS COTAS .....	68
SUBORDINAÇÃO.....	69
SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO.....	70
CLASSIFICAÇÃO DE RISCO.....	75
NEGOCIAÇÃO DAS COTAS .....	72
RESGATE DE COTAS .....	72
RESERVA DE CAIXA .....	74
ÍNDICE DE LIQUIDEZ.....	74
RENTABILIDADE ALVO .....	78

COMUNICAÇÕES .....	78
DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES.....	78
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	79
<b>POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA.....</b>	<b>80</b>
PREMISSAS DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA .....	80
OPERAÇÕES COM DIREITOS CREDITÓRIOS.....	80
RECURSOS LIVRES.....	80
<b>POLÍTICA DE ANÁLISE DOS CEDENTES E DAS OPERAÇÕES DE CESSÃO .....</b>	<b>83</b>
PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.....	83
POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO .....	84
PROCEDIMENTO DE CONFIRMAÇÃO JUNTO AOS SACADOS.....	87
METODOLOGIA PARA VERIFICAÇÃO DO LASTRO POR AMOSTRAGEM .....	87
DIRETRIZES RELATIVAS AOS PROCESSOS DE ORIGINAÇÃO E ÀS POLÍTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO PELOS CEDENTES AOS SACADOS .....	88
<b>POLÍTICA DE COBRANÇA.....</b>	<b>90</b>
<b>LIMITES DE CONCENTRAÇÃO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE .....</b>	<b>93</b>
LIMITES DE CONCENTRAÇÃO .....	93
CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE .....	94
<b>ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS.....</b>	<b>96</b>
COMPETÊNCIA .....	96
CONVOCAÇÃO .....	96
INSTALAÇÃO E DELIBERAÇÃO.....	97
<b>EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO .....</b>	<b>99</b>
EVENTOS DE AVALIAÇÃO .....	99
EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO .....	100
<b>ORDEM DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS .....</b>	<b>105</b>
<b>CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E DOS ATIVOS FINANCEIROS INTEGRANTES DA CARTEIRA .....</b>	<b>106</b>
<b>POLÍTICA DE EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO EM ASSEMBLEIAS .....</b>	<b>108</b>
<b>REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO.....</b>	<b>109</b>
TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AO FUNDO .....	109
TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AOS COTISTAS.....	109
<b>INFORMAÇÕES ADICIONAIS .....</b>	<b>112</b>

**ANEXOS**

<b>Anexo</b>	<b>Documento</b>	<b>Página</b>
I	Regulamento do Fundo	117
II	Declaração nos Termos do Art. 56 da Instrução CVM N º 400/03	191
III	Relatório da Agência Classificadora de Risco	193

## DEFINIÇÕES

Para fins deste Prospecto, os termos indicados abaixo terão os significados a eles a seguir atribuídos, salvo referência diversa neste Prospecto:

<b>Administradora</b>	significa a Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista nº 1.842, 1º andar, Bela Vista, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.317.692/0001-94, ou quem vier a sucedê-la;
<b>Agência Classificadora de Risco</b>	significa a Austing Rating Serviços Financeiros Ltda., sociedade limitada com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Junior, 110, cj. 73, Itaim Bibi, Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04542-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.803.488/0001-09, ou qualquer outra agência de classificação de risco que vier a ser contratada para a classificação de risco das Cotas Seniores do Fundo, de acordo com aprovação em Assembleia Geral de Cotistas do Fundo;
<b>Agente de Cobrança</b>	significa a Lavoro Asset Management S.A., sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 21, 203, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.582.790/0001-02;
<b>ANBIMA</b>	significa a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais;
<b>Assembleia Geral de Cotistas</b>	significa a assembleia geral de Cotistas do Fundo
<b>Ativos Financeiros</b>	significa os ativos financeiros, direitos e/ou investimentos distintos dos Direitos Creditórios, nos quais os Recursos Livres do Fundo podem ser investidos, conforme as regras estabelecidas no Regulamento e neste Prospecto;
<b>Auditor Independente</b>	significa a Baker Tilly Brasil - PR Auditores Independentes S.S., com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Av. Paraná, nº 202, Conjunto 902, Cabral, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.454.120/0001-36;
<b>B3</b>	significa a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão;



<b>BACEN</b>	significa o Banco Central do Brasil;
<b>Carteira</b>	significa a carteira de investimentos do Fundo;
<b>Cedentes</b>	significam as pessoas jurídicas atuantes nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, e/ou de prestação de serviços, devidamente cadastradas junto à Gestora que cederão Direitos Creditórios ao Fundo, nos termos dos respectivos Contratos de Cessão, observados os Critérios de Elegibilidade conforme estabelecidos neste Prospecto e no Regulamento;
<b>CMN</b>	significa o Conselho Monetário Nacional;
<b>CNPJ/MF</b>	significa o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda;
<b>Código Civil</b>	significa a Lei nº 10.406, de 10.1.2002, conforme alterada;
<b>Comitê de Crédito</b>	significa o comitê de crédito da Gestora no qual são apresentadas as propostas de limites operacionais para aprovação de novos Cedentes aptos a realizar operações de Cessão ao Fundo;
<b>Comunicação de Preferência de Resgate</b>	significa a comunicação a ser realizada pela Administradora aos Cotistas Seniores, nos termos do Artigo 18-A da Instrução CVM 356, informando que foi realizada solicitação de resgate de Cotas Subordinadas, a qual deverá indicar, ao menos: (a) o valor e a data programada para a realização do resgate das Cotas Subordinadas; e (b) os prazos e condições para que os Cotistas Seniores exerçam a Preferência de Resgate;
<b>Contrato de Cessão</b>	significa o Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças com Coobrigação ou o Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças sem Coobrigação, celebrados, conforme o caso, entre o Fundo e os Cedentes;
<b>Contrato de Cobrança</b>	significa Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança de Direitos Creditórios Inadimplidos e Outras Avenças, o qual estabelece as

obrigações do Agente de Cobrança em relação à prestação dos serviços de cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, além de estabelecer outras obrigações;

**Contrato de Distribuição**

significa o contrato de coordenação e distribuição de cotas do Fundo, celebrado entre o Fundo, representado pela Administradora e o Distribuidor, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários contratada para coordenar e distribuir as Cotas do Fundo;

**Contrato de Gestão**

significa o contrato de Gestão da Carteira do Fundo, celebrado entre o Fundo e a Gestora, o qual estabelece, dentre outras matérias, as obrigações da Gestora na gestão da Carteira do Fundo;

**Contrato de Custódia e Controladoria**

significa o Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios celebrado entre o Custodiante e o Fundo, representado pela Administradora, o qual estabelece, dentre outras matérias, os termos e condições aplicáveis à prestação dos serviços de custódia qualificada e controladoria do Fundo;

**COSIF**

significa o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, editado pelo BACEN;

**Cotas**

significa as cotas de emissão do Fundo, as quais correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, incluindo as Cotas de classe sênior e as Cotas de classe subordinada;

**Cotas do Lote Adicional**

significa lote adicional de até 6.000 (seis mil) Cotas Seniores, equivalentes a até 20% (vinte por cento) das Cotas Seniores inicialmente ofertadas, que poderá ser emitido a critério da Administradora, nas mesmas condições e preços das Cotas Seniores inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 14, § 2º da Instrução CVM nº 400/03;

**Cotas Seniores**

significa as Cotas que não se subordinam às demais para efeito de resgate e distribuição dos resultados da Carteira do Fundo;

**Cotas Subordinadas**

significa as Cotas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de resgate e distribuição de resultados;

<b>Cotistas</b>	significa os investidores que venham a adquirir Cotas de emissão do Fundo, ou seja, os titulares das Cotas, sem distinção, tanto de Cotas Seniores quanto de Cotas Subordinadas;
<b>Cotistas Dissidentes</b>	significa os Cotistas Sêniores que discordarem da decisão da Assembleia Geral que deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, conforme regras estabelecidas neste Prospecto e no Regulamento do Fundo;
<b>Cotistas Sêniores</b>	significa os investidores que venham a adquirir Cotas Sêniores de emissão do Fundo, ou seja, os titulares das Cotas Sêniores;
<b>Cotistas Subordinados</b>	significa os investidores que venham a adquirir Cotas Subordinadas de emissão do Fundo, ou seja, os titulares das Cotas Subordinadas;
<b>Crítérios de Elegibilidade</b>	significa os critérios de elegibilidade dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, conforme estabelecido neste Prospecto e no Regulamento, os quais serão verificados pelo Custodiante;
<b>Custodiante</b>	significa o Banco Finaxis S.A., conforme acima qualificada, responsável pela prestação dos serviços de custódia qualificada;
<b>CVM</b>	significa a Comissão de Valores Mobiliários;
<b>Data de Emissão</b>	significa a data na qual os recursos, em moeda corrente nacional e/ou pela cessão de Direitos Creditórios, decorrentes da integralização das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas, conforme aplicável, são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, que deverá ser, necessariamente em Dia Útil;
<b>Data de Resgate</b>	significa a data em que as Cotas Seniores e/ou as Cotas Subordinadas serão resgatadas, conforme estabelecido neste Prospecto e no Regulamento;
<b>Depositário</b>	significa o Custodiante ou qualquer terceiro por ele contratado para fazer a guarda dos Documentos Comprobatórios;
<b>Dia Útil</b>	significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou dias declarados como feriados de âmbito federal no Brasil e na sede da Administradora e/ou do Custodiante. Caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos deste Prospecto e do Regulamento não

forem Dia Útil, considerar-se-á como a data do referido evento o Dia Útil imediatamente seguinte;

<b>Direitos Creditórios</b>	significa os direitos de crédito performados (assim entendidos como os direitos de crédito cuja exigibilidade não dependa de prestação consistente na entrega de bens ou serviços), existentes, válidos, eficazes, livres e desimpedidos, decorrentes de operações de venda de produtos ou prestação de serviços pelas Cedentes aos respectivos Sacados nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, e/ou de prestação de serviços, que atendam aos Critérios de Elegibilidade na data de aquisição e que sejam cedidos ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão;
<b>Direitos Creditórios Inadimplidos</b>	significa os Direitos Creditórios que não forem devidamente pagos na data de seus respectivos vencimentos;
<b>Distribuidor</b>	significa a Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., conforme acima qualificada;
<b>Documentos Comprobatórios</b>	significa as vias originais dos instrumentos, títulos, seus anexos, seguros e outros documentos que evidenciem o lastro dos Direitos Creditórios, que podem ser (i) emitidos em suporte analógico; (ii) emitidos a partir de caracteres criados em computador ou meio técnico equivalente e de que conste a assinatura do emitente que utilize certificado admitido pelas partes como válido; e/ou (iii) digitalizados e certificados nos termos constantes em lei e regulamentação específica;
<b>Documentos do Fundo</b>	significa todos e quaisquer contratos e/ou documentos do Fundo ou relacionados a operações do Fundo;
<b>Escriturador</b>	significa o Banco Finaxis S.A., instituição financeira com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, conjunto 1101, Água Verde, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.758.741/0001-52, ou quem vier a sucedê-la;
<b>Eventos de Avaliação</b>	significa os eventos estabelecidos neste Prospecto e no Regulamento que, caso ocorram, ensejarão a convocação de Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre a: (i) não liquidação do Fundo; ou (ii) possibilidade de transformação de um Evento de Avaliação em um Evento de Liquidação;

<b>Eventos de Liquidação</b>	significa os eventos estabelecidos neste Prospecto e no Regulamento que, caso ocorram, ensejarão a liquidação antecipada do Fundo;
<b>Fundo</b>	significa o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lavoro V;
<b>Gestora</b>	significa a Lavoro Asset Management S.A., sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 21, 203, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.582.790/0001-02, devidamente autorizada pela CVM para a prestação dos serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 11.963, expedido em 6 de outubro de 2011;
<b>Grupo Econômico do Cedente</b>	significa o conjunto de pessoas jurídicas que: (i) estejam sob o mesmo controle que o Cedente; (ii) sejam controladas direta ou indiretamente pelo Cedente; (iii) sejam controladoras, de modo direto ou indireto, do Cedente; ou (iv) filiais do Cedente ou inscritas no CNPJ/MF sob número com a mesma raiz que o Cedente;
<b>Grupo Econômico do Sacado</b>	conjunto de pessoas jurídicas que: (i) estejam sob o mesmo controle que o Sacado, (ii) sejam controladas direta ou indiretamente pelo Sacado, (iii) sejam controladoras, de modo direto ou indireto, do Sacado ou (iv) filiais do Sacado ou inscritas no CNPJ/MF sob número com a mesma raiz que o Sacado;
<b>IGP-M</b>	significa o Índice Geral de Preços do Mercado;
<b>Índice de Inadimplência</b>	significa a média móvel ponderada de 3 (três) meses, desprezados os 2 (dois) meses imediatamente anteriores, do “Índice de Inadimplência”, definido como a razão entre: (a) volume de direitos creditórios vencidos no mês que se encontram em atraso há mais de 60 (sessenta) dias ou que tenham sido pagos com atraso superior a 60 (sessenta) dias e (b) volume total de direitos creditórios com data de vencimento no mesmo mês; seja superior a 9,0% (nove por cento);
<b>Índice de Liquidez</b>	significa o previsto na seção “Índice de Liquidez” na seção Características Básicas das Cotas deste Prospecto, na página 77 deste Prospecto;
<b>Instrução CVM</b>	significa a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001,

<b>nº 356/01</b>	conforme alterada, a qual regulamenta a constituição e o funcionamento de fundos de investimento em direitos creditórios e de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios;
<b>Instrução CVM nº 400/03</b>	significa a Instrução CVM nº 400, de 29 de janeiro de 2003, conforme alterada, a qual dispõe sobre as ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, nos mercados primário ou secundário;
<b>Instrução CVM nº 489/11</b>	significa a Instrução CVM nº 489, de 14 de janeiro de 2011, conforme alterada, a qual dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras dos fundos de investimento em direitos creditórios e dos fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, regidos pela Instrução CVM nº 356/01, dos fundos de investimento em direitos creditórios no âmbito do programa de incentivo à implementação de projetos de interesse social, regidos pela Instrução CVM nº 399, de 29 de novembro de 2003, e dos fundos de investimento em direitos creditórios não padronizados, regidos pela Instrução CVM nº 444, de 08 de dezembro de 2006;
<b>Instrução CVM nº 539/13</b>	significa a Instrução CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, a qual dispõe sobre o dever de verificação da adequação dos produtos, serviços e operações ao perfil do cliente;
<b>IPCA</b>	significa o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado na página do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na internet ( <a href="http://www.ibge.gov.br">www.ibge.gov.br</a> ) (na barra superior, selecionar “Indicadores” e clicar em “IPCA – INPC”; na coluna à esquerda, clicar em “Séries Históricas (em formato xls)” e então em “IPCA”.);
<b>Investidores Qualificados</b>	significa (a) Investidores Profissionais; (b) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, nos termos do anexo 9-B da Instrução CVM 539; (c) pessoas naturais que tenham sido aprovadas em exames de qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de

valores mobiliários, em relação a seus recursos próprios; e (d) clubes de investimento cuja carteira seja gerida por um ou mais cotistas que sejam investidores qualificados;

**Investidores  
Profissionais**

significa (a) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (b) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (c) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (d) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio, nos termos do anexo 9-A da Instrução CVM 539; (e) fundos de investimento; (f) clubes de investimento, cuja carteira seja gerida por administrador de carteira autorizado pela CVM; (g) agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (h) investidores não residentes;

**Limites de  
Concentração**

significa os critérios de limites de concentração dos Direitos Creditórios cedidos ao fundo observados as regras estabelecidas neste Prospecto e no Regulamento do Fundo;

**Oferta**

significa a presente oferta de Cotas Seniores do Fundo;

**Patrimônio Líquido**

significa a soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos Creditórios, incluindo os Direitos Creditórios Inadimplentes, aos Ativos Financeiros integrantes da Carteira e às eventuais disponibilidades do Fundo, subtraídas as exigibilidades e provisionamentos do Fundo;

**Periódico**

significa o jornal “Folha de São Paulo” ou o jornal “O Estado de São Paulo”;

**Prazo de Duração**

significa o prazo de duração do Fundo indicado neste Prospecto e no Regulamento;

**Preço de Aquisição**

significa o montante a ser pago pelo Fundo ao Cedente pela aquisição de Direitos Creditórios, nos termos estabelecidos nos respectivos Termos de Cessão;

<b>Preferência de Resgate</b>	significa a faculdade dos Cotistas Seniores de resgatar as Cotas Seniores de sua titularidade antes que seja atendido pedido de resgate de Cotas Subordinadas, nos termos do Artigo 18-A da Instrução CVM 356 e segundo os termos e condições dispostos neste Prospecto e no Regulamento;
<b>Políticas de Cadastramento Prévio dos Cedentes</b>	significa as regras para cadastramento prévio dos Cedentes do Fundo nos termos do Regulamento e do presente Prospecto
<b>Política de Confirmação Junto aos Sacados</b>	significa os procedimentos para confirmação junto aos Sacados do Fundo nos termos do Regulamento e do presente Prospecto
<b>Público Alvo</b>	significa os Investidores Profissionais e Investidores Qualificados, assim qualificados conforme a Instrução 554 da CVM;
<b>Recursos Livres</b>	significa os recursos livres correspondentes ao saldo diário remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos Creditórios, que deverão ser aplicados conforme estabelecido neste Prospecto e no Regulamento;
<b>Regulamento</b>	significa o regulamento que rege o Fundo em conjunto com seus respectivos anexos;
<b>Representatividade</b>	significa, com relação a um determinado Sacado (ou Grupo Econômico do Sacado) e/ou Cedente (ou Grupo Econômico do Cedente), o percentual do Patrimônio Líquido alocado em Direitos Creditórios devidos pelo mesmo Sacado (ou Grupo Econômico do Sacado, conforme o caso) e/ou cedidos pelo mesmo Cedente (ou Grupo Econômico do Cedente, conforme o caso);
<b>Rentabilidade Alvo</b>	significa a Rentabilidade Alvo das Cotas Seniores;
<b>Reserva de Caixa</b>	significa a reserva para pagamento de despesas e encargos do Fundo, constituída de acordo com disposto neste Prospecto e no Regulamento, que será calculada pela Administradora;
<b>Resolução CMN nº 2.907/01</b>	significa a Resolução do CMN nº 2.907/01, a qual autoriza a constituição e o funcionamento de fundos de investimento em direitos creditórios e de fundos de aplicação em cotas de fundos de



investimento em direitos creditórios;

<b>Sacados</b>	significa os devedores dos Direitos Creditórios, considerando seus controladores, sociedades por eles direta ou indiretamente controladas, suas coligadas ou outras sociedades sob controle comum;
<b>SELIC</b>	significa o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
<b>SERASA</b>	significa a Serasa S.A.;
<b>Subordinação</b>	Significa o resultado mínimo obrigatório da divisão do somatório do valor de todas as Cotas Subordinadas em circulação pelo valor do Patrimônio Líquido, na forma percentual, conforme o estabelecido no presente Prospecto e no Regulamento do Fundo;
<b>Taxa de Administração</b>	significa a remuneração que será devida pelo Fundo à Administradora pelas atividades de administração do Fundo, da qual deverão fazer parte a remuneração devida à Gestora, a qual, nos termos deste Prospecto e do Regulamento, poderá ser paga diretamente pelo Fundo, sendo que o somatório dessas parcelas não poderá exceder o montante total da Taxa de Administração fixada neste Prospecto e no Regulamento;
<b>Taxas de Custódia, Controladoria e Escrituração</b>	significa a remuneração que será devida pelo Fundo ao Custodiante pelas atividades de custódia qualificada, controladoria e escrituração do Fundo, conforme estabelecido neste Prospecto e no Contrato de Custódia e Controladoria e no Contrato de Escrituração;
<b>Taxa de Cessão</b>	significa a taxa efetiva de desconto praticada pelo Fundo para cada aquisição de Direitos Creditórios;
<b>Taxa de Performance</b>	significa a remuneração a ser paga pelo Fundo à Gestora, conforme estabelecido neste Prospecto e no Regulamento;
<b>Taxa DI</b>	significa as taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na internet ( <a href="http://www.b3.com.br">www.b3.com.br</a> ou <a href="http://www.cetip.com.br">www.cetip.com.br</a> ), em seu informativo diário;

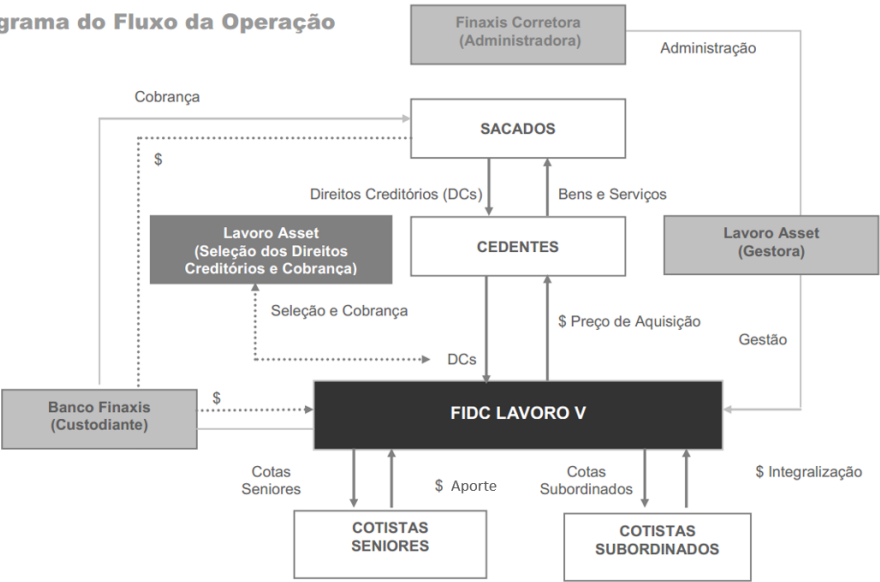
<b>Termo de Adesão</b>	significa o termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que será celebrado por todos os Cotistas quando de seu ingresso no Fundo, por meio do qual os Cotistas declaram estar cientes e concordes com o disposto neste Prospecto e no Regulamento, bem como declaram haver obtido exemplar deste Prospecto;
<b>Termo de Cessão</b>	significa o documento pelo qual se formaliza a cessão dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, na forma prevista no anexo ao respectivo Contrato de Cessão

### CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO FUNDO

<b>Denominação:</b>	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lavoro V.
<b>CNPJ/MF:</b>	26.966.071/0001-37.
<b>Forma de Constituição:</b>	Condomínio aberto.
<b>Prazo de Duração:</b>	Indeterminado.
<b>Base Legal:</b>	Este Fundo é regido pela Instrução CVM nº 356/01 e pela Resolução do CMN nº 2.907/01, e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.
<b>Classificação ANBIMA:</b>	Para os fins do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento” o Fundo é caracterizado como Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.
<b>Tipo ANBIMA:</b>	Em atendimento a Deliberação nº 44 da ANBIMA, este Fundo é classificado no Tipo ANBIMA como FIDC Fomento Mercantil.
<b>Atributo Foco de Atuação ANBIMA:</b>	Em atendimento a Deliberação nº 44 da ANBIMA, este Fundo é classificado no Atributo Foco ANBIMA como FIDC Fomento Mercantil.
<b>Classe de Cotas:</b>	Cotas Seniores e Cotas Subordinadas.
<b>Administradora:</b>	Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
<b>Custodiante:</b>	Banco Finaxis S.A.
<b>Gestora:</b>	Lavoro Asset Management S.A.
<b>Auditor do Fundo:</b>	Baker Tilly Brasil – PR Auditores Independentes S.S.
<b>Agência Classificadora de Risco:</b>	Austing Rating Serviços Financeiros Ltda.
<b>Assessor Legal:</b>	Santos Neto Advogados
<b>Distribuidor:</b>	Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
<b>Taxa de Administração, Taxa de Performance e demais Encargos:</b>	As despesas e encargos previstos no Regulamento, bem como a Taxa de Administração e a Taxa de Performance serão suportados pelo Fundo. Não será cobrada taxa de ingresso ou taxa de saída dos Cotistas, nos termos deste Prospecto e do Regulamento.
<b>Publicidade de Informações sobre o Fundo:</b>	A divulgação das informações relevantes do Fundo aos Cotistas será realizada mediante publicação no jornal “Folha de São Paulo” ou no jornal “O Estado de São Paulo”, por carta, com aviso de recebimento, <i>fac-símile</i> , correio eletrônico, além de estarem disponíveis na sede da Administradora, bem como no endereço eletrônico da Administradora: <a href="http://corretora.finaxis.com.br">corretora.finaxis.com.br</a> (na barra superior, selecionar “Fundos de Investimento” e clicar em “Fundo Administrados”; na página seguinte, selecionar “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC” no campo “Tipo de Fundo” e “Lavoro Asset Management” no campo

“Gestor do Fundo”, na página seguinte, clicar em “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lavoro V”).

Diagrama do Fluxo da Operação



## CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DAS COTAS DO FUNDO

### Características básicas das cotas

<b>Emissor:</b>	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lavoro V.
<b>Cedentes:</b>	Pessoas jurídicas prévia e devidamente cadastradas junto à Gestora, atuantes nos segmentos comercial, industrial, imobiliário e/ou de prestação de serviços, que cederão Direitos Creditórios ao Fundo, nos termos dos respectivos Contratos de Cessão, considerando seus controladores, sociedades por eles direta ou indiretamente controladas, suas coligadas ou outras sociedades sob controle comum, para fins do disposto neste Prospecto e no Regulamento.
<b>Classes de Cotas do Fundo:</b>	Serão emitidas 2 (duas) classes de Cotas do Fundo, sendo: 1 classe de Cotas Seniores; e 1 classe de Cotas Subordinadas.
<b>Distribuição das Cotas:</b>	Serão ofertadas, pelo Fundo, as Cotas Seniores. As Cotas Seniores objeto da presente Oferta serão registradas para distribuição no mercado primário no SF - Módulo de Fundos, operacionalizado pela B3, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas.
<b>Classificação de Risco das Cotas Seniores:</b>	Austing Rating Serviços Financeiros Ltda.: “ <b>brA+(sf)</b> ”
<b>Característica das Cotas:</b>	As Cotas: (a) terão a forma escritural; (b) serão mantidas em conta de depósito em nome de seus respectivos titulares; (c) correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo; (d) serão subscritas e integralizadas na mesma data; e (e) serão resgatadas nos termos deste Prospecto e do Regulamento.
<b>Público Alvo:</b>	O Fundo é destinado a Investidores Qualificados.
<b>Inadequação da Oferta:</b>	O investimento nas Cotas do Fundo não é adequado a investidores que: a) necessitem de liquidez em prazo inferior ao prazo estabelecido neste Prospecto e no Regulamento para pagamento do resgate; e b) não estejam dispostos a correr risco de crédito de empresas do setor privado.
<b>Preço Unitário das Cotas Seniores:</b>	Valor unitário de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais), na data da primeira integralização de Cotas Seniores do Fundo.
<b>Preço Unitário das Cotas Subordinadas:</b>	Valor unitário inicial de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais), na data da primeira integralização de Cotas Seniores do Fundo.
<b>Data de</b>	Data na qual os recursos, em moeda corrente nacional e/ou pela cessão de

<b>Emissão</b>	Direitos Creditórios, decorrentes da integralização das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas, conforme aplicável, são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, que deverá ser, necessariamente em Dia Útil.
<b>Integralização das Cotas:</b>	As Cotas serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, mediante crédito do respectivo valor em recursos disponíveis na conta corrente do Fundo a ser indicada pela Administradora, por qualquer mecanismo de transferência de recursos admitido pelo BACEN ou através de sistema operacionalizado pela B3, quando aplicável.
<b>Prazo de Carência para Resgate das Cotas Seniores:</b>	1.460 (mil, quatrocentos e sessenta) dias corridos contados da data de integralização pelo cotista.
<b>Prazo para Pagamento de Resgate das Cotas Seniores:</b>	Prazo para pagamento de 60 (sessenta) dias corridos da solicitação, observado o prazo de carência para as Cotas Seniores.

### **Característica da Distribuição**

#### *Distribuição Pública e Público-Alvo*

Por se tratar de um Fundo aberto com prazo de carência para resgate e prazo para pagamento do resgate superior a 30 (trinta) dias, as Cotas serão distribuídas pelo Distribuidor pelo prazo de 2 (dois) anos a contar da data de publicação do anúncio de início de distribuição referente à 1ª (primeira) emissão de Cotas Seniores do Fundo.

No que concerne ao limite de emissão de Cotas Seniores, a Administradora poderá realizar novas emissões de Cotas Seniores ao abrigo do registro da emissão de que trata o presente Prospecto, desde que o saldo de Cotas Seniores emitidas não ultrapasse o número de Cotas Seniores registrado perante a CVM.

Nesse sentido, após a colocação da quantidade de Cotas Seniores registradas, novas emissões dependerão da existência de resgate anterior na mesma quantidade de Cotas Seniores a serem emitidas. As emissões de Cotas Seniores acima da quantidade inicialmente registrada dependerão de um novo registro perante a CVM.

O público-alvo da distribuição pública é formado, exclusivamente, por Investidores Qualificados e/ou Investidores Profissionais.

### *Quantidade, Espécie e Valor das Cotas*

O patrimônio do Fundo é formado por 02 (duas) classes de Cotas, as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas, cujas características e os direitos, bem como as condições de emissão, subscrição, integralização, remuneração e resgate aplicáveis às classes de Cotas estão descritas neste Prospecto e no Regulamento, sendo distribuídas, por esta Oferta, apenas as Cotas Seniores.

Serão distribuídas publicamente, no mínimo, 1.000 (mil) e, no máximo, 30.000 (trinta mil) Cotas Seniores, com valor unitário de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais), na data da primeira integralização de Cotas Seniores, perfazendo o montante total de até R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), na data da primeira integralização de Cotas Seniores, observada a possibilidade de utilização de lote adicional. Não há limite para a emissão de Cotas Subordinadas.

A quantidade total de Cotas Seniores inicialmente ofertada poderá ser, mediante solicitação do Distribuidor e a critério da Administradora, acrescida em até 6.000 (seis mil) Cotas Seniores, equivalentes a até 20% (vinte por cento) das Cotas Seniores inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 14, §2º, da Instrução CVM nº 400/03.

Cada Cota corresponde a uma fração ideal do Patrimônio Líquido do Fundo, conforme disposto no Regulamento. As Cotas terão seu valor unitário atualizado de acordo com o disposto no Regulamento.

### *Distribuição Parcial*

Será admitida a distribuição parcial das Cotas Seniores desta Oferta, sendo que a manutenção da Oferta não está condicionada à subscrição da quantidade mínima.

Caso ocorra a distribuição parcial aqui referida, as Cotas que não forem efetivamente subscritas e integralizadas no prazo de distribuição serão canceladas pela Administradora.

Não sendo realizada a distribuição da quantidade mínima de Cotas estabelecida acima durante o prazo da distribuição, a Oferta será cancelada pela Administradora, que deverá comunicar imediatamente os investidores sobre o cancelamento da Oferta, mediante publicação de aviso nos periódicos utilizados pelo Fundo. Nesse caso, os valores até então integralizados pelos Cotistas serão devolvidos pela Administradora, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data da publicação do aviso, acrescidos da rentabilidade obtida no período, se houver.

### *Procedimento da Distribuição*

Após a concessão do registro de funcionamento do Fundo, o registro da distribuição das Cotas Seniores e a publicação do Anúncio de Início de Distribuição, o Distribuidor acessará Investidores Profissionais e/ou Investidores Qualificados, os quais formalizarão seu interesse em ingressar no Fundo, por meio da assinatura do Termo de Adesão ao Regulamento. A integralização das Cotas deverá obedecer ao disposto no Regulamento e no presente Prospecto. O início da Oferta será informado ao mercado na página da rede mundial de computadores do Distribuidor e da Administradora.

#### *Regime de colocação*

A colocação das Cotas Seniores será feita pelo Distribuidor e/ou por instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, devidamente contratadas pelo Distribuidor para esse fim, em regime de colocação de melhores esforços. O mínimo para realização de aplicações no Fundo corresponde ao valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), sendo conferido tratamento justo e equitativo a todos os interessados na Oferta que constituam o público alvo do Fundo. Por ocasião do término do prazo de distribuição de Cotas do Fundo será publicado o Anúncio de Encerramento de Distribuição na página da rede mundial de computadores do Distribuidor, e se ainda existirem Cotas não distribuídas, tais Cotas serão automaticamente canceladas.

As Cotas Subordinadas não serão objeto da presente Oferta, sendo colocadas de forma privada, e serão destinadas a um único Cotista, sem que haja esforço de venda por parte de qualquer instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários.

#### *Direitos, Vantagens e Restrições das Cotas*

Cada classe de Cotas garante igualmente aos seus titulares os direitos, vantagens e restrições a elas atribuídos neste Prospecto, no Regulamento e na regulamentação aplicável, principalmente o direito de participar das Assembleias Gerais de Cotistas e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas às Cotas.

#### *Registro da Distribuição Pública das Cotas*

A Oferta foi registrada na CVM em [•] sob o nº CVM/SRE/RFD/2017/[•] para as Cotas Seniores.

#### *Classificação de Risco das Cotas*

As Cotas Seniores serão avaliadas, a cada trimestre, pela Agência Classificadora de Risco. Não obstante, caso entenda necessário, a Agência Classificadora de Risco poderá solicitar informações adicionais e rever a classificação de risco das Cotas Seniores em periodicidade inferior.



Qualquer alteração da classificação de risco das Cotas Seniores constitui fato relevante para fins de comunicação aos Cotistas. Dessa forma, havendo o rebaixamento da classificação de risco para uma nota inferior à inicialmente obtida, a Administradora comunicará aos Cotistas, no prazo máximo de 05 (cinco) Dias Úteis contados da ciência de tal fato, e enviará, através de correspondência registrada, o material emitido pela Agência Classificadora de Risco com a nova nota e justificativa do rebaixamento.

A ocorrência de qualquer rebaixamento da classificação de risco atribuída às Cotas em circulação em 02 (dois) níveis abaixo da classificação de risco originalmente atribuída, ensejará um Evento de Avaliação do Fundo, desde que tal rebaixamento decorra de perda da qualidade dos ativos do Fundo. Não serão considerados como Evento de Avaliação os eventuais rebaixamentos decorrentes de mudança de critérios da Agência Classificadora de Risco.

As Cotas Subordinadas são dispensadas da avaliação pela Agência Classificadora de Risco, uma vez que as Cotas Subordinadas são destinadas a um único Cotista.

Caso as Cotas Subordinadas deixem de ser investidas exclusivamente por um único Cotista a classificação de risco das Cotas pela Agência Classificadora de Risco passará a ser obrigatória.

#### *Integralização de Cotas*

A integralização das Cotas do Fundo será efetuada à vista, em moeda corrente nacional, mediante o crédito do respectivo valor em recursos disponíveis na conta corrente do Fundo a ser indicada pela Administradora, por qualquer mecanismo de transferência de recursos admitido pelo BACEN ou através de sistema operacionalizado pela B3, quando aplicável.

A confirmação da integralização de Cotas do Fundo está condicionada à efetiva disponibilidade pelos Cotistas dos recursos na conta corrente do Fundo.

As Cotas Seniores objeto desta Oferta serão depositadas para distribuição no mercado primário por meio do SF – Módulo de Fundos, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3.

A partir da Data de Emissão, as Cotas do Fundo terão seu valor de integralização e de resgate, nas hipóteses definidas neste Prospecto e no Regulamento, calculado no fechamento de todo Dia Útil pela Administradora.

A integralização de Cotas Subordinadas em Direitos Creditórios está condicionada ao atendimento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade.

Para a manutenção do seu funcionamento, o Fundo deverá manter Patrimônio Líquido médio igual ou superior à R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) pelo período de 03 (três) meses consecutivos.

O Cotista, por ocasião de seu ingresso no Fundo: (a) receberá exemplar deste Prospecto e do Regulamento, e (b) assinará o Termo de Adesão, declarando sua qualidade de Investidor Qualificado, bem como declarando estar ciente, dentre outras informações: (i) das disposições contidas neste Prospecto e no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à Taxa de Administração e à Taxa de Performance; (ii) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos neste Prospecto e no Regulamento; e (iii) da possibilidade de perdas decorrentes das características dos Direitos Creditórios que integram e/ou venham a integrar a Carteira do Fundo.

As Cotas Subordinadas são destinadas a um único Cotista que subscreverá o Termo de Adesão declarando ter pleno conhecimento: a) dos riscos envolvidos na operação, inclusive da possibilidade de perda total do capital investido, b) da ausência de classificação de risco das Cotas Subordinadas por ele(s) subscritas, e c) que por se tratar de fundo aberto a transferência ou negociação das Cotas Subordinadas, no mercado secundário, não será permitida.

#### *Cronograma da Oferta*

A divulgação da Oferta será feita por meio da disponibilização do Anúncio de Início na página da rede mundial de computadores da Administradora, do Distribuidor e da CVM, nos termos previstos nos artigos 52 e 54-A da Instrução CVM 400.

A Oferta terá o seguinte cronograma tentativo, que indica as etapas da distribuição, informando seus principais eventos:

<b>Evento</b>	<b>Data Estimada*</b>
Protocolo do Pedido de Registro na CVM	02/05/2017
Obtenção do registro na CVM	07/08/2017
Disponibilização do Prospecto Definitivo e do Anúncio de Início da Oferta	08/08/2017
Data de Início da Subscrição de Cotas Seniores	15/08/2017

Disponibilização do Anúncio de Encerramento da Oferta	15/09/2019
---	------------

(\*) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, atrasos e adiamentos, sem aviso prévio, a critério da Administradora e do Distribuidor.

#### *Custos de Distribuição*

Os custos estimados da distribuição são:

<b>Custos da Distribuição</b>	<b>Valor (R\$ )</b>	<b>% em Relação ao Valor da Oferta**</b>
Comissão de Colocação	30.000,00	0,10%
Comissão de Distribuição	até 1.800.000,00	até 6%
Despesas de Registro na CVM – Cota Sênior	192.000,00	0,64%
Despesas com Cartório	9.000,00	0,0003%
Despesas de Registro na ANBIMA	13.881,00	0,0004%
Despesas de Registro na B3	10.000,00	0,0003%
Despesas Diversas*	48.000,00	0,16%
<b>Total</b>	<b>2.102.8881,00</b>	<b>6,9%</b>

(\*) Despesas com assessor legal e agência de classificação de risco

(\*\*)% em relação à oferta calculada com base no volume total estimado para a presente oferta considerando-se as Cotas Seniores, sem contar com a previsão de lote suplementar e adicional.

A tabela a seguir apresenta o custo unitário de distribuição das Cotas Seniores objeto desta Oferta:

<b>Quantidade de Cotas</b>	<b>Custo da Oferta (R\$ )</b>	<b>Custo por Cota (R\$ )</b>
30.000	2.102.881,00	70,10

Os custos da distribuição acima estimados serão reembolsados pelo Fundo aos prestadores de serviço do Fundo que incorrem em referidos custos mediante a apresentação dos respectivos comprovantes de pagamento e conforme orientação da Administradora.

### *Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Oferta*

A Administradora pode requerer à CVM a modificação ou revogação da Oferta, caso ocorra, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido do registro de distribuição, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos por ela assumidos e inerentes à própria distribuição pública. A Oferta não está sujeita a condições legítimas que não dependam do ofertante ou pessoas vinculadas.

Ademais, é permitida a modificação da Oferta, a qualquer tempo, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no artigo 25, parágrafo 3º, da Instrução CVM nº 400/03.

Em se tratando de modificação da Oferta após a publicação do Anúncio de Início, a Administradora deverá se acautelar e se certificar, no momento do recebimento dos Termos de Adesão ao Regulamento, de que o subscritor está ciente que a Oferta original foi alterada e que tem conhecimento das novas condições. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta antes de sua modificação, da entrega à Administradora do respectivo Termo de Adesão, deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de até 05 (cinco) Dias Úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter seu investimento no Fundo, sendo presumida a manutenção em caso de silêncio.

O investidor que manifestar sua discordância em relação à modificação da Oferta será restituído dos valores investidos no Fundo, na forma e no prazo a serem informados no anúncio de modificação da Oferta.

A revogação ou qualquer modificação da Oferta será imediatamente divulgada através dos mesmos meios utilizados para a divulgação do Anúncio de Início de distribuição das Cotas, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM nº 400/03.

A revogação da Oferta acarretará a restituição ao investidor da quantia aplicada no Fundo, a qual se dará na forma e no prazo informado no anúncio de revogação da Oferta.

Eventuais encargos e tributos que venham a incidir sobre a quantia aplicada no Fundo pelos investidores serão deduzidos do montante a ser restituído aos investidores, conforme informado no anúncio de revogação ou modificação da Oferta.

### *Suspensão e Cancelamento da Oferta*

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM nº 400/03, a CVM poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, a oferta pública que: (a) esteja se processando em condições diversas das

constantes da Instrução CVM nº 400/03 ou do seu registro; ou (b) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que depois de obtido o respectivo registro. A CVM deverá suspender qualquer oferta pública quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanável. O prazo de suspensão da oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aderido à Oferta, da entrega à Administradora do respectivo Termo de Adesão, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar o respectivo Termo de Adesão já assinado até o 5º (quinto) Dia Útil subsequente ao recebimento da referida comunicação. Na hipótese de cancelamento da Oferta todos os investidores que já tenham entregue à Administradora o Termo de Adesão, e na hipótese de suspensão da Oferta somente os investidores que tenham revogado o Termo de Adesão, terão direito à restituição integral dos valores integralizados, que serão devolvidos sem juros ou correção monetária, no prazo de até 05 (cinco) Dias Úteis contados: (i) no caso de suspensão da Oferta, do recebimento da revogação do Termo de Adesão; ou (ii) no caso de cancelamento da Oferta, da comunicação sobre tal cancelamento.

Eventuais encargos e tributos que venham a incidir sobre a quantia aplicada no Fundo pelos investidores serão deduzidos do montante a ser restituído aos investidores.

#### *Negociação de Cotas*

As Cotas do Fundo não serão objeto de cessão ou transferência, salvo por decisão judicial, execução de garantia ou sucessão universal.

#### *Outras Informações*

Para maiores esclarecimentos a respeito da presente Oferta e do Fundo, os interessados deverão dirigir-se à CVM, à Administradora ou à Gestora, nos endereços indicados nas seções “Identificação dos Prestadores de Serviços do Fundo” nas páginas 30 e 31 deste Prospecto.

O Contrato de Distribuição encontra-se à disposição dos investidores nos endereços da Administradora/Distribuidor previstos abaixo. Este Prospecto encontra-se à disposição dos investidores nos seguintes endereços para consulta e reprodução:

- ADMINISTRADORA

Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida Paulista, 1842, 1º andar, conjunto 17, Torre Norte, Bela Vista, Cidade de São Paulo,

Estado de São Paulo

At.: Ricardo Augusto Meira Pedro Telefone: (11) 3526-9001

Website: [www.finaxis.com.br](http://www.finaxis.com.br) (nesse link acessar “Fundos de Investimento”, “Fundos Administrados”, escolher “FIDC” no tipo de Fundo e “Lavoro Asset” como gestora, depois acessar “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lavoro V” e, por último, “Prospecto”).

- DISTRIBUIDOR

Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida Paulista, 1842, 1º andar, conjunto 17, Torre Norte, Bela Vista, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo

At.: Valquiria Batagioti Matsui Telefone: (11) 3526-9001

Website: [www.finaxis.com.br](http://www.finaxis.com.br) (nesse link acessar “Fundos de Investimento”, “Fundos Administrados”, escolher “FIDC” no tipo de Fundo e “Lavoro Asset” como gestora, depois acessar “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lavoro V” e, por último, “Prospecto”).

- ENTIDADE REGULADORA

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM

Rua Sete de Setembro, nº 111, 2º, 3º, 5º, 6º (parte), 23º, 26º ao 34º andares, Centro, CEP 20050-901, Rio de Janeiro/RJ

Tel.: (21) 3554-8686

Website: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) (neste site acessar “Acesso Rápido”, clicar em “Consulta – Ofertas Públicas Registradas”, selecionar “2017” e clicar em “Entrar”, em “QUOTAS DE FIDC / FIC-FIDC/ FIDC-NP” clicar no campo “Volume em R\$”, selecionar “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lavoro V” e acessar “Prospecto”).

- AMBIENTE DE LIQUIDAÇÃO DAS COTAS SENIORES

B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO

Av. República do Chile, nº 230, 11º andar, Centro, CEP 20031-919, Rio de Janeiro/RJ

Tel.: (21) 2276-7474 / 2138-7474

Website: [www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br) (neste site acessar “Comunicados e Documentos”, clicar em “Prospectos”, em “Categorias de Prospectos” selecionar “Prospectos – Prospectos de Fundos de Investimento – Cotas de Fundos Abertos”, em seguida clicar em “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lavoro V”).

## IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES SOBRE OS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

### Identificação dos Prestadores de Serviços do Fundo

#### Administradora

---

FINAXIS CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.  
Av. Paulista, nº 1842, Torre Norte, 1º andar, conjunto 17, Bela Vista  
Cidade São Paulo, Estado SP, CEP 01310-923  
At.: Ricardo Augusto Meira Pedro    Telefone: (11) 3526-9001  
Website: [corretora.finaxis.com.br](http://corretora.finaxis.com.br)

#### Distribuidor

---

FINAXIS CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.  
Av. Paulista, nº 1842, Torre Norte, 1º andar, conjunto 17, Bela Vista  
Cidade São Paulo, Estado SP, CEP 01310-923  
At.: Valquiria Batagioti Matsui    Telefone: (11) 3526-9001  
Website: [corretora.finaxis.com.br](http://corretora.finaxis.com.br)

#### Gestora

---

LAVORO ASSET MANAGEMENT S.A.  
Avenida das Américas, nº 500, bloco 21, 243, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ  
At.: Ricardo Wakim    Telefone: (21) 2195-8153  
Website: [www.lavoroasset.com.br](http://www.lavoroasset.com.br)

#### Custodiante

---

BANCO FINAXIS S.A.  
Rua Pasteur, 463, 11º andar, Água Verde  
Cidade Curitiba, Estado PR, CEP 80250-080  
At.: Ilzo Roberto Carvalho da Silva    Telefone: (41) 3074-0909  
Website: <http://www.finaxis.com.br>

#### Audidores Contratados

---

BAKER TILLY BRASIL – PR AUDITORES INDEPENDENTES S.S.  
AV. Paraná, 202, conjunto 902, Curitiba/PR  
At.: Karin Monchak    Telefone: (41) 3044-6127  
Website: [www.bakertillybrasil.com.br](http://www.bakertillybrasil.com.br)

## **Consultores Jurídicos**

---

SANTOS NETO ADVOGADOS

Fidêncio Ramos, nº 195, 11º andar, Vila Olímpia

Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04551-010

At.: Gabriel Buscarini Leutewiler e Vitor Henriques      Telefone: (11) 3214-3070

## **Administradora**

O Fundo é administrado pela Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Avenida Paulista, 1842, 1º andar, conjunto 17, Bela Vista, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.317.692/0001-94.

A Administradora declara que é instituição financeira participante aderente ao Foreign Account Tax Compliance Act (“FATCA”) com Global Intermediary Identification Number (“GIIN”) P2W26G.00001.ME.076.

## *Descrição das Funções*

Observada a regulamentação em vigor e as limitações deste Prospecto e do Regulamento, a Administradora tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer, em nome do Fundo, os direitos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros que integrem a sua Carteira, inclusive o de comparecer e votar em nome do Fundo em assembleias gerais e especiais de interesse deste, observada a delegação dos poderes de gestão da Carteira à Gestora.

A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância: (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, (ii) do Regulamento, (iii) das deliberações da Assembleia Geral, (iv) dos deveres fiduciários, de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Cotistas.

A Administradora tem como obrigações, sem prejuízo das demais previstas na legislação aplicável, neste Prospecto, no Regulamento e nos demais Documentos do Fundo, os seguintes deveres:

- (a) Manter atualizados e em perfeita ordem pelo prazo legal:
  - (i) Os documentos relativos às operações do Fundo;
  - (ii) O registro dos Cotistas;



- (iii) O livro de atas de Assembleias Gerais de Cotistas;
  - (iv) O livro de presença de Cotistas nas Assembleias Gerais de Cotistas;
  - (v) Os demonstrativos trimestrais do Fundo;
  - (vi) Os registros contábeis do Fundo;
  - (vii) Os relatórios do Auditor Independente e da Agência Classificadora de Risco; e
  - (viii) O Prospecto do Fundo.
- (b) Entregar aos Cotistas, gratuitamente, exemplar deste Prospecto, do Regulamento e seus anexos, bem como cientificá-los: (i) do nome do Periódico utilizado para divulgação de informações do Fundo; e (ii) da Taxa de Administração praticada;
- (c) Divulgar anualmente, no Periódico, além de manter disponíveis em sua sede e nas instituições que coloquem Cotas: (i) o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, (ii) o valor das Cotas e as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e (iii) os relatórios da Agência Classificadora de Risco;
- (d) Fornecer aos Cotistas, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do encerramento de cada ano civil, documentos contendo informações sobre os rendimentos auferidos no referido ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro do respectivo ano civil, sobre o número de Cotas de sua propriedade e respectivo valor;
- (e) Sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras do Fundo previstas na regulamentação em vigor, neste Prospecto e no Regulamento, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o Fundo;
- (f) Em conformidade com o artigo 39, §4º da Instrução CVM nº 356/01, diligenciar o cumprimento, pelos prestadores de serviços contratados, das respectivas obrigações, através dos procedimentos estabelecidos neste Prospecto e nos respectivos contratos de prestação de serviços;
- (g) Providenciar trimestralmente, às expensas do Fundo, a atualização da classificação de risco do Fundo ou dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros; e
- (h) Fornecer informações relativas aos Direitos Creditórios adquiridos ao Sistema de Informações de Créditos do Banco Central do Brasil – SCR, nos termos da norma específica.

Sem prejuízo das principais obrigações previstas no parágrafo acima, das obrigações previstas

na legislação aplicável, neste Prospecto, no Regulamento e nos demais Documentos do Fundo, também são obrigações da Administradora:

- (a) Informar à Agência Classificadora de Risco, em até 05 (cinco) Dias Úteis, a substituição do Auditor Independente, da Gestora, e/ou sua própria substituição;
- (b) Monitorar e comunicar à Agência Classificadora de Risco a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação;
- (c) Permitir o acesso da Agência Classificadora de Risco a quaisquer relatórios ou documentos elaborados pela Administradora ou pelo Auditor Independente, que sejam necessários para o fiel desempenho das funções da Agência Classificadora de Risco; e
- (d) Divulgar aos Cotistas, ampla e imediatamente, de modo a garantir a todos os Cotistas o acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no Fundo, se for o caso, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, incluindo:
  - (i) Eventual rebaixamento da classificação de risco das Cotas;
  - (ii) A substituição da Gestora e/ou da própria Administradora;
  - (iii) A ocorrência de eventos subsequentes ou eventos que tenham afetado ou possam afetar (i) os critérios de composição; (ii) os limites de diversificação; e (iii) o comportamento da Carteira; e
  - (iv) A ocorrência de atrasos na distribuição de rendimento aos Cotistas.

É vedado à Administradora, à Gestora e ao Custodiante:

- (a) Prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações realizadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas em operações realizadas em mercados de derivativos;
- (b) Utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações realizadas pelo Fundo;
- (c) Efetuar aporte de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas deste;

- (d) Ceder, direta ou indiretamente, Direitos Creditórios ao Fundo; e
- (e) Originar, direta ou indiretamente, Direitos Creditórios ao Fundo

As vedações de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo acima abrangem os controladores, sociedades direta ou indiretamente controladas, coligadas e outras sociedades sob controle comum da Administradora e da Gestora, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação destes.

Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do BACEN.

É vedado à Administradora e a Gestora, em nome do Fundo:

- (a) Prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer outra forma;
- (b) Realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Prospecto e no Regulamento;
- (c) Aplicar recursos diretamente no exterior;
- (d) Adquirir Cotas do próprio Fundo;
- (e) Pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão de descumprimento de normas previstas neste Prospecto e no Regulamento;
- (f) Vender Cotas do Fundo a prestação;
- (g) Prometer rendimento pré-determinado aos Cotistas;
- (h) Vender Cotas do Fundo às instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil que sejam Cedentes de Direitos Creditórios, exceto quando se tratar de Cotas Subordinadas;
- (i) Fazer, em materiais de propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- (j) Obter ou conceder empréstimos, financiamentos ou adiantamentos de recursos a qualquer pessoa, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de

responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos;

- (k) Delegar poderes de gestão da Carteira do Fundo, ressalvada delegação dos poderes de gestão à Gestora pela Administradora, nos termos deste Prospecto, do Regulamento e do disposto no artigo 39, inciso II, da Instrução CVM nº 356/01;
- (l) Efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da Carteira do Fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos; e
- (m) Realizar operações com derivativos, salvo as operações com derivativos expressamente previstas neste Prospecto e no Regulamento.

#### *Breve Histórico do Grupo Finaxis*

O Grupo Finaxis (nova denominação do Grupo Petra) foi fundado em 1999 como uma sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários e, em todos esses anos, diversificou seus negócios, com foco em soluções financeiras, relacionamento e comunicação com seus clientes, que vão de investidores pessoas físicas a grandes empresas, instituições financeiras e investidores institucionais.

Com presença em São Paulo e Curitiba, o Finaxis possui mais de 150 (cento e cinquenta) colaboradores atuando em quatro áreas de negócio:

- Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (administração e distribuição de valores mobiliários);
- Banco Finaxis S.A. (administração de valores mobiliários / banco comercial / serviços fiduciários); e
- Petra Capital Gestão de Investimentos Ltda. (gestor de carteiras).

Atualmente, o Grupo Finaxis é responsável pela administração de mais de 100 fundos, o que representa um patrimônio líquido de R\$ 8,6 bilhões. Deste total aproximadamente R\$ 4,8 bilhões correspondem a FIDCs. (Fonte: Anbima – Maio/2017, disponível em no website [www.anbima.com.br](http://www.anbima.com.br). Neste site, selecionar “rankigs” na barra superior, nesta aba clicar em “Fundos de Investimento” e então em “Administradores”, na página seguinte clicar em “Ranking de Administradores de Fundos de Investimento”. As informações mencionadas encontram-se na página 2 do arquivo x/s (formato Microsoft Excel) que será baixado.)

#### **Custodiante**

O **BANCO FINAXIS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, Água Verde, CEP 80250-104, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.758.741/0001-52, o qual se encontra devidamente habilitado pela CVM para prestar os serviços de custódia qualificada e controladoria dos Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, é a custodiante do Fundo.

#### *Descrição das Funções*

O Custodiante será o responsável pela prestação dos serviços de custódia qualificada, nos termos do artigo 38 da Instrução CVM nº 356/01.

Dentre outras atribuições previstas neste Prospecto, no Regulamento e nos Documentos do Fundo, o Custodiante é responsável pelas seguintes atividades:

- (a) validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento;
- (b) receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios;
- (c) durante o funcionamento do Fundo, em periodicidade trimestral, verificar a documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios;
- (d) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios, evidenciados pelo Contrato de Cessão e pelos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios;
- (e) fazer a custódia e a guarda dos Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo;
- (f) diligenciar para que sejam mantidos, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, os Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios, com metodologia pré-estabelecida e de livre acesso para o Auditor Independente, Agência Classificadora de Risco contratada pelo Fundo e órgãos reguladores; e
- (g) cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na (i) conta de titularidade do Fundo; ou (ii) conta especial instituída pelas partes junto a instituições financeiras, sob contrato, destinada a acolher depósitos a serem feitos pelos Sacados ou Cedentes, conforme o caso, e ali mantidos em custódia, para liberação após o cumprimento de requisitos especificados e verificados pela Administradora.

O Custodiante será também responsável pela controladoria e escrituração das Cotas do Fundo.

## **Gestora**

### *Breve Histórico da Gestora*

A Lavoro Asset Management S.A. tem como origem a Lavoro Crédito, fundada em 1999, e tem excelente histórico e reputação no segmento de crédito para empresas de pequeno e médio porte, sendo uma das principais empresas do setor. A Lavoro Asset Management S.A., gestora de recursos independente, foi criada em 2011 com objetivo de desenvolver novas alternativas de Fundos de Investimentos para investidores qualificados, utilizando-se da experiência da equipe no mercado, com ênfase em ativos lastreados em operações de crédito.

A Lavoro Asset Management S.A. foi autorizada pela CVM em outubro de 2011 a prestar serviços profissionais de gestão de Carteira.

É associada à ANBIMA desde março de 2012, com adesão aos seguintes códigos de autorregulação:

- Código de Ética ANBIMA;
- Código ANBIMA do Processo de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento;
- Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o programa de Certificação Continuada; e
- Código ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Mercado de FIP e FIEE.

Dentro da estratégia de excelência e qualidade de gestão, obteve Rating de Qualidade de Gestão junto à Agência Classificadora de Risco – *Liberum Rating*, em dezembro de 2013, e em 2017 pela Austing Rating.

A Gestora é instituição participante aderente ao Foreign Account Tax Compliance Act (“FATCA”) com Global Intermediary Identification Number (“GIIN”) U3FIBF.99999.SL.076.

### *Missão da Gestora*

Superar as expectativas dos investidores com soluções rentáveis que possuam baixo risco, alta qualidade e padrão ético e alinhadas à regulamentação e legislação vigente.

### *Visão*

Ser a melhor gestora de recursos independentes de Fundos de Investimentos, em especial com lastro em Crédito e Participações de Pequenas e Médias Empresas, direcionados a investidores qualificados em termos de geração de valor para os investidores, acionistas e colaboradores.

#### *Valores*

- Ética, confiança e lealdade;
- Transparência;
- Compromisso com os interesses dos investidores;
- Criatividade e agilidade;
- Visão de oportunidades de negócios; e
- Rigor no gerenciamento de riscos.

#### *Linhas de Negócios*

##### Gestão de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios.

Em maio de 2013, assumiu a posição de Gestora do FIDC LAVORO II, então com Patrimônio Líquido de R\$ 65 milhões. O FIDC LAVORO II teve a emissão da 1ª Série em 2010, com Rating AAA da Standard & Poors, que foi encerrada em julho de 2014. Em fevereiro 2014 houve a emissão da 2ª Série deste fundo no valor total de R\$ 120 milhões, que teve início de amortização em setembro 2015, quando estava com Patrimônio Líquido de R\$ 74 milhões, e foi encerrada em março de 2017

Em janeiro de 2015, foi concedido pela CVM o registro de oferta pública de distribuição da 1ª emissão de cotas seniores do FIDC LAVORO III, no valor de R\$ 87 Milhões. Atualmente possui Rating A+, da Liberum Rating, com Patrimônio Líquido de R\$ 12,5 milhões em março de 2017.

Em março 2016, foi dada entrada na CVM do registro do FIDC Não Padronizado – FIDC NP LAVORO IV, com objetivo de complementar portfolio de Fundos para atendimento, em especial, ao segmento de empresas em Recuperação Judicial, que em março de 2017 estava com Patrimônio Líquido de R\$ 13,5 milhões

##### Agente de Cobrança

Como estratégia de consolidação da prestação de serviços aos Fundos, em março de 2017, a gestora assumiu o papel de Agente de Cobrança do FIDC LAVORO III e do FIDC Não Padronizado – FIDC NP LAVORO IV, e deverá realizar o mesmo em relação ao FIDC LAVORO II. Este serviço, anteriormente, era realizado pela LAVORO CREDITO com supervisão da LAVORO ASSET, que já possui plena capacitação e recursos para continuidade na realização do serviço com manutenção da qualidade e excelência.

## Fundos Não Operacionais

A LAVORO possui Fundos de Participações no Mercado Imobiliário e Fundo de Renda Fixa em estágio pré-operacional, com objetivo de futuro desenvolvimento de negócios no segmento imobiliário.

## Governança Corporativa

Políticas Internas	Políticas de Riscos			
	Riscos de Mercado	Riscos de Crédito	Riscos de Liquidez	Risco Operacional
Código de Ética e Conduta	Política de Risco de Mercado	Política de Risco de Crédito	Política de Risco de Liquidez	Política de Controles Internos
Política de Treinamento	Sistema proprietário, baseado nos pilares de controles recomendados pela CVM e ANBIMA	Regras de Seleção de Emissores	Limites e verificação diária de liquidez por ativo, por fundo e global da LAVORO	Política de Risco Operacional
Política de Segurança da Informação		Limites de concentração por fundo, por emissor e por emissão		Sistema de controle de Riscos Operacionais
Política de Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo	Relatórios Controle: analíticos de carteiras, VAR, Stress Test, Stop Loss.	Monitoramento diário de limites por fundo e global da LAVORO.	Limites de liquidez por fundo ajustados à concentração de passivo	Sistema de gravação de ligações (Área de Confirmação)
Política de Investimentos Pessoais		Verificação dos Contratos.		Plano de Continuidade de Negócios
Política de Suitability (Know your Client)	Simulações preventivas de posição	Monitoramento de emissores aprovados /ratings	Relatórios diários de enquadramento	
Política de Voto	Monitoramento online			

## Equipe

### Ricardo Leal Wakim

Engenheiro de Produção formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com Pós-Graduação em Finanças pelo IAG-MASTER da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

Atuou como Gerente de Renda Variável e, posteriormente, como Gerente de Operações na SENSO DTVM S.A., até 1990.

Iniciou suas atividades no mercado de crédito em 1992, atuando por último como principal executivo da LAVORO.

Possui experiência como Agente Autônomo de Investimento, devidamente inscrito no RGA - Registro Geral de Agentes Autônomos de Investimento e autorizado pela Comissão de Valores



Mobiliários - CVM a exercer a atividade de administrador de carteira de valores mobiliários.

André Mayon

Graduado em Tecnologia da Informação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), com Pós-Graduação em Marketing pela IAG-MASTER da PUC-RJ e Mestre em Administração de Empresas pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EBAPE).

No setor de telecomunicações, atuou como Gerente de Unidade de Negócios na *Star One* (empresa do grupo Embratel) e como responsável de Produtos na Intelig, *Geodexx* e *Global One* (*Orange Business Services*).

Possui mais de 15 (quinze) anos de experiência no mercado financeiro, onde atuou como Gerente de Produtos no Banco Nacional, Crédito Imobiliário no Banco BBM e por último como Diretor de Crédito da LAVORO.

Ricardo Maciel

Administrador formado pela Sociedade Unificada de Ensino Superior e Cultura, com Pós-Graduação em Finanças pela PUC-RJ. Atuou como Gerente de Renda Fixa na SENSO DTVM S.A., até 1989. Atuou como Gerente de Operações no Banco Open, até 1992. Gestor da Ética & Perfil Consultoria até 2012. Autorizado pela CVM a exercer a atividade de Agente Autônomo de Investimentos.

Rafael Maggion

Administrador de empresas pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (EAESP). Experiência de 7 (sete) anos no mercado de distribuição ao varejo, *supply-chain*, sendo o executivo responsável pela gestão de empresa de médio porte neste período. No setor imobiliário, possui 5 (cinco) anos de experiência como empreendedor, em parceria com grandes empresas do setor, no desenvolvimento imobiliário de projetos residenciais e industriais de médio porte.

Charles Christiano

Administrador de empresas de Administração pela Faculdade Candido Mendes e pós-graduação em Finanças pela PUC IAG-Master. Experiência de mais de 35 anos no mercado de crédito privado com passagem em diversos bancos de médio porte: Sudameris, BIC, Boa Vista, Guanabara e Cidade

### *Breve Descrição das Funções*

Os serviços de gestão da Carteira do Fundo serão prestados pela Gestora, a qual terá poderes para praticar todos os atos necessários à gestão da Carteira, em especial para, em nome do Fundo, negociar os Direitos Creditórios e demais Ativos Financeiros, bem como, dentre outras atribuições previstas neste Prospecto, no Regulamento e no Contrato de Gestão, as que seguem:

- (a) Analisar os Direitos Creditórios ofertados ao Fundo realizando a pré-verificação dos Critérios de Elegibilidade, incluindo os limites de concentração da Carteira;
- (b) Analisar o crédito de potenciais Sacados dos Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo;
- (c) Cadastrar previamente os Cedentes conforme Políticas de Cadastramento Prévio dos Cedentes;
- (d) Notificar os Sacados a respeito da cessão dos Direitos Creditórios, de forma a dar ciência da realização da cessão dos Direitos Creditórios;
- (e) Realizar a confirmação, junto aos Sacados dos Direitos Creditórios existentes na Carteira do Fundo, quanto à veracidade dos títulos, suas características, e o recebimento do boleto de cobrança bancária para pagamento, conforme a Política de Confirmação Junto aos Sacados;
- (f) Realizar a gestão profissional dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo;
- (g) Decidir pela aquisição e alienação dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros, com base nos Critérios de Elegibilidade pré-verificados pela Gestora e validados pelo Custodiante, quando da aquisição pelo Fundo;
- (h) Monitorar e controlar os indicadores de desempenho da Carteira, tais como, mas não limitado a: Índice de Liquidez, taxa média, prazo médio de vencimento da carteira de Direitos Creditórios, limites de concentração de Cedentes e Sacados e *spread* excedente;
- (i) Monitorar a Subordinação;
- (j) Monitorar, controlar e gerir a Reserva de Caixa;

- (k) Por delegação da Administradora, representar o Fundo nas assembleias relativas aos fundos de investimento nos quais o Fundo detenha participação;
- (l) Emitir mensalmente relatório de índice de inadimplência; e
- (m) Obter periodicamente junto à Agência Classificadora de Risco os relatórios de classificação de risco referentes a cada Sacado que a Gestora queira enquadrar e encaminhá-los à Administradora.

A Gestora, observadas as limitações legais e regulamentares, assim como as constantes deste Prospecto e do Regulamento, terá poderes para praticar todos os atos necessários à gestão da Carteira do Fundo, em especial para, em nome deste, negociar os Direitos Creditórios e demais Ativos Financeiros.

#### **Agente de Cobrança**

A Lavoro Asset Management S.A., sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 21, 203, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.582.790/0001-02, é o agente de cobrança do Fundo.

#### *Breve Descrição das Funções*

O Agente de Cobrança, ou outro agente cobrança eventualmente contratado pelo Fundo, prestará os serviços de Cobrança dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo:

- (a) desempenho da função de agente de cobrança, através da cobrança e recebimento, em nome do Fundo, de Direitos Creditórios inadimplidos;
- (b) efetuar a cobrança extrajudicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos; e
- (c) selecionar, contratar e supervisionar escritório de advocacia para realizar a cobrança judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos, bem como defesa dos interesses do Fundo.

#### **Agência Classificadora de Risco**

As Cotas Seniores têm classificação de risco atribuída pela Austing Rating Serviços Financeiros Ltda., Agência Classificadora de Risco contratada pelo Fundo. O respectivo relatório de classificação de risco deverá ser atualizado, no mínimo, trimestralmente, e deve ficar à disposição dos Cotistas na sede e agências da Administradora.

## **Auditoria Independente**

Para prestação de serviços de auditoria das contas do Fundo foi contratada a empresa Baker Tilly Brasil – PR Auditores Independentes S.S.

### *Breve Histórico*

A Baker Tilly Brasil – PR Auditores Independentes S.S., é sociedade com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Av. Paraná 202, Conjunto 903, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.454.120/0001-36. Desde a sua criação, a Baker Tilly Brasil estabeleceu uma relação de confiança com o mercado financeiro. Até 2015 como sede regional da rede Baker Tilly International na América Latina, crescemos rapidamente ao longo desses últimos anos e nos tornamos referência em auditoria, consultoria de gestão, consultoria tributária e outsourcing par a todo tipo de empresa, desde os pequenos grupos familiares até conglomerados nacionais e internacionais. No Brasil, a Baker Tilly Brasil está presente em onze cidades do Brasil, e conta com mais de 400 (quatrocentos) funcionários. A Baker Tilly Brasil é membro de rede global de firmas que prestam serviços profissionais nas áreas de Audit, Tax, Advisory e Outsourcing, com aproximadamente 28.000 (vinte e oito mil) pessoas em todo o mundo, distribuídas em 141 (cento e quarenta e um) países. A Baker Tilly Brasil será responsável pela execução dos serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras do Fundo, a serem efetuados em cada encerramento de exercício social do Fundo.

### *Conflito de Interesse*

A Administradora, o Custodiante e a Gestora mantêm relações comerciais com outras pessoas, inclusive entre si, no curso normal de suas atividades. Essas relações comerciais incluem a estruturação e realização de operações de crédito, operações financeiras, investimentos, serviços bancários, seguros, entre outros.

## **Relacionamento entre os Prestadores de Serviços do Fundo**

### *Relacionamento entre a Administradora e a Gestora/Agente de Cobrança*

A Administradora e a Gestora nunca tiveram e não possuem qualquer relacionamento societário.

Na data deste Prospecto, além do Fundo objeto deste Prospecto, existem outros fundos de investimentos que são administrados pela Administradora e geridos pela Gestora, conforme descrito abaixo:

#### Fundos operacionais:

FIDC Lavoro II: fundo de investimento em direitos creditórios, constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.670.393/0001-67.

FIDC Lavoro III: fundo de investimento em direitos creditórios, constituído sob a forma de condomínio aberto, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 20.256.882/0001-68.

Lavoro Fundo de Investimento Multimercado - Crédito Privado: fundo de investimento multimercado – crédito privado, constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 24.270.570/0001-60.

FIDC NP Lavoro IV: fundo de investimento em direitos creditórios não padronizado, constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 24.237.665/0001-81

#### Fundos não operacionais:

Fundo de Investimento em Participações Múltipla Imobiliário: fundo de investimentos em participações, constituído sob a forma de condomínio aberto, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 15.798.220/0001-80

Fundo de Investimento Renda Fixa Lavoro: fundo de investimentos em renda fixa, constituído sob a forma de condomínio aberto, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 24.237.665/0001-81

Na data deste Prospecto, a Administradora e a Gestora não mantinham qualquer relacionamento comercial entre si além do acima mencionado e daqueles descritos neste Prospecto.

#### *Relacionamento entre a Administradora/Distribuidor e o Custodiante*

A Administradora/Distribuidor é subsidiária integral do Custodiante, isto é o Custodiante detém 100% (cem por cento) das ações emitidas pela Administradora/Distribuidor.

#### *Relacionamento entre a Administradora e o Auditor Independente*

Na data deste Prospecto, a Administradora e o Auditor Independente mantém relacionamento comercial, no qual o Auditor Independente é contratado da Administradora para prestar serviços de auditoria em outros Fundos de investimento e auditar as suas demonstrações financeiras.

Além dos serviços relacionados à presente Oferta e dos relacionamentos acima descritos, a Administradora e o Auditor Independente poderão manter relacionamento comercial no curso normal de seus negócios, podendo, eventualmente, vir a atuar como prestador de serviços em outros Fundos em que o Auditor Independente seja prestador de serviços.

A Administradora e o Auditor Independente não identificaram conflitos de interesses decorrentes dos relacionamentos descritos neste Prospecto e as respectivas atuações de cada parte com relação ao Fundo.

#### *Relacionamento entre a Administradora e a Agência Classificadora de Risco*

Na data deste Prospecto, a Administradora e a Agência de Classificação de Risco mantêm relacionamento comercial, em que a Agência de Classificação de Risco foi contratada pela Administradora para prestar serviços de classificação de risco em outros Fundos de investimento.

A Administradora e a Agência de Classificação de Risco não identificaram conflitos de interesses decorrentes dos relacionamentos descritos neste Prospecto e as respectivas atuações de cada parte com relação ao Fundo.

#### **Atendimento aos Cotistas**

A Administradora coloca à disposição dos Cotistas um serviço de atendimento responsável pelo esclarecimento de dúvidas e recebimento de sugestões e reclamações através do telefone (11) 3526-9001. O correio eletrônico poderá ser utilizado como uma forma de correspondência válida entre a Administradora e os Cotistas do Fundo, inclusive para fins de convocação de assembleias gerais e envio de informações referentes ao Fundo, desde que o Cotista concorde, expressamente, com tal procedimento.

#### **Remuneração dos Prestadores de Serviços e Outros Encargos**

##### *Taxa de Administração*

Pelos serviços de (a) administração do Fundo e escrituração de suas Cotas; (b) gestão da Carteira do Fundo, prestados, respectivamente, pela Administradora, Custodiante e pela Gestora, será cobrada do Fundo a Taxa de Administração, consistente no somatório dos valores estipulados nos itens abaixo:

- (a) a Administradora fará jus a remuneração equivalente a 0,525% (quinhentos e vinte e cinco milésimos por cento) ao ano, incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, atualizado anualmente pelo IGP-M, sendo que:

(i) para os 12 (doze) primeiros meses contados da primeira data de integralização de Cotas, deverá ser observado o pagamento do valor mínimo mensal de R\$ 11.250,00 (onze mil duzentos e cinquenta reais); e

(ii) para o período a partir do 13º mês contado da primeira data de integralização de Cotas, deverá ser observado o pagamento do valor mínimo mensal de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

(b) a Gestora fará jus a uma remuneração equivalente a 1,0% (um por cento) ao ano, incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo.

A Taxa de Administração será paga mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido, sendo calculada e provisionada diariamente, tendo como base o Patrimônio Líquido do Fundo do primeiro Dia Útil imediatamente anterior, como a aplicação da fração de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos), por Dias Úteis.

O pagamento das despesas com prestadores de serviço não consideradas como encargos do Fundo poderá ser efetuado diretamente pelo Fundo ao prestador de serviços, desde que os correspondentes valores sejam deduzidos da Taxa de Administração.

A Taxa de Administração, nos termos da legislação aplicável, não compreende os serviços de custódia (controladoria) de títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros do Fundo prestados pelo Custodiante, bem como os serviços de auditoria independente, prestados pelo Auditor Independente, que poderão ser cobrados do Fundo, a título de despesa, conforme disposto neste Prospecto e Regulamento.

#### *Taxas de Custódia, Controladoria*

Pelos serviços de custódia qualificada e controladoria do Fundo prestados pelo Custodiante, serão cobradas do Fundo as Taxas de Custódia e Controladoria, consistente nos valores estipulados nos itens abaixo:

(a) pelo serviço de custódia qualificada, a taxa de 0,175% ao ano (cento e setenta e cinco milésimos por cento), que será calculada sobre o Patrimônio Líquido diário do Fundo, na forma da regulamentação em vigor, observando-se o mínimo mensal de (i) R\$ 3.750,00 (três mil e setecentos e cinquenta reais) do 1º ao 12º mês de funcionamento do Fundo; e (ii) R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) a partir do 13º mês de funcionamento do Fundo, atualizado anualmente pelo IGP-M; e

(b) pelo serviço de controladoria, a taxa de 0,14% ao ano (quatorze centésimos por

cento), que será calculada sobre o Patrimônio Líquido do Fundo diário do Fundo, observando-se o mínimo mensal de (i) R\$ 3.000,00 (três mil reais) do 1º ao 12º mês de funcionamento do Fundo; e (ii) R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais) a partir do 13º mês de funcionamento do Fundo, atualizado anualmente pelo IGP-M.

As Taxas de Custódia e Controladoria não estão incluídas na Taxa de Administração e serão pagas, pelo Fundo, mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido, sendo calculada e provisionada diariamente, tendo como base o Patrimônio Líquido do Fundo do primeiro Dia Útil imediatamente anterior, com a aplicação da fração de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos), por Dias Úteis.

#### *Taxa de Performance*

Além das Taxa de Administração e da Taxa de Custódia e Controladoria, será cobrada do Fundo a Taxa de Performance, que consiste numa remuneração baseada na rentabilidade das Cotas Subordinadas, correspondente a 30% (trinta por cento) do valor da rentabilidade das Cotas Subordinadas que exceder o valor do IPCA, em cada período de apuração, já deduzidas as rentabilidades das Cotas Seniores, bem como todas as demais despesas do Fundo, inclusive a Taxa de Administração.

A Taxa de Performance será calculada e provisionada pela Administradora, diariamente por Dia Útil, e paga diretamente pelo Fundo à Gestora a cada semestre civil, por período vencido, sendo certo que o pagamento poderá ser realizado em parcelas, até o último Dia Útil do semestre subsequente ao encerramento de cada período de apuração, desde que solicitado pela Gestora à Administradora com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis, observado que o primeiro período de apuração da Taxa de Performance terá início na data de início das atividades do Fundo e término no encerramento do semestre civil correspondente.

Entende-se como semestre civil, para fins de aplicação do disposto acima, os períodos compreendidos entre:

- (a) o 1º (primeiro) Dia Útil do mês de janeiro, inclusive, e o último Dia Útil do mês de junho, inclusive; e
- (b) o 1º (primeiro) Dia Útil do mês de julho, inclusive, e o último Dia Útil do mês de dezembro, inclusive.

Considerando que a Taxa de Performance prevista acima é calculada e provisionada diariamente, na eventualidade da ocorrência de resgates no decorrer do semestre civil, a Taxa de Performance será calculada, proporcionalmente, por Dias Úteis, entre (i) a data da primeira integralização e a data do encerramento do primeiro semestre civil de atividades do Fundo; (ii)



a data do encerramento do semestre civil anterior e do evento de resgate; (iii) a data do último evento de resgate e o novo evento de resgate ocorrido dentro de um semestre civil; ou (iv) a data do último evento de resgate e o encerramento do semestre civil, sendo pago em conformidade com o disposto nos parágrafos acima, iniciando um novo período de apuração/provisão.

É vedada a cobrança da Taxa de Performance quando o valor das Cotas Subordinadas for inferior ao seu valor na data de início das atividades do Fundo ou por ocasião da última cobrança efetuada, ambas ajustadas pelos eventuais resgates ocorridos.

#### *Remuneração da Agência Classificadora de Risco*

A Agência Classificadora de Risco fará jus a uma remuneração anual, devida pela prestação de serviços de classificação de risco das Cotas Seniores do Fundo, de R\$ 4.414,50 (quatro mil quatrocentos e quatorze reais e cinquenta centavos).

#### *Remuneração do Auditor Independente*

O Auditor Independente fará jus a uma remuneração anual, pela prestação de serviços ao Fundo, de R\$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais), acrescidos dos impostos incidentes.

A remuneração do Auditor Independente acima estabelecida será debitada diretamente do Fundo pela Administradora, não estando inclusa na Taxa de Administração.

#### *Taxa de Ingresso e Taxa de Saída*

Ressalvada a Taxa de Administração e a Taxa de Performance estabelecidas neste Prospecto e no Regulamento, não serão cobradas do Fundo quaisquer outras taxas, tais como taxa de ingresso ou taxa de saída.

#### *Outros Encargos do Fundo*

Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração e da Taxa de Performance, as seguintes despesas, que podem ser debitadas da Administradora:

- (a) Taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais, ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos ou obrigações do Fundo;
- (b) Despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Prospecto e no Regulamento ou na regulamentação pertinente;

- (c) Despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- (d) Honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- (e) Emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- (f) Honorários de advogados, custas e despesas correlatas realizadas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- (g) Quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral de Cotistas;
- (h) Despesas com a contratação da Agência Classificadora de Risco;
- (i) Despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas, como representante dos Cotistas, se aplicável;
- (j) Despesa com a taxa de registro e anuidade na ANBIMA e CVM; e
- (k) Despesas com a contratação do Agente de Cobrança para realizar a cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, nos termos do inciso IV do artigo 39 da Instrução CVM nº 356/01.

Quaisquer despesas não previstas acima como encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora, sendo que a Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração fixada neste Prospecto e no Regulamento.

#### **Substituição ou Renúncia da Administradora**

A Assembleia Geral de Cotistas poderá a qualquer tempo: (i) deliberar pela substituição da Administradora; e (ii) indicar o nome, a qualificação, a experiência e a remuneração da instituição que assumirá, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, todos os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos da legislação aplicável e no disposto no Regulamento e neste Prospecto.

Na hipótese de deliberação pela Assembleia Geral de Cotistas da substituição da Administradora, a Administradora deverá permanecer no exercício regular de suas funções pelo menor prazo entre: (i) 60 (sessenta) dias; ou (ii) até que seja contratado outra Administradora.

A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo: (i) colocar à disposição da instituição substituta, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados da realização da respectiva Assembleia Geral de Cotistas que deliberou sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, os deveres e obrigações da Administradora, bem como (ii) prestar qualquer esclarecimento sobre a administração do Fundo que razoavelmente lhe venha a ser solicitado pela instituição substituta.

A Administradora, mediante aviso divulgado no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral de Cotistas para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos da Instrução CVM nº 356/01.

Na ocorrência da hipótese descrita acima, a Administradora deverá permanecer no cargo e no pleno exercício de suas funções pelo período mínimo de 30 (trinta) dias contados da data do aviso mencionado acima, ou por prazo inferior, conforme determinado pela Assembleia Geral de Cotistas, até que a instituição substituta escolhida pelos Cotistas assuma efetivamente todos os deveres e as obrigações da Administradora e comprometa-se a desempenhá-los de acordo com os termos e as condições deste Prospecto e no Regulamento.

Caso os Cotistas, reunidos em Assembleia Geral, não indiquem instituição administradora substituta até o final do prazo de 30 (trinta) dias mencionado acima, ou por qualquer razão nenhuma instituição assuma efetivamente, nesse prazo, todos os deveres e obrigações da Administradora, a Administradora convocará uma Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre a liquidação do Fundo e comunicará o evento à CVM.

Na hipótese de deliberação pela liquidação do Fundo, a Administradora obriga-se a permanecer no exercício de sua função até a liquidação total do Fundo.

Nas hipóteses de substituição da Administradora e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Administradora.

No caso de regime de administração especial temporária, intervenção ou liquidação extrajudicial da Administradora, deve automaticamente ser convocada Assembleia Geral de Cotistas, no prazo de 5 (cinco) dias, contados de sua decretação, para: (i) nomeação de representante dos Cotistas; e (ii) deliberação acerca de: (a) substituição da Administradora, no exercício das funções de administração do Fundo; ou (b) liquidação do Fundo.

Nas hipóteses de substituição da Administradora previstas nesta seção, a Administradora fará jus à remuneração *pro rata temporis* até que a sua efetiva substituição ocorra.

### **Substituição ou Renúncia dos Outros Prestadores do Fundo**

#### *Substituição da Gestora*

As regras dispostas para a substituição ou renúncia da Administradora, no que couber, também são aplicáveis à substituição da Gestora.

Caso a Gestora seja substituída por outro prestador de serviços no Fundo, por qualquer que seja o motivo e a qualquer tempo, deverá ser providenciada a devida alteração na denominação do Fundo de modo a não mais constar a nomenclatura da Gestora na denominação do Fundo.

Na hipótese da Gestora deixar de prestar serviços ao Fundo, por qualquer que seja o motivo e a qualquer tempo, e o Fundo não seja liquidado, deverá ser providenciada a devida alteração na denominação do Fundo, imediatamente após a saída da Gestora do Fundo, de modo a não mais constar a nomenclatura “Lavoro” na denominação do Fundo.

#### *Substituição do Agente de Cobrança*

Observado o disposto no parágrafo abaixo, o Agente de Cobrança somente poderá ser destituído de suas funções com aprovação da Assembleia Geral de Cotistas do Fundo.

O Agente de Cobrança poderá, não obstante o quanto acima previsto, ser destituído de suas atribuições a qualquer tempo no caso de comprovação de que atuou com dolo e/ou má-fé ou cometeu fraude no desempenho de suas funções e responsabilidades previstas no Regulamento, no presente Prospecto e no Contrato de Cobrança.

#### *Substituição da Agência Classificadora de Risco*

A substituição da Agência Classificadora de Risco poderá ser substituída a qualquer tempo, mediante notificação expressa e motivada, com antecedência de 10 (dez) Dias Úteis.

### *Substituição do Auditor Independente*

O Auditor Independente poderá ser substituído a qualquer tempo, mediante notificação expressa e motivada, com antecedência de 10 (dez) Dias Úteis.

## GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os fatores de risco envolvidos na operação do Fundo são gerenciados conforme o seu tipo, sendo que os principais riscos encontram-se descritos na seção “Fatores de Risco”, nas páginas 53 a 61 do presente Prospecto, com destaque para:

- (i) O Risco de Mercado, que é gerenciado com o objetivo de mitigar perdas potenciais da Carteira decorrentes de flutuações dos preços e das taxas de juros do mercado. Este risco, apesar de extremamente baixo devido ao prazo médio da Carteira ser curto, possui um colateral elevado proporcionado pelo excesso de *spread* da Carteira do Fundo; e
- (ii) O Risco de Crédito relativo aos Direitos Creditórios é acompanhado por meio do controle da inadimplência, PDD, níveis de concentração e etc., cujo desempenho é condicionante para novas aquisições de um mesmo Sacado, além da verificação dos Limites de Concentração e dos Critérios de Elegibilidade.

A Gestora utiliza, no gerenciamento de riscos, análises que levam em consideração os fundamentos econômicos e de mercado com influência no desempenho dos ativos que compõem a Carteira do Fundo e modelos de gestão de ativos que se traduzem em cuidadosos processos de monitoramento e controle da Carteira, apoiados por sistemas informatizados próprios.

A Gestora privilegia, como forma de controle de riscos, decisões tomadas pelo Comitê de Crédito da Gestora, do qual participa com poder de veto.

Como política de gestão de risco, com base no Regulamento do Fundo, a Administradora adotará os procedimentos pertinentes no caso da ocorrência dos eventos que possam influenciar a decisão do investidor de permanecer no Fundo ou possam antecipar a amortização das Cotas ou a liquidação do Fundo.

Não obstante a diligência da Administradora e da Gestora em colocar em prática a política de investimento do Fundo, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, apesar de a Administradora e a Gestora manterem sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Cotistas.

## FATORES DE RISCO

A Carteira do Fundo e, por consequência, seu patrimônio, estão sujeitos a diversos fatores de risco, dentre os quais destacamos os abaixo relacionados. Caso algum destes riscos ocorra, o Fundo poderá sofrer prejuízos, inclusive com perda de patrimônio para o Cotista. O investidor, antes de adquirir Cotas, deve ler cuidadosamente este item. A Administradora e a Gestora, os Cedentes e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e/ou pelos Cotistas, incluindo, sem limitação, eventual perda do valor principal de suas aplicações em decorrência dos riscos indicados nos parágrafos abaixo e de outros aplicáveis às Cotas, aos Direitos Creditórios e ao Fundo. As aplicações dos Cotistas não contam com a garantia da Administradora, da Gestora, ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

### Riscos de Mercado

- (a) *Fatores Macroeconômicos Relevantes:* Considerando que o Fundo aplicará suas disponibilidades na aquisição de Direitos Creditórios representados pelos Documentos Comprobatórios, a distribuição de rendimentos aos Cotistas dependerá da solvência dos respectivos Sacados. A solvência dos Sacados pode ser afetada por fatores macroeconômicos relacionados à economia brasileira, tais como elevação da taxa de juros, aumento da inflação, baixos índices de crescimento econômico, etc. Assim, na hipótese de ocorrência de um ou mais desses eventos, poderá haver aumento da inadimplência dos Direitos Creditórios, provocando perdas patrimoniais ao Fundo e consequentemente aos Cotistas. Além disso, o Fundo não poderá realizar operações em mercados de derivativos, nem para fins de proteção das posições detidas à vista na Carteira. Dessa forma, as oscilações acima referidas podem impactar negativamente o patrimônio do Fundo e a rentabilidade das Cotas;
- (b) *Flutuação do Valor dos Ativos Financeiros:* O valor dos Ativos Financeiros que integram a Carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos Ativos Financeiros, o patrimônio do Fundo pode ser afetado. A queda nos preços dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados; e
- (c) *Risco Sistêmico:* Referidos riscos encontram-se vinculados às condições econômicas nacionais e internacionais, podendo ser afetados pelo mercado e

pelas alterações nas taxas de juros e câmbio, preços dos papéis e ativos em geral, incluindo os preços dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros integrantes da Carteira. Não há garantia de que a mudança de tais condições não afetará o valor das posições e dos ativos detidos pelo Fundo.

## **Riscos de Crédito**

- (a) *Ausência de Garantia de Pagamento do Principal e Rendimentos:* As aplicações do Fundo não contam com garantia da Administradora, da Gestora ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC. Igualmente, o Fundo, a Administradora, a Gestora não prometem ou asseguram aos Cotistas qualquer rentabilidade ou remuneração decorrentes da aplicação em Cotas. Desse modo, todos os eventuais rendimentos, bem como o pagamento do principal provirão exclusivamente da Carteira, a qual está sujeita a riscos diversos e cujo desempenho é incerto, e, subsidiariamente, as Cotas Subordinadas poderão ser impactadas para o pagamento do principal das Cotas Seniores;
- (b) *Inexistência de Garantia de Rentabilidade:* A Rentabilidade Alvo das Cotas Seniores refere-se à remuneração máxima estabelecida para as Cotas Seniores, adotada pelo Fundo e trata-se apenas de uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo garantia mínima de rentabilidade aos investidores, nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Fundo, da Administradora, da de assegurar tal remuneração aos referidos Cotistas. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos Creditórios, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Cotas, a rentabilidade dos Cotistas será inferior à rentabilidade alvo indicada neste Prospecto e no Regulamento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura;
- (c) *Inadimplência do Pagamento dos Direitos Creditórios:* Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo terão seu pagamento realizado diretamente pelos Sacados ou seus devedores solidários, quando aplicável, estando sujeitos, portanto, ao risco de inadimplência. A decretação de falência ou deferimento de pedido de recuperação judicial, de plano de recuperação extrajudicial ou qualquer outro procedimento de insolvência dos Sacados, dos devedores solidários, ou dos Cedentes, quando estes forem coobrigados dos Sacados, poderá afetar o pagamento pontual dos Direitos Creditórios e afetar adversamente os resultados do Fundo. Nestes casos, o Fundo negociará ou cobrará seu crédito diretamente do Sacado, do Cedente quando este for coobrigado, dos respectivos sucessores, quando for o caso, e ainda, dos devedores solidários, nos termos acordados com a



Gestora. Caso a negociação e a cobrança se verifiquem infrutíferas, o Fundo poderá suportar os prejuízos daí advindos, o que poderá afetar o patrimônio e a rentabilidade do Fundo e, por conseguinte, o investimento nas Cotas;

- (d) *Inadimplemento de Outros Ativos:* A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios deverá ser aplicada em Ativos Financeiros. Tais Ativos Financeiros podem vir a não ser honrados pelos respectivos emissores, obrigando o Fundo a suportar os respectivos prejuízos, o que afetaria negativamente a rentabilidade das Cotas;
- (e) *Pagamentos Efetuados Diretamente aos Cedentes ou à Gestora:* Caso os Cedentes e/ou a Gestora venham a receber diretamente pagamentos referentes aos Direitos Creditórios, estes deverão repassá-los ao Fundo no prazo máximo de 02 (dois) Dias Úteis a contar do recebimento. O repasse dos recursos ao Fundo poderá atrasar ou deixar de ocorrer, por diversos motivos, seja pelo descumprimento puro e simples da obrigação, ou por outras razões, tais como problemas operacionais internos ou de seus sistemas que os impeçam de realizar as rotinas e procedimentos sob sua responsabilidade, o que afetaria o fluxo de recebimento do Fundo;
- (f) *Insuficiência da Coobrigação em Relação aos Direitos Creditórios Cedidos:* Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo podem contar ou não com a coobrigação dos respectivos Cedentes. Caso haja coobrigação dos respectivos Cedentes, estes são solidariamente responsáveis pela solvência dos Sacados. Em caso de inadimplemento dos Direitos Creditórios não há garantias de que, uma vez acionados, os Cedentes tenham condições de honrar com a coobrigação. No caso de o Cedente coobrigado não honrar com o pagamento dos Direitos Creditórios Inadimplidos, referidos Direitos Creditórios serão cobrados do devedor solidário, se houver, que por sua vez poderá não ter condições de cumprir com a obrigação de pagamento. Caso a coobrigação do Cedente e responsabilidade solidária do devedor solidário, não resultem no adimplemento dos Direitos de Crédito, a Administradora e a Gestora não serão responsáveis, subsidiária ou solidariamente, pelo pagamento dos Direitos Creditórios e pela solvência dos Sacados; e
- (g) *Crítérios para Aquisição de Direitos Creditórios:* O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios observados os termos do Regulamento, bem como da Política de Análise dos Cedentes e das Operações de Cessão, que consta do Regulamento. No entanto, não é possível assegurar que a observância de tais diretrizes garantirá a qualidade dos Direitos Creditórios e/ou a solvência dos respectivos Sacados e devedores solidários. O inadimplemento dos Direitos Creditórios, dificuldades ou

mesmo a impossibilidade de executar os Direitos Creditórios e suas eventuais garantias poderá afetar a rentabilidade das Cotas, comprometendo o rendimento auferido pelos Cotistas, ou mesmo levando à necessidade de os Cotistas aportarem recursos no Fundo para fazer frente às responsabilidades do Fundo.

- (h) *Inexistência de descrição completa e detalhada dos processos de origem dos Direitos Creditórios e das políticas de concessão de crédito pelos Cedentes aos Sacados.* Tendo em vista que o Fundo buscará adquirir, de tempos em tempos, Direitos Creditórios originados por Cedentes distintos, os quais não necessariamente serão devidos pelos mesmos Sacados, e que cada Direito Creditório terá sido objeto de processos de origem e de políticas de concessão de crédito distintos, não é possível pré-estabelecer, e, portanto, não está contida neste Prospecto e no Regulamento, descrição dos processos de origem e das políticas de concessão dos Direitos Creditórios que serão adquiridos pelo Fundo, tampouco descrição dos fatores de risco específicos associados a tais processos e políticas. Dessa forma, não é possível garantir que os Direitos Creditórios que vierem a ser adquiridos pelo Fundo estarão livres de eventuais vícios na sua origem e/ou formalização, o que poderá dificultar ou até mesmo inviabilizar a recuperação de parte ou da totalidade dos pagamentos referentes aos referidos Direitos Creditórios integrantes da Carteira pelo Fundo.

#### **Riscos de Liquidez**

- (a) *Liquidação Antecipada do Fundo:* O Regulamento prevê hipóteses nas quais o Fundo poderá ser liquidado antecipadamente. Ocorrendo qualquer uma dessas hipóteses, aliado ao fato de não existir mercado ativo e organizado para negociação dos Direitos Creditórios, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas. Desse modo, os Cotistas poderão não receber a rentabilidade que o Fundo objetiva ou mesmo sofrer prejuízo no seu investimento não conseguindo recuperar o capital investido nas Cotas. A Administradora e a Gestora estão impossibilitadas de assegurar que os resgates das Cotas ocorrerá conforme previsto no Regulamento, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra parte, incluindo a Administradora e a Gestora qualquer multa, indenização ou penalidade, de qualquer natureza;
- (b) *Fundo Aberto e Insuficiência de Recursos para Pagamento de Resgate das Cotas:* O Fundo é constituído sob a forma de condomínio aberto. Quando da eventual solicitação de resgate de Cotas ou quando do resgate em decorrência de um Evento de Liquidação, o Fundo poderá não dispor de recursos suficientes para efetuar o resgate total ou parcial das Cotas nas datas originalmente previstas, podendo acarretar prejuízo aos Cotistas. Considerando-se a sujeição do Fundo à

necessidade de liquidação de Direitos Creditórios e/ou Ativos Financeiros para realizar o resgate das Cotas, a Administradora e a Gestora estão impossibilitadas de assegurar que os resgates das Cotas ocorrerá nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora e a Gestora, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza; e

- (c) *Titularidade dos Direitos Creditórios:* O Fundo é uma comunhão de recursos que tem por objeto a aquisição de Direitos Creditórios, e suas Cotas representam porções ideais de seu Patrimônio Líquido. Deste modo, a titularidade das Cotas não confere ao Cotista a propriedade ou qualquer outro direito que possa ser exercido diretamente sobre os Direitos Creditórios ou sobre os Ativos Financeiros que integram a Carteira do Fundo. Em caso de liquidação antecipada do Fundo, poderá haver resgate de Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios, nas hipóteses previstas no Regulamento, e neste caso, a propriedade do Direito de Crédito será transferida do Fundo para os Cotistas. Não caberá ao Cotista a escolha dos Direitos Creditórios que lhe serão atribuídos por ocasião do resgate de Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios.

#### **Riscos Operacionais**

- (a) *Guarda e Conservação dos Documentos Comprobatórios:* O Custodiante será responsável pela guarda, custódia e armazenagem dos Documentos Comprobatórios, e poderá contratar empresa terceirizada para prestação de tais serviços, sendo que o descumprimento do dever de guarda e conservação poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios;
- (b) *Verificação do Lastro dos Direitos Creditórios:* A verificação do lastro dos Direitos Creditórios será realizada por meio de auditoria trimestral e por amostragem. Considerando que tal auditoria é realizada tão somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios;
- (c) *Risco de Descontinuidade (Não Originação de Direitos Creditórios):* A Gestora é responsável pela seleção dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, sendo que nenhum Direito de Crédito poderá ser adquirido pelo Fundo, se não for previamente analisado e selecionado pela Gestora. Caso exista qualquer dificuldade da Gestora na análise e seleção dos Direitos Creditórios, bem como no caso de rescisão contratual e necessidade de substituição do Agente de Cobrança

ou do Gestor, os resultados do Fundo poderão ser adversamente afetados;

- (d) *Risco de Continuidade:* Os contratos firmados para estruturar a operação, não possuem nenhuma relação direta com a liquidez e certeza dos direitos creditórios cedidos, desta forma não acarretam a liquidação ou amortização antecipada pelo Sacado dos créditos cedidos ao ofertante. Uma eventual situação de rescisão dos contratos de Gestão e Cobrança, pode acarretar em algum grau de interrupção nos processos de originação de novos direitos creditórios e cobrança dos inadimplidos, sendo o fato de serem contratos e relações distintas facilitam o processo de substituição, sendo, neste caso considerado um Risco de Continuidade.
- (e) *Desenquadramento da Alocação Mínima:* O Fundo deve observar a alocação mínima de seus recursos em Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade previstos no Regulamento. Entretanto, não há garantia de que haja Cedentes suficientes ou de que os Cedentes possam ceder Direitos Creditórios suficientes para fazer frente à exigência da alocação mínima acima referida. Assim, a existência do Fundo dependerá da manutenção dos fluxos de originação e de cessão de Direitos Creditórios necessários à manutenção e/ou recomposição da alocação mínima. O desenquadramento em relação à alocação mínima pode inclusive levar à liquidação do Fundo;
- (f) *Ausência de Notificação aos Sacados:* Caso a Gestora não consiga, por qualquer razão, realizar a notificação aos Sacados prevista no Art. 290 do Código Civil, ausência de notificação aos Sacados fará com que a cessão dos Direitos Creditórios não seja considerada eficaz em relação aos Sacados e, como consequência, os Direitos Creditórios poderão, eventualmente, ser pagos diretamente pelos Sacados aos Cedentes e, conseqüentemente, não serem recebidos, ou serem recebidos com atraso pelo Fundo, o que afetará negativamente a rentabilidade das Cotas;
- (g) *Risco proveniente da Falta de Registro dos Contratos de Cessão:* Por se tratar de um Fundo que poderá adquirir Direitos Creditórios de uma multiplicidade de Cedentes domiciliados em diversas localidades no território brasileiro, o Fundo adota como política não registrar os contratos de cessão e seus anexos em cartório de registro de títulos e documentos em função da complexidade operacional e dos custos do registro. Assim sendo, a não realização do referido registro, ou a não utilização de instrumento público para a formalização dos contratos de cessão e anexos poderá representar risco ao Fundo em relação a créditos reclamados por terceiros que tenham sido ofertados ou cedidos pelos cedentes a mais de um cessionário. O Fundo não poderá reclamar Direitos Creditórios cedidos a terceiros ou valores em relação a Direitos Creditórios pagos por Sacados a terceiros de boa-fé adquirentes dos

mesmos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. O Fundo poderá sofrer perdas, não podendo a Administradora ou a Gestora ser de qualquer forma responsabilizadas por tais perdas.

- (h) *Eventual Ausência de Registro nos Termos de Cessão:* Os Termos de Cessão poderão não ser levados a registro perante o cartório de títulos e documentos. O documento consolidador da relação dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo de tempos em tempos pelo Fundo será objeto de lavratura por instrumento público no tabelião de notas. A forma de registro poderá fazer com que a eficácia da cessão dos Direitos Creditórios seja questionada, podendo ocasionar atraso no pagamento dos respectivos Direitos Creditórios ao Fundo e, por sua vez, poderá impactar a rentabilidade das Cotas;
- (i) *Possibilidade de Eventuais Restrições de Natureza Legal ou Regulatória:* O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos, exógenos ao controle da Gestora e da Administradora, advindos de eventuais restrições futuras de natureza legal e/ou regulatória que podem afetar a validade da constituição e/ou da cessão dos Direitos Creditórios para o Fundo. Na hipótese de tais restrições ocorrerem, o fluxo de cessões de Direitos Creditórios ao Fundo poderá ser interrompido, podendo desta forma comprometer a continuidade do Fundo e o horizonte de investimento dos Cotistas. Além disso, os Direitos Creditórios já integrantes da Carteira podem ter sua validade questionada, podendo acarretar desta forma prejuízos aos Cotistas.

## **Outros Riscos**

- (a) *Investimento em Carteira de Direitos Creditórios Diversificada:* O Fundo pode investir em carteira de Direitos Creditórios diversificada, com natureza e características distintas. Dessa forma, o desempenho da Carteira pode apresentar comportamento distinto ao longo da existência do Fundo;
- (b) *Cobrança Judicial ou Extrajudicial dos Direitos Creditórios:* No caso de os Sacados inadimplirem as obrigações dos pagamentos dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Neste caso, além de o Fundo incorrer em maiores custos relacionados à cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, nada garante que referidas cobranças atingirão os resultados almejados, quais sejam, a recuperação do valor integral dos Direitos Creditórios inadimplidos. Nesta hipótese, a rentabilidade do Fundo será afetada negativamente;
- (c) *Intervenção ou Liquidação Extrajudicial do Custodiante:* A conta-corrente do

Fundo será mantida perante o Custodiante, o qual realizará a cobrança de Direitos Creditórios do Fundo. Poderá, assim, receber valores decorrentes da cobrança dos Direitos Creditórios. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial do Custodiante, há possibilidade de os recursos depositados na conta corrente de titularidade do Fundo mantida junto ao Custodiante, bem como os recursos sob sua guarda, serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que afetará negativamente a rentabilidade do Fundo e poderia gerar a perda de parte do patrimônio do Fundo;

- (d) *Possibilidade de os Direitos Creditórios serem Alcançados por Obrigações dos Cedentes ou de Terceiros:* O Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios de diversos Cedentes, e eventuais valores decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo pelos Sacados e/ou devedores solidários poderão ser recebidos pelos Cedentes ou por quaisquer outros prestadores de serviços do Fundo. Nestes casos os valores deverão ser transferidos para a conta corrente do Fundo, nos termos do Regulamento. Não obstante, no caso de eventual liquidação extrajudicial, falência, pedidos de recuperação judicial e/ou planos de recuperação extrajudicial dos Cedentes ou de outros prestadores de serviços do Fundo, os recursos de titularidade do Fundo que se encontrem na posse dos Cedentes ou outros prestadores de serviços do Fundo podem eventualmente vir a ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos;
- (e) *Risco de Instrumentos Derivativos:* A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Cotistas. Mesmo para o Fundo, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições detidas à vista, existe o risco da posição não representar um *hedge* perfeito ou suficiente para evitar perdas ao Fundo;
- (f) *Limitação do Gerenciamento de Riscos:* A realização de investimentos no Fundo expõe o investidor aos riscos a que o Fundo está sujeito, os quais poderão acarretar perdas para os Cotistas. Embora a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do Fundo, não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Cotistas. Em condições adversas de mercado, esse sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida;

- (g) *Redução das Cotas Subordinadas*: Por diversos motivos, tais como inadimplência do Sacado e problemas de pagamento de indenizações ou repasse de recursos ao Fundo, as Cotas Subordinadas poderão ter seu patrimônio reduzido. Caso as Cotas Subordinadas tenham seu patrimônio reduzido a 0 (zero), as Cotas Seniores passarão a arcar com eventuais prejuízos do Fundo, o que poderá causar perda de patrimônio aos seus detentores;
- (h) *Invalidade ou Ineficácia da Cessão de Direitos Creditórios*: Com relação ao Cedente, a cessão de Direitos Creditórios pode ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o Patrimônio Líquido, sendo certo que neste caso trata-se de risco relativo ao Cedente, nas hipóteses de:
- (i) fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão o Cedente estivesse insolvente ou se com ela passasse ao estado de insolvência;
  - (ii) fraude de execução, caso: (a) quando da cessão o Cedente fosse sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios pendesse demanda judicial fundada em direito real; e
  - (iii) fraude à execução fiscal, se o Cedente, quando da celebração da cessão de Direitos Creditórios, sendo sujeito passivo por débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispusesse de bens para total pagamento da dívida fiscal;
- (i) *Risco dos Cedentes*: Os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo são formalizados sob a forma dos títulos de crédito, com base nas operações realizadas entre os Cedentes e os Sacados. Esses títulos de crédito representativos dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos Creditórios pelos Sacados, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos; e
- (j) *Risco de execução de Direitos Creditórios lastreados em Duplicatas Virtuais*: O Fundo pode adquirir Direitos Creditórios lastreados em Documentos Comprobatórios emitidos a partir dos caracteres criados em computador ou meio técnico equivalente, consistentes em duplicatas virtuais. Esta é uma modalidade

recente de título cambiário que se caracteriza pela emissão em meio magnético, ou seja, não há a emissão da duplicata em papel. Não existe um entendimento uniforme da doutrina como da jurisprudência brasileira quanto à possibilidade de endosso virtual, porque a duplicata possui regras próprias segundo a Lei Uniforme de Genebra que limitariam a possibilidade de tais títulos serem endossados eletronicamente. Além disso, para promover ação de execução da duplicata virtual, o Fundo deverá apresentar em juízo o instrumento do protesto por indicação. Nesse sentido será necessário provar a liquidez da dívida representada no título de crédito, já que não se apresenta a cártula, uma vez que a cobrança e o pagamento pelo aceitante, no caso da duplicata virtual, são feitos por boleto bancário. Dessa forma, o Fundo poderá encontrar dificuldades para realizar a execução judicial dos Direitos Creditórios referidos nesta alínea.

O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros, inclusive, mas não se limitando, a criação de novas restrições legais ou regulatórias que possam afetar adversamente a validade da constituição dos Direitos Creditórios e da cessão desses, alteração na política monetária, alteração da política fiscal aplicável ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos para o Fundo e para os Cotistas.

Não obstante a diligência da Administradora e da Gestora em colocar em prática a política de investimento do Fundo, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que a Administradora e a Gestora mantenham rotina e procedimentos de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Cotistas.

O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros, inclusive, mas não se limitando, a criação de novas restrições legais ou regulatórias que possam afetar adversamente a validade da constituição dos Direitos Creditórios e da cessão desses, alteração na política monetária, alteração da política fiscal aplicável ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos para o Fundo e para os Cotistas.



## SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS DO FUNDO

Esta seção contém uma breve descrição dos principais contratos que foram e que serão celebrados pelo Fundo e/ou pela Administradora com os principais prestadores de serviços do Fundo e com os Cedentes.

### **Contrato de Prestação de Serviços de Gestão da Carteira do Fundo**

A Administradora e a Gestora celebraram o Contrato de Prestação de Serviços de Gestão da Carteira – Fundo e Investimento em Direitos Creditórios, por meio do qual a Gestora foi contratada para prestar os serviços de gestão da carteira do Fundo.

Referido contrato estabelece a remuneração da Administradora e da Gestora, de acordo com o Regulamento do Fundo, bem como as obrigações de cada parte e a forma de comunicação entre as partes.

Em conformidade com o artigo 39, § 4º da Instrução CVM nº 356/01, o cumprimento das obrigações atribuídas à Gestora neste Prospecto, no Regulamento e no Contrato de Prestação de Serviços de Gestão da Carteira do Fundo será verificado pela Administradora por meio das seguintes regras e procedimentos:

- (i) monitoramento das operações realizadas pela Gestora, por intermédio da carteira diária do Fundo; e
- (ii) acompanhamento do enquadramento em observância aos Critérios de Elegibilidade e dos Limites de Concentração e limites dispostos no Regulamento do Fundo e na legislação vigente, tomando as medidas necessárias para que a Gestora cumpra devidamente suas obrigações.

### **Contrato de Prestação de Serviços de Escrituração de Cotas**

A Administradora e o Escriturador celebraram o Contrato de Prestação de Serviço de Escrituração de Cotas de Fundo de Investimento, por meio do qual o Escriturador foi contratado para prestar os serviços de escrituração de emissão e resgate das Cotas do Fundo.

Ao realizar o serviço de Escrituração do fundo, o Escriturador e a Administradora observarão as disposições e obrigações deste Contrato, de seus Anexos, da regulamentação e da legislação aplicável.

A Administradora é a única responsável pela emissão das Cotas em nome do Fundo, e,

portanto, única titular dos direitos e obrigações decorrentes de tal condição, devendo estar a Administradora, bem como o Fundo, enquadrados e em conformidade com toda a legislação e regulamentação pertinentes.

A Administradora responsabiliza-se pela gestão, administração e manutenção de saldo suficiente na conta-corrente do Fundo, e autoriza o Custodiante/Escriturador a debitar a respectiva conta-corrente para atendimento dos pagamentos da Taxa de Escrituração.

O Custodiante/Escriturador prestará informações à Administradora dos lançamentos efetuados na conta-corrente do Fundo por ocasião dos pagamentos realizados, em razão dos eventos deliberados por aqueles.

A Administradora obriga-se a observar as disposições e obrigações do Contrato de Escrituração, de seus Anexos, do Regulamento do Fundo e da regulamentação e legislação aplicável.

A Administradora terá prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento de cada relatório ou extrato, para indicar eventual irregularidade de escrituração ou de execução das suas instruções enviadas ao Custodiante/Escriturador.

Em conformidade com o artigo 39, § 4º da Instrução CVM nº 356/01, o cumprimento das obrigações atribuídas ao Escriturador neste Prospecto, no Regulamento e no Contrato de Prestação de Serviço de Escrituração de Cotas de Fundo de Investimento será verificado pela Administradora por meio das seguintes regras e procedimentos:

- (i) monitoramento dos serviços realizados pelo Escriturador, por intermédio dos relatórios emitidos; e
- (ii) acompanhamento dos serviços prestados pelo Escriturador, tomando as medidas necessárias para que o Escriturador cumpra devidamente suas obrigações.

#### **Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria**

O Fundo, devidamente representado pela Administradora, e o Custodiante, celebraram o Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, de modo a contratar o Custodiante para a prestação dos serviços de custódia qualificada e controladoria do Fundo. O contrato celebrado entre as partes estabelece, dentre outras coisas, as respectivas obrigações perante o Fundo e a remuneração prevista no Regulamento do Fundo.

Em conformidade com o artigo 39, § 4º da Instrução CVM nº 356/01, o cumprimento das obrigações atribuídas ao Custodiante neste Prospecto, no Regulamento e no Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios será verificado pela Administradora por meio das seguintes regras e procedimentos:

- (i) acompanhamento do envio ao Agente de Cobrança das posições dos Direitos Creditórios Inadimplidos, para que iniciem os procedimentos de cobrança extrajudicial e/ou judicial, conforme o caso, perante aos Devedores, nos termos da Política de Cobrança;
- (ii) monitoramento do recebimento pelo Agente de Cobrança, por meio eletrônico, de relatório dos valores recebidos, relativo aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo recuperados, sempre que ocorrerem pagamentos pelos Devedores, e/ou repassados pelo Agente de Cobrança, identificando-os, para que o Custodiante possa efetivar a respectiva baixa desses Direitos Creditórios cedidos ao Fundo recuperados na carteira do Fundo;
- (iii) monitoramento da evolução das cobranças dos Direitos Creditórios Inadimplidos no âmbito extrajudicial e judicial, com base nas informações prestadas pelo Agente de Cobrança;
- (iv) acompanhamento da realização de provisão para devedores duvidosos e registro na carteira do Fundo em decorrência de atrasos e de perdas ocorridas com os Direitos Creditórios Inadimplidos nos termos da legislação pertinente;
- (v) recebimento pelo Custodiante, com cópia para a Gestora, de relatório de enquadramento e/ou notificação de desenquadramento;
- (vi) recebimento pelo Custodiante de: a) relatório a cada 30 (trinta) dias, para fins de monitorar a amostragem de lastros dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo; e b) relatório trimestral de auditoria para verificação de lastro dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo;
- (vii) recebimento pelo Custodiante, da carteira diária para monitoramento das operações realizadas pela Gestora em nome do Fundo, no que tange as aquisições e/ou alienações de Direitos Creditórios, com base na Política de Investimento;
- (viii) recebimento pelo Custodiante, de relatórios mensais com informações referentes às disponibilidades, estoque, negócios realizados, comportamento da carteira, inadimplência, e demais informações pertinentes aos Direitos Creditórios mantidos na carteira do Fundo, que servirão de base para elaboração do respectivo relatório mensal a ser enviado para a CVM; e

- (ix) recebimento pelo Custodiante, de relatório de monitoramento de auditorias realizadas no Agente de Cobrança, com a finalidade de verificar o exato cumprimento das obrigações assumidas pelo Agente de Cobrança nos termos do Contrato de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos.

#### **Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança de Direitos Creditórios Inadimplidos e Outras Avenças**

O Fundo, devidamente representado pela Administradora, e o Agente de Cobrança, com a interveniência e anuência da Administradora e do Custodiante, celebraram o Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança de Direitos Creditórios Inadimplidos e Outras Avenças, de modo a contratar o Agente de Cobrança para a prestação dos serviços de cobrança judicial e extrajudicial e recuperação dos Direitos Creditórios Inadimplidos. O contrato celebrado entre as partes estabelece, dentre outras matérias, as respectivas obrigações perante o Fundo e a remuneração prevista no Regulamento do Fundo.

Em conformidade com o artigo 39, § 4º da Instrução CVM nº 356/01, o cumprimento das obrigações atribuídas ao Agente de Cobrança neste Prospecto, no Regulamento e no Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança de Direitos Creditórios Inadimplidos e Outras Avenças do Fundo será verificado pela Administradora por meio das seguintes regras e procedimentos:

- (i) recebimento pela Administradora, por meio eletrônico, de arquivo preparado pelo Agente de Cobrança contendo os valores recebidos relativos aos Direitos Creditórios Inadimplidos recuperados, sempre que ocorrerem pagamentos pelos Devedores;
- (ii) recebimento pela Administradora, por meio eletrônico, de Relatório de Cobrança preparado pelo Agente de Cobrança;
- (iii) fiscalização do cumprimento, pelo Agente de Cobrança, das medidas estabelecidas na Política de Cobrança; e
- (iv) acompanhamento do resultado das auditorias realizadas pelo Custodiante ou por um terceiro por este contratado nas instalações do Agente de Cobrança, com a finalidade de verificar o exato cumprimento das obrigações assumidas pelo Agente de Cobrança nos termos do Contrato de Cobrança.

#### **Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios com Coobrigação e Outras Avenças ou Contrato de promessa de Cessão de Direitos Creditórios sem Coobrigação e Outras Avenças**

O Fundo, devidamente representado pela Administradora, celebrará o Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças com cada um dos Cedentes e,

quando aplicável, com o(s) Responsável(is) Solidário(s).

O Contrato de Cessão tem o propósito de reger o relacionamento entre o Cedente e o Fundo no tocante a oferta de Direitos Creditórios pelos Cedentes, e sua consequente aquisição, por parte do Fundo.

Cada cessão de Direitos Creditórios será formalizada mediante a celebração do Termo de Cessão, no qual deverá constar a relação de Direitos Creditórios a serem cedidos, identificados pelo seu valor, data de vencimento, identificação do respectivo Sacado, acompanhada das especificidades daquela cessão.

O Contrato de Cessão estabelece que cada cessão de Direitos Creditórios será realizada em caráter irrevogável e irretratável, com a transferência, para o Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Cedente, da plena titularidade dos Direitos Creditórios, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

De acordo com o Contrato de Cessão, a cessão será considerada formalizada na data após a satisfação cumulativa: (a) do mútuo consentimento em relação ao preço de aquisição dos Direitos Creditórios; (b) da pré-verificação, pela Gestora, do cumprimento dos Critérios de Elegibilidade e dos Limites de Concentração, e da validação, pelo Custodiante, dos Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade e dos Limites de Concentração, nos termos do Regulamento; e (c) da assinatura do Termo de Cessão.

#### **Contrato de prestação de Serviços de Distribuição de Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios**

Contrato celebrado entre o Fundo, representado pela Administradora e o Distribuidor para a prestação de serviço de distribuição das Cotas Seniores, estabelecendo procedimentos, direitos e obrigações inerentes à distribuição das referidas Cotas Seniores.

A Administradora declara que não há em quaisquer dos contratos de prestação de serviços e/ou demais contratos firmados com terceiros (incluindo contratos de cessão firmados com os Cedentes) para estruturar a presente Oferta eventos que possam acarretar a liquidação ou amortização antecipada e/ou que possam afetar a regularidade do fluxo de pagamento dos créditos integrantes da carteira do Fundo.

## **CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO**

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lavoro V é constituído sob a forma de condomínio aberto.

O Fundo é classificado como um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fomento Mercantil, nos termos do Anexo II da Deliberação nº 44, de 24 de novembro de 2010, da ANBIMA.

### **Base Legal**

O Fundo é um fundo de investimento em direitos creditórios, regido pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, especialmente a Resolução do CMN nº 2.907/01 e pela Instrução CVM nº 356/01.

### **Público Alvo**

O Fundo é destinado a Investidores Profissionais e/ou Investidores Qualificados.

O investimento nas Cotas Seniores e nas Cotas Subordinadas do Fundo não é adequado a investidores que: (i) necessitem de liquidez em prazo inferior ao prazo estabelecido neste Prospecto e no Regulamento para pagamento dado valor de resgate; e (ii) não estejam dispostos a correr risco de crédito de empresas do setor privado.

Recomenda-se aos investidores a leitura cuidadosa deste Prospecto antes de qualquer decisão sobre o investimento nas Cotas do Fundo. Para maiores informações, veja a seção “Fatores de Risco”, nas páginas 53 a 61 deste Prospecto.

### **Data de Constituição e Autorização para Funcionamento do Fundo**

O Fundo foi constituído por ato da Administradora datado de 09 de janeiro de 2017, sendo que o instrumento particular de constituição e o Regulamento encontram-se registrados no 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da comarca de São Paulo, em 09 de janeiro de 2017, sob o nº 219.805. As alterações posteriores do Regulamento serão devidamente registradas no 4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital – São Paulo.

A autorização da CVM para o funcionamento do Fundo foi obtida em 21 de junho de 2017[•]. O código do Fundo perante a CVM é 0217052.

### **Prazo de Duração**

O Fundo terá Prazo de Duração indeterminado.

## **Foro**

O foro competente para dirimir e resolver todas as questões e dúvidas oriundas ao Fundo ou questões decorrentes do Regulamento é o foro da cidade de São Paulo, Estado do São Paulo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## **Prestadores de Serviços**

Para informações sobre os prestadores de serviços do Fundo, ver seção “Identificação e Informações sobre os Prestadores de Serviços do Fundo”, nas páginas 30 e 31 deste Prospecto.

## **Objetivo do Fundo**

O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Cotistas, observada sua política de investimento, de composição e de diversificação de sua Carteira, dispostas neste Prospecto e no Regulamento, a valorização de suas Cotas por meio da aquisição pelo Fundo de Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos neste Prospecto e no Regulamento, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos Creditórios e de Ativos Financeiros, de acordo com os critérios de composição e diversificação e Limites de Concentração da Carteira, estabelecidos neste Prospecto e no Regulamento e pela legislação vigente.

Resultados e rentabilidades obtidos pelo Fundo no passado não representam quaisquer garantias de resultados ou rentabilidade futuros.

## **Características Básicas das Cotas**

As Cotas terão a forma escritural, serão mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos titulares, correspondem a frações ideais de seu patrimônio, serão subscritas e integralizadas na mesma data, e serão resgatadas nos termos previstos neste Prospecto e no Regulamento.

Cada classe de Cotas terá características específicas, de acordo com o disposto neste Prospecto e no Regulamento. Na hipótese de o Fundo atingir a rentabilidade alvo das Cotas Seniores, conforme estabelecido neste Prospecto e no Regulamento, a rentabilidade excedente será atribuída às Cotas Subordinadas, as quais não possuem limite de rentabilidade.

A rentabilidade alvo não representa, nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa, obrigação, garantia ou sugestão de rentabilidade da Administradora, da Gestora ou do Custodiante.

O Fundo e as aplicações realizadas pelos Cotistas no Fundo não contarão com garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante, do Agente de Cobrança, ou de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC. Ademais, os investimentos da Carteira estão sujeitos aos fatores de risco descritos neste Prospecto e no Regulamento.

### *Classes*

O patrimônio do Fundo é formado por 02 (duas) classes de Cotas, sendo que as características e os direitos, bem como as condições de emissão, subscrição, integralização, remuneração e resgate aplicáveis às classes de Cotas estão descritas neste Prospecto e no Regulamento.

As Cotas serão Cotas Seniores e Cotas Subordinadas.

### *Características das Cotas*

As Cotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) A rentabilidade alvo correspondente a atualização do valor nominal Cotas Seniores pela variação do IPCA acrescido de 8,0% (oito por cento) ao ano, calculados de forma exponencial numa base Dias Úteis/252 e cumulativos pro-rata tempore, entre a data de integralização de cada emissão de Cota Sênior até o Dia Útil anterior à data do pagamento do resgate das Cotas Seniores (inclusive);
- (b) Prioridade de resgate em relação às Cotas Subordinadas, observado o disposto neste Prospecto e no Regulamento;
- (c) Valor unitário inicial de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais), na data da primeira integralização de Cotas Seniores;
- (d) Valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização e resgate, observados os critérios definidos neste Prospecto e no Regulamento;
- (e) Direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais de Cotistas, sendo que cada Cota Sênior corresponderá a 01 (um) voto; e
- (f) Possuem prazo de carência para resgate de 1.460 (mil quatrocentos e sessenta) dias corridos e prazo para pagamento do resgate de 60 (sessenta) dias corridos.



As Cotas Seniores em circulação serão trimestralmente avaliadas pela Agência Classificadora de Risco. Não obstante, caso entenda necessário, a Agência Classificadora de Risco poderá solicitar informações adicionais e rever a classificação de risco das Cotas Seniores em periodicidade inferior.

As Cotas Subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) Não possuem parâmetro de rentabilidade definido;
- (b) Se subordinam às Cotas Subordinadas, para efeito de resgate;
- (c) Deverão atender à Subordinação estabelecida neste Prospecto e no Regulamento;
- (d) Valor unitário inicial de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais), na data da primeira integralização de Cotas Subordinadas;
- (e) Valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização e resgate, observados os critérios definidos neste Prospecto e no Regulamento;
- (f) Direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais de Cotistas, sendo que cada Cota Sênior corresponderá a 01 (um) voto; e
- (g) Não possuem prazo de carência para resgate, mas deverão observar todos os requisitos previstos neste Prospecto e no Regulamento do Fundo.

As Cotas Subordinadas são dispensadas da avaliação pela Agência Classificadora de Risco, uma vez que serão detidas por um único Cotista.

#### Emissão inicial e demais Emissões

A emissão de novas classes de Cotas Subordinadas dependerá de aprovação da Assembleia Geral de Cotistas, sendo que o Fundo somente poderá emitir novas classes de Cotas Subordinadas, desde que:

- (a) Nenhum Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação tenha ocorrido e esteja em vigor;
- (b) A Subordinação não seja afetada, bem como as Rentabilidades Alvo dispostas

neste Prospecto e no Regulamento; e

- (c) A emissão de nova classe de Cotas tenha a aprovação de pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Cotas do Fundo em circulação.

É vedada a emissão de classes ou séries de Cotas Seniores, conforme previsto neste Prospecto e no Regulamento.

#### *Subordinação*

A subordinação deverá ser apurada diariamente pela Administradora, devendo o Fundo ter, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de seu Patrimônio Líquido representados por Cotas Subordinadas (“Subordinação”).

O mecanismo de apuração da Subordinação do Fundo é definido como a relação entre o patrimônio do Fundo e o valor das Cotas Seniores que deverá ser de no mínimo 133,33% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento).

Na hipótese de desenquadramento da Subordinação por 7 (sete) Dias Úteis, a Administradora deverá comunicar, em até 03 (três) Dias Úteis da data do evento, aos Cotistas detentores de Cotas Subordinadas, por meio de correspondência ou correio eletrônico, para que providenciem o respectivo restabelecimento no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da comunicação, informando aos Cotistas detentores de Cotas Subordinadas o número mínimo de Cotas que deverão ser subscritas e os respectivos valores para que se possa estabelecer a Subordinação, conforme o caso.

Os Cotistas detentores de Cotas Subordinadas deverão subscrever, dentro do prazo acima estabelecido, tantas Cotas Subordinadas quantas sejam necessárias para estabelecer a Subordinação, conforme o caso.

Na hipótese de a Administradora verificar que, decorrido o prazo acima estabelecido, não se alcançou o estabelecimento da Subordinação, por qualquer outro motivo, a Administradora deverá convocar a Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre o Evento de Avaliação que ficará configurado.

#### *Subscrição e Integralização*

Será admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as Cotas Seniores e/ou Cotas Subordinadas emitidas.

A Administradora, em nome do Fundo, desde que observadas as condições estabelecidas no

Regulamento, neste Prospecto e na legislação aplicável, poderá emitir novas Cotas Seniores e Cotas Subordinadas, no montante indicado pela Gestora.

O Cotista, por ocasião de seu ingresso no Fundo: (i) receberá exemplar do Regulamento e do Prospecto, e (ii) assinará Termo de Adesão, declarando sua qualidade de Investidor Qualificado, nos termos da Instrução CVM nº 539/13, bem como declarando estar ciente, dentre outras informações: (a) das disposições contidas no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à Taxa de Administração e à Taxa de Performance; (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento; e (c) da possibilidade de perdas decorrentes das características dos Direitos Creditórios que integram e/ou venham a integrar a Carteira do Fundo.

A qualidade de Cotista do Fundo caracterizar-se-á pela abertura de conta de depósito em nome do Cotista.

O extrato da conta de depósito, emitido pela Administradora, será o documento hábil para comprovar a propriedade do número de Cotas pertencentes a cada Cotista.

As Cotas serão subscritas e integralizadas, sempre nas mesmas datas, a partir da data de início das atividades do Fundo. Na subscrição de Cotas em data diversa da data de início das atividades do Fundo, será utilizado o valor da Cota de mesma classe em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos.

A integralização das Cotas do Fundo será efetuada à vista em moeda corrente nacional, mediante o crédito do respectivo valor em recursos disponíveis na conta corrente do Fundo a ser indicada pela Administradora, por qualquer mecanismo de transferência de recursos admitido pelo BACEN ou através de sistema operacionalizado pela B3, quando aplicável.

A integralização de Cotas Subordinadas em Direitos Creditórios está condicionada ao atendimento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade.

A confirmação da integralização de Cotas do Fundo pelos Cotistas está condicionada à efetiva disponibilidade dos recursos na conta corrente do Fundo.

As Cotas Seniores poderão ser registradas para distribuição no mercado primário no SF - Módulo de Fundos, operacionalizado pela B3, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas.

A partir da data de início da operação do Fundo, as Cotas do Fundo terão seu valor de integralização e de resgate, nas hipóteses definidas no Regulamento e neste Prospecto, calculado no fechamento de todo Dia Útil pela Administradora.

Os critérios de determinação do valor das Cotas de cada classe têm como finalidade definir qual o valor de integralização será aplicável para cada classe de Cotas durante as atividades do Fundo e qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares de cada classe de Cotas na hipótese de resgate de Cotas, e não representam e não devem ser considerados, em hipótese alguma, como promessa ou obrigação legal ou contratual de remuneração por parte do Fundo, da Administradora, da Gestora ou do Custodiante.

#### *Classificação de Risco*

As Cotas Seniores em circulação serão trimestralmente avaliadas pela Agência Classificadora de Risco. Não obstante, caso entenda necessário, a Agência Classificadora de Risco poderá solicitar informações adicionais e rever a classificação de risco das Cotas Seniores em periodicidade inferior.

#### *Negociação das Cotas*

As Cotas do Fundo não serão objeto de cessão ou transferência, salvo por decisão judicial, execução de garantia ou sucessão universal.

#### *Resgate de Cotas*

Os Cotistas detentores de Cotas Seniores poderão solicitar o resgate das Cotas observado o prazo de carência, devendo, para tanto, observar o procedimento disposto neste Prospecto e no Regulamento.

Não será admitido o resgate de Cotas desde a data do envio da convocação para a Assembleia Geral de Cotistas que tenha sido convocada para deliberar sobre Evento de Avaliação e/ou Evento de Liquidação do Fundo, até a ocorrência da respectiva Assembleia Geral de Cotistas que delibere definitivamente sobre o tema.

Caso o Regulamento ou este Prospecto preveja a ocorrência de pagamento de resgates aos Cotistas, em desacordo com as normas e procedimentos adotados pela B3: (a) a B3 ficará isenta de qualquer responsabilidade; e (b) o pagamento de resgates aos Cotistas deverá ocorrer fora do ambiente da B3 e será realizado pela Administradora.

Os Cotistas poderão solicitar o resgate das Cotas de sua titularidade, por meio de correspondência encaminhada à Administradora.

O pagamento do valor do resgate de Cotas Seniores será realizado no prazo de 60 (sessenta)

dias corridos, contados da data de recebimento da solicitação pela Administradora, ou no Dia Útil subsequente, caso tal data não seja Dia Útil, e utilizará como base o valor da cota de fechamento do Dia útil imediatamente anterior ao pagamento dos resgates aos Cotistas, observado o prazo de carência para as Cotas Seniores disposto neste Prospecto e no Regulamento.

O pagamento dos resgates pode estar sujeito ao fluxo de vencimentos futuros dos Direitos Creditórios, de modo que os Cotistas devem estar cientes de que, dependendo do volume de resgates solicitados em determinado período, há o risco de o Fundo não possuir recursos suficientes para efetuar o pagamento de todos os resgates no prazo solicitado. Neste caso, aplicar-se-á o disposto no parágrafo abaixo.

Caso as ordens de resgate excedam a liquidez do Fundo em determinado dia, de forma que não existam recursos suficientes para cobrir os pedidos de resgate, a Administradora atenderá aos pedidos de resgates conforme a ordem cronológica de recebimento de tais pedidos, postergando para o Dia Útil imediatamente seguinte os resgates que não puderem ser atendidos no mesmo dia, não sendo, portanto, aplicados os prazos estabelecidos acima. Neste caso, a Administradora no mesmo dia do recebimento do pedido, comunicará aos Cotistas e à Gestora sobre os procedimentos que serão utilizados para pagamento dos resgates.

Enquanto perdurar a situação descrita acima, a aquisição de novos Direitos Creditórios pelo Fundo será suspensa, reiniciando quando forem realizados os pagamentos referentes aos resgates solicitados pelos Cotistas, caso não tenha ocorrido nenhum Evento de Avaliação e/ou Evento de Liquidação do Fundo.

Caso após 360 (trezentos e sessenta) dias contados a partir do final do período de carência em relação a data da solicitação de um resgate ainda não haja recursos disponíveis para pagamento do referido resgate, a Administradora deverá convocar uma Assembleia Geral de Cotistas para deliberar se tal fato deve configurar ou não um Evento de Liquidação.

As Cotas Subordinadas somente poderão ser resgatadas (a) após o resgate da totalidade das Cotas Seniores; ou (b) desde que seja mantida a Subordinação, e observado a faculdade dos Cotistas Seniores de resgatar as Cotas Seniores de sua titularidade antes que seja atendido pedido de resgate de Cotas Subordinadas, nos termos do Artigo 18-A da Instrução CVM 356 (“Preferência de Resgate”), conforme estabelecido no Artigo 18-A da Instrução CVM 356, neste Prospecto e no Regulamento.

De modo a garantir a Preferência de Resgate aos Cotistas Seniores, a Administradora deverá, no máximo, no terceiro dia útil após o recebimento de pedido de resgate de Cotas Subordinadas, enviar comunicação a ser realizada pela Administradora aos Cotistas Seniores, nos termos do Artigo 18-A da Instrução CVM 356, informando que foi realizada solicitação de

resgate de Cotas Subordinadas, a qual deverá indicar, ao menos: (a) o valor e a data programada para a realização do resgate das Cotas Subordinadas; e (b) os prazos e condições para que os Cotistas Seniores exerçam a Preferência de Resgate (“Comunicação de Preferência de Resgate”), podendo os Cotistas Seniores, em até 60 (sessenta) dias após a data de recebimento pela Administradora do pedido de resgate de Cotas Subordinadas, conforme tal data lhes seja informada na Comunicação de Preferência de Resgate, requerer o exercício da Preferência de Resgate, com o consequente resgate de suas respectivas Cotas Seniores antes do resgate das Cotas Subordinadas cujo resgate tenha sido solicitado nos termos do item (b), do parágrafo acima.

O pagamento do valor do resgate de Cotas Subordinadas será realizado em até 5 (cinco) Dias Úteis após o que ocorrer primeiro entre (a) o final do prazo para exercício da Preferência de Resgate, ou (b) após a manifestação de todos os Cotistas Seniores com relação à Preferência de Resgate e desde que o resgate das Cotas Subordinadas não descaracterize o índice de Subordinação.

O resgate de Cotas Subordinadas será efetuado pelo valor de fechamento das Cotas Subordinadas no Dia Útil anterior à data do efetivo pagamento dos resgates aos Cotistas.

#### *Reserva de Caixa*

A Administradora, exclusivamente com os recursos do Fundo, constituirá uma Reserva de Caixa, representados por Recursos Livres, cujo valor deverá ser apurado pela Administradora e monitorado pela Gestora em todo último Dia Útil de cada mês calendário, definido pelo total de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos no período de 90 (noventa) dias contados da data de apuração.

Os valores segregados na Reserva de Caixa somente poderão ser utilizados pelo Fundo no pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo.

#### *Índice de Liquidez*

A Gestora deverá calcular, diariamente, o Índice de Liquidez da Carteira, a ser apurado, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Índice de Liquidez} = \frac{\text{Recursos Livres} + (\text{DC} / 1,20)}{\text{VP}}$$

onde:

DC corresponde ao valor atribuído ao somatório dos Direitos Creditórios integrantes da Carteira, devidamente atualizados, que tenham

vencimento nos próximos 30 (trinta) dias contados da data de Índice de Liquidez.

VP corresponde ao somatório do valor de resgate e total de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos no período de 30 (trinta) dias contados da data de apuração do Índice de Liquidez.

O Índice de Liquidez deverá ser maior ou igual a 01 (um), e caso permaneça com valor menor a 01 (um) pelo período de 30 (trinta) Dias Úteis, a Administradora deverá tomar todas as providências relativas à ocorrência de um Evento de Avaliação.

#### *Rentabilidade Alvo*

Na hipótese de o Fundo atingir a rentabilidade alvo das Cotas Seniores, conforme estabelecido neste Prospecto e no Regulamento, a rentabilidade excedente será atribuída às Cotas Subordinadas, as quais não possuem limite de rentabilidade.

#### **Comunicações**

Para fins do disposto neste Prospecto e no Regulamento, considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre a Administradora, a Gestora, o Custodiante, os Cedentes e os Cotistas.

#### **Divulgação de Informações**

A Administradora divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, tal como a eventual alteração da classificação de risco do Fundo ou dos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da respectiva Carteira, de modo a garantir ao Cotista acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influenciar as decisões do Cotista quanto à permanência no Fundo ou, no caso de potenciais investidores, quanto à aquisição de Cotas.

Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo e daquelas previstas na legislação e na regulamentação em vigor, considera-se fato relevante a alteração da classificação de risco do Fundo ou dos Direitos Creditórios e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira.

A divulgação das informações previstas nesta seção deve ser feita por meio de correio eletrônico encaminhado aos Cotistas e mantido disponível para os Cotistas na sede e dependências da Administradora e nas instituições que coloquem Cotas do Fundo, sem prejuízo da disponibilização na página da rede mundial de computadores do Distribuidor e da Administradora.

A Administradora colocará à disposição dos Cotistas, em sua sede e dependências, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o encerramento de cada mês, as seguintes informações, além de outras exigidas nos termos deste Prospecto, do Regulamento e da regulamentação aplicável: (i) o número de Cotas de propriedade de cada Cotista e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referirem; e (iii) dados acerca do comportamento da Carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, abrangendo discussão quanto ao desempenho esperado e o realizado.

A Administradora deve enviar à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, em até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social ao qual se refiram, as demonstrações financeiras anuais do Fundo.

A Administradora deve enviar informe mensal à CVM através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, conforme modelo e conteúdo disponíveis na referida página, observado o prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último Dia Útil daquele mês.

Observada as disposições da Instrução CVM 356 a esse respeito, o Diretor Designado ou sócio-gerente da Administradora, indicado como sendo o responsável pelo Fundo, deverá elaborar demonstrativos trimestrais, os quais devem ser enviados à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o encerramento do período, e permanecer à disposição dos cotistas do Fundo, bem como ser examinados por ocasião da realização de auditoria independente.

### **Demonstrações Financeiras**

O Fundo terá escrituração contábil própria, destacada da relativa à Administradora.

O exercício social do Fundo terá duração de 01 (um) ano, encerrando-se em 31 de março de cada ano, ficando ressalvado que apenas o primeiro exercício iniciar-se-á na Data de Emissão e terminará em 31 de março de 2018.

As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão elaboradas de acordo com a Instrução CVM nº 489/11 e com o COSIF, e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM, sendo auditadas por auditor independente registrado na CVM.



## **POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA**

### **Premissas da Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira**

O Fundo e as aplicações realizadas pelos Cotistas no Fundo não contarão com garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante ou de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

Ademais, os investimentos da Carteira estão sujeitos aos fatores de risco descritos neste Prospecto e no Regulamento.

Não obstante a diligência da Administradora, da Gestora e do Custodiante em colocar em prática a política de investimento delineada neste Prospecto e no Regulamento, o Fundo, a Administradora, a Gestora e o Custodiante não serão responsáveis, em nenhuma hipótese, pela existência e/ou pela solvência dos Direitos Creditórios, por eventual depreciação dos bens ou ativos integrantes da Carteira do Fundo, ou por prejuízos em caso de liquidação do Fundo, assumindo os Cotistas os riscos inerentes a este tipo de investimento.

Não há garantia de que os objetivos do Fundo serão alcançados.

Os percentuais de composição e diversificação da Carteira, referidos nesta seção, serão verificados pela Gestora, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior.

### **Operações com Direitos Creditórios**

Para a consecução de seu objetivo, o Fundo aplicará suas disponibilidades na aquisição de Direitos Creditórios, de ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, que atendam aos Critérios de Elegibilidade previstos neste Prospecto e no Regulamento.

Decorridos 90 (noventa) dias do início das atividades, o Fundo deverá ter alocado, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seus recursos na aquisição de Direitos Creditórios.

A CVM, a seu exclusivo critério, poderá prorrogar o prazo estipulado no caput por igual período, desde que a Administradora apresente motivos que justifiquem tal prorrogação.

### **Recursos Livres**

Os Recursos Livres correspondentes ao saldo diário remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos Creditórios será necessariamente mantido, exclusivamente em:

- (a) Títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- (b) Títulos de emissão do BACEN;
- (c) Operações compromissadas;
- (d) Títulos ou valores mobiliários de emissão de instituição financeira com *rating* maior ou igual ao das Cotas Seniores atribuído pela Agência Classificadora de Risco; e
- (e) cotas de fundos de investimento referenciados à Taxa DI que apliquem seus recursos exclusivamente em títulos públicos federais e/ou operações compromissadas lastreadas nestes títulos, os quais poderão ser administrados e/ou geridos pela Administradora ou pela Gestora, por suas controladoras, sociedades por eles direta ou indiretamente controladas, sociedades coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

O Fundo poderá realizar operações em que a Administradora e/ou Gestora ou fundos de investimentos por elas administrados e/ou geridos figurem como contraparte do Fundo, desde que em operações com a finalidade exclusiva de realizar a gestão de caixa e liquidez do Fundo.

O Fundo não poderá adquirir direitos creditórios cedidos e/ou originados pela Administradora, pela Gestora e/ou pelo Custodiante, ou de coobrigação destes, bem como de seus controladores, de sociedades por eles direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

O Fundo não realizará operações de:

- (a) aquisição de ativos ou de aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial, bem como ativos de emissão e/ou coobrigação da Administradora, da Gestora e partes a elas relacionadas;
- (b) operações de *daytrade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo Ativo Financeiro;
- (c) aquisição de cotas de Fundo de Desenvolvimento Social;
- (d) aplicação de recursos no exterior;

- (e) operações de empréstimo de títulos e valores mobiliários;
- (f) operações em mercados de derivativos; e
- (g) aquisição de direitos creditórios não performados, relativos a operações para entrega futura, ou cuja exigibilidade em relação ao seu Sacado dependa de contraprestação futura do Cedente.

Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu patrimônio.

## **POLÍTICA DE ANÁLISE DOS CEDENTES E DAS OPERAÇÕES DE CESSÃO**

Toda e qualquer operação de aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo deverá ser realizada em estrita observância ao disposto no Contrato de Cessão e respectivos Termos de Cessão, a serem celebrados com cada um dos Cedentes.

As minutas do Contrato de Cessão e respectivo Termo de Cessão deverão ser previamente aprovadas pela Administradora e pela Gestora.

As minutas do Contrato de Cessão e respectivo Termo de Cessão poderão ser alteradas, de tempos em tempos e/ou caso a caso, em virtude de negociações com cada Cedente, estando tais alterações sujeitas à prévia aprovação da Administradora e da Gestora.

Os termos e condições do Contrato de Cessão e respectivos Termos de Cessão deverão ser acordados de forma irrevogável e irretratável e vincularão o Cedente e o Fundo, bem como seus sucessores a qualquer título, sendo que poderão ser levados a registro em cartório de títulos e documentos, de acordo com o estabelecido pela Administradora, juntamente com a Gestora.

Cada cessão de Direitos Creditórios será formalizada entre o respectivo Cedente e o Fundo, representado pela Administradora, por meio do Termo de Cessão.

A cada celebração de um Termo de Cessão, o Cedente estará obrigado a praticar todos os atos necessários para a efetivação da cessão.

### **Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios**

Na aquisição de quaisquer Direitos Creditórios pelo Fundo, a taxa interna de retorno resultante da Carteira de Direitos Creditórios a vencer do Fundo, incluindo os créditos cedidos, deverá ser igual ou superior à taxa mínima de retorno resultante da seguinte fórmula:

$$\text{Taxa mínima de retorno} = 180\% * \text{Taxa DI}$$

Para a aquisição de Direitos Creditórios, ressalvados os Direitos Creditórios pós-fixados, a Taxa da Cessão será representada pela relação entre o valor bruto da cessão e valor líquido da cessão expressa de forma anual, conforme abaixo, e deverá ser sempre igual ou superior a taxa mínima de retorno mencionada acima.

$$\text{Taxa da Cessão} = \left[ \left( \frac{\text{Valor Bruto da Cessão}}{\text{Valor Líquido da Cessão}} \right)^{\frac{252}{DU}} - 1 \right] \times 100$$

Sendo que:

Valor Bruto da Cessão = valor nominal do Direito de Crédito no vencimento.

Valor Líquido da Cessão = valor financeiro entregue ao Cedente pela cessão do Direito de Crédito, ou seja, o valor de face do Direito de Crédito.

DU = Dias Úteis da operação.

O Fundo não irá adquirir direitos creditórios pós-fixados.

### **Política de Análise dos Cedentes e das Operações de Cessão**

A Gestora, no âmbito de atuação de cada um de seus integrantes, é responsável pela análise dos Direitos Creditórios e a pré-verificação dos Critérios de Elegibilidade, com o objetivo de dar suporte e subsidiar a Gestora nas atividades de seleção dos Direitos Creditórios, além das demais funções estabelecidas neste Prospecto.

A política de Análise dos Cedentes e das Operações de Cessão é desenvolvida e monitorada pela Gestora, e pode ser sintetizada como sendo:

1. Os Cedentes serão pessoas jurídicas que deverão ser previamente cadastradas pela Gestora para que possam ofertar Direitos Creditórios ao Fundo. Para que tenha seu cadastro aprovado, cada Cedente deverá atender, cumulativamente, aos requisitos elencados para a Documentação Necessária descrita abaixo.
2. Após o cadastramento dos Cedentes de acordo com os requisitos estabelecidos no item (1) acima, a Gestora efetuará uma análise de cada Cedente para a concessão de um limite operacional que observará as seguintes etapas:
  - (a) o gerente operacional é responsável pela análise de Cedentes;
  - (b) na primeira visita são recolhidos dados suficientes para a elaboração do relatório de visitas, a partir do qual serão geradas a ficha cadastral, análise de riscos e *compliance* da sociedade que cederá seus Direitos Creditórios de acordo com os requisitos previstos no item (a) acima;
  - (c) com os referidos relatórios devidamente preenchidos com os dados do Cedente, a diretoria da Gestora analisa se este tem o perfil para ceder Direitos Creditórios ao Fundo. Em caso positivo, o diretor operacional da Gestora solicita visita ao Cedente cadastrado;

- (d) nas reuniões realizadas pelo Comitê de Crédito da Gestora, os diretores e o gerente operacional decidem o limite, os fatores, taxas e tarifas que incidirão sobre a cessão de Direitos Creditórios que atendem os Critérios de Elegibilidade do Cedente cadastrado ao Fundo. Em caso de dúvidas, solicita-se nova visita ao Cedente cadastrado com o diretor superintendente, ou novos levantamentos a serem realizados pela área de cadastro da Gestora;
- (e) após a aprovação pelo Comitê de Crédito, o gerente operacional solicita a área de Cadastro da Gestora a elaboração de contrato de cessão, nem como a inserção do Cedente no sistema operacional; e
- (f) verificadas todas as etapas acima e assinatura do contrato validada pelo Administrador, poderá ocorrer a cessão de Direitos Creditórios pelo Cedente.

3. Após a aprovação do Cedente, a Gestora efetua a análise de cada operação de cessão de Direitos Creditórios proposta, verificando se atendem os Critérios de Elegibilidade de acordo com a seguinte metodologia:

- (a) O Cedente cadastrado envia o arquivo contendo os Documentos representativos dos direitos creditórios (por correspondência eletrônica ou fac-símile) e o assistente da Gestora faz a inserção dos referidos documentos representativos dos direitos creditórios no sistema;
- (b) o gerente operacional faz a primeira análise da operação, utilizando as ferramentas de análise que o sistema dispõe, tais como:

Sobre o Cedente:

- (i) analisar o grau de concentração por Cedente para verificar a possibilidade do mesmo realizar a cessão;
- (ii) verificar a liquidez recente do Cedente;
- (iii) verificar a posição de Direitos Creditórios que atendem os Critérios de Elegibilidade vencidos;
- (iv) verificar a confirmação dos Direitos Creditórios que atendem os Critérios de Elegibilidade em carteira; e
- (v) verificar se o Cedente tem alguma informação relevante no SERASA.

#### Sobre os Sacados:

- (i) analisar o grau de concentração por Sacado em relação ao Patrimônio Líquido do Fundo;
- (ii) observar a concentração por Sacado junto ao Cedente;
- (iii) observar a liquidez do Sacado no sistema;
- (iv) verificar o histórico de pagamento no sistema;
- (v) verificar no SERASA se o Sacado tem alguma informação relevante, e se o perfil do Sacado é compatível com os valores dos Direitos Creditórios que atendem os Critérios de Elegibilidade contra ele;
- (vi) verificar se o Sacado admite a cessão de Direitos Creditórios a terceiros; e
- (vii) verificar os processos de originação e às políticas de concessão de crédito pelos Cedentes aos Sacados, conforme previsto neste Prospecto.

#### Sobre os Direitos Creditórios:

- (i) analisar enquadramento de valores e prazos em relação ao perfil do Cedente / Sacado;
- (ii) analisar o sequenciamento das duplicatas;
- (iii) verificar o envio do Lastro, XML ou Cheque;
- (iv) o departamento de crédito e o Diretor de Risco da Gestora realizam a análise complementar, verificando os itens acima, questões de risco específico do CEDENTE e enquadramento aos Critérios de Elegibilidade, a fim de aprovar ou reprovar, total ou parcialmente a operação de cessão e, após esta análise e, em conjunto com o gerente operacional, aprova ou reprovava a concretização da cessão; e
- (v) o Diretor de Gestão realiza a aprovação final de cada operação, aprovada total ou parcialmente, para que a seja providenciado o envio de relatório com os Direitos Creditório que atenderam a análise realizada e aos Critérios de Elegibilidade aprovados para validação da Administradora.

## **Procedimento de Confirmação junto Aos Sacados**

1. Posteriormente a cada cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, a Gestora:
  - (i) verificará a exatidão das informações dos documentos representativos de crédito e a veracidade dos mesmos junto aos Sacados, informando imediatamente por e-mail enviado à Diretoria e ao gerente operacional ou ao assistente responsável da Gestora quaisquer divergências que porventura sejam encontradas;
  - (ii) verificará junto ao Cedente, por intermédio do gerente operacional, as soluções para as divergências eventualmente encontradas, nos termos do item (a) acima;
  - (iii) manterá o sistema atualizado com relação aos títulos confirmados/não confirmados, por Cedente;
  - (iv) verificará, junto aos Sacados, uma semana antes do vencimento, se estes receberam o boleto de cobrança e a notificação da cessão do Direito Creditório que atende os Critérios de Elegibilidade com o Fundo. Na hipótese dos Sacados não terem recebido o boleto de cobrança, a Gestora irá providenciar junto à Administradora o envio da segunda via do boleto, bem como enviará uma segunda via da notificação da cessão para os Sacados;

## **Metodologia para verificação do lastro por amostragem**

O Custodiante receberá os Documentos Comprobatórios em até 10 (dez) Dias Úteis depois da cessão dos Direitos Creditórios, e analisará a referida documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo.

Em um data-base pré-estabelecida, sendo que nesta data-base será selecionada uma amostra aleatória simples para a determinação de um intervalo de confiança para a proporção de eventuais falhas, baseado numa distribuição binomial aproximada a uma distribuição normal com 95% (noventa e cinco por cento) de nível de confiança, visando a uma margem de erro de 5% (cinco por cento), independentemente de quem sejam os Cedentes dos Direitos Creditórios.

O escopo da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios contempla a verificação da existência dos respectivos Documentos Comprobatórios correspondentes, conforme abaixo detalhado:



- (i) Obtenção de base de dados analítica por Direitos Creditórios integrante da carteira do Fundo;
- (ii) Verificação física / digital dos Documentos Comprobatórios;
- (iii) Verificação da documentação acessória representativa dos Direitos Creditórios (identificação pessoal, comprovante de residência etc.);
- (iv) Evidenciação do atendimento às políticas de cobrança administrativa para Direitos Creditórios vencidos e não liquidados;
- (v) Verificação das condições de guarda física dos Documentos Comprobatórios junto ao Depositário do Fundo; e
- (vi) A verificação trimestral deve contemplar:
  - (a) Os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo; e
  - (b) Os Direitos Creditórios inadimplidos e os substituídos no referido trimestre, para a qual não se aplica o disposto nos §§ 1º e 3º do Artigo 38 da Instrução CVM nº 356/01.
- (vii) Seleção de uma amostra de acordo com a fórmula abaixo:

Fórmula para seleção da amostra:

$$n_0 = \frac{1}{\xi_0^2} \quad A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

$\xi_0$  : Erro Estimado

$A$  : Tamanho da Amostra

$N$  : População Total

$n_0$  : Fator Amostral

#### **Diretrizes Relativas aos Processos de Originação e às Políticas de Concessão de Crédito pelos Cedentes aos Sacados**

A natureza e as características do Fundo não permitem estabelecer critérios detalhados para os processos de originação, políticas de concessão de crédito pelos cedentes aos sacados e acompanhamento de Direitos Creditórios. As descrições a seguir apresentadas representam uma descrição genérica de como a Gestora, no exercício de suas atribuições previstas no

Regulamento, pretende atuar na seleção dos Direitos Creditórios e são baseadas na experiência da Gestora na aquisição e acompanhamento de créditos corporativos no Brasil nos últimos anos.

Tendo em vista a natureza variada dos Direitos Creditórios passíveis de aquisição pelo Fundo, não é possível fornecer uma descrição detalhada dos processos de originação e/ou das políticas de concessão de crédito que poderão ser adotados pelas respectivas Cedentes..

A Gestora deverá priorizar a seleção de Direitos Creditórios que observem os seguintes aspectos: (i) o grau de previsibilidade do negócio e do setor, bem como o nível de endividamento, a qualidade da gestão e os objetivos estratégicos do Sacado sejam satisfatórios, incluindo, mas não se limitando, a análise junto a qualquer órgão de proteção ao crédito, como Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), SERASA ou Cadastro de Emitente de Cheques sem Fundos (CCF), segundo entendimento da Gestora; (ii) as taxas de juros incidentes para cada Direito Creditório sejam compatíveis com as condições de mercado vigentes à época (análise do custo de oportunidade versus custo de crédito), segundo entendimento da Gestora. A Gestora não produzirá relatórios formais contendo comparações de preços ou de variáveis para cada Direito Creditório analisado.

## **POLÍTICA DE COBRANÇA**

A cobrança dos Direitos Creditórios integrantes da Carteira do Fundo será realizada pelo Agente de Cobrança.

O Agente de Cobrança foi contratado pelo Fundo, com a interveniência e anuência da Administradora, como agente responsável pelo recebimento e cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos, conforme descrito no Contrato de Cobrança.

A cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos observará os seguintes procedimentos:

### **Cobrança Sacado**

- (a) através de ligações telefônicas aos Sacados até o 5º (quinto) dia de atraso para cobrança e identificação do tipo de inadimplência para ajustar a forma de cobrança;
  - (i) caso o Sacado justifique o atraso e informe previsão de pagamento, desde que inferior a 30 (trinta) dias, esta informação será levada à aprovação pela Diretoria da Gestora. Sendo aprovada, esta data de previsão de pagamento será considerada nova data de vencimento para fins da Política de Cobrança;
  - (ii) caso haja vício de origem, a cobrança será direcionada ao Cedente;
  - (iii) caso esteja relacionada à solvência do Sacado, o processo de cobrança será mantido contra o Sacado; e
  - (iv) caso esteja relacionada à solvência do Sacado e o Cedente tenha coobrigação para solvência do Sacado, o processo de cobrança também será conduzido junto ao Cedente.
- (b) caso não ocorra a efetiva liquidação até o 7º (sétimo) dia posterior ao vencimento, nem previsão de pagamento aprovada pela Gestora, será comandada a instrução de protesto, por meio do Agente de Cobrança, para o Cartório de Protestos de Títulos da praça do Sacado. Eventualmente, por decisão da Gestora, poderá ser realizado apontamento de pendência financeira junto ao SERASA como alternativa e/ou complemento ao protesto; e
- (c) na hipótese dos procedimentos acima delineados não serem suficientes para provocar a quitação dos Direitos Creditórios Inadimplidos em até 30 (trinta) dias de seu vencimento, haverá encaminhamento do mesmo à área jurídica da Gestora para que sejam tomadas as providências judiciais cabíveis.

Não obstante o processo de cobrança junto ao Sacado, independentemente de haver a coobrigação do Cedente pela solvência do Sacado, será negociado junto ao Cedente a recompra do referido título.

Na hipótese do Direito Creditório ser representado por cheque, nos casos em que sua a devolução seja permitida (excluindo os casos em que haja sustação ou erro de preenchimento), haverá a reapresentação do mesmo e o prazo de inadimplência para fins deste processo de cobrança será considerado a partir da data de reapresentação.

### **Cobrança Cedente**

Nos casos de inadimplência do Sacado em que haja coobrigação do Cedente pela solvência do Sacado, será realizado o mesmo processo abaixo, observando as peculiaridades inerentes a cada situação.

A negociação comercial junto ao Cedente para recompra é conduzida pela equipe que possui o relacionamento comercial.

Após 15 (quinze) dias sem sucesso no processo comercial, é dado início ao processo de cobrança, conforme abaixo:

- (a) notificação extrajudicial registrando a situação e indicando prazo para solução antes do encaminhamento jurídico;
- (b) negativação do Cedente junto ao SERASA por meio de apontamento de PEFIN (Pendência Financeira);
- (c) na hipótese dos procedimentos acima delineados não serem suficientes para a quitação dos Direitos Creditórios Inadimplidos em até 30 (trinta) dias de seu vencimento, haverá encaminhamento do mesmo à área jurídica da Gestora para que sejam tomadas as providências judiciais cabíveis.

A identificação do motivo da inadimplência, poderá ocorrer antes mesmo do vencimento ou no processo de cobrança, pois a política de cobrança de inadimplência é diferenciada quando há vício de origem.

### **Casos de vícios de origem**

Os casos de vício de origem podem ser identificados durante o processo de confirmação, notificação da cessão do título ou monitoramento da DANFE (Nota Fiscal Eletrônica). Nestes

casos, o referido Direito Creditório estará registrado como “oposição” e o processo de cobrança de recompra junto ao Cedente se iniciará antes mesmo da data de vencimento.

Nos casos de vício de origem, é fundamental a caracterização do mesmo com informações do Sacado, para assegurar que, caso não haja solução no processo comercial, a empresa possua os instrumentos necessários para realizar a cobrança judicial.

Para a caracterização do vício de origem deve ser consolidada a documentação abaixo de acordo com a disponibilidade.

- (a) Resposta do Sacado ao Comunicado de Cessão do Direito Creditório ou declaração do Sacado indicando vício de origem do referido título;
- (b) Gravação da ligação realizada pela Gestora ao Sacado com objetivo de confirmar o Direito Creditório;
- (c) Cópia da tela com Nota Fiscal cancelada;
- (d) Outros documentos relacionados.

Todas as despesas necessárias à efetivação da cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos serão arcados pela Gestora.

Os Cedentes deverão transferir ao Fundo, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de verificação de seu recebimento, quaisquer valores que eventualmente venham a receber dos Sacados, sem qualquer dedução ou desconto, a qualquer título.

Não obstante o disposto neste Prospecto e no Regulamento, a Administradora, o Custodiante e a Gestora não serão responsáveis pelos resultados obtidos na implementação da política de cobrança ou pelo pagamento ou liquidação dos Direitos Creditórios dos Sacados que estejam inadimplentes com o Fundo.

## LIMITES DE CONCENTRAÇÃO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

### Limites de Concentração

Durante toda vigência do Fundo os Direitos Creditórios deverão observar os seguintes Limites de Concentração, a serem verificados diariamente pela Gestora:

- (a) A média ponderada das taxas de remuneração dos Direitos Creditórios a vencer na Carteira do Fundo, incluindo os Direitos Creditórios a serem cedidos, deverá ser igual ou superior a 180% (cento e oitenta por cento) da Taxa DI;
- (b) Os Direitos Creditórios cedidos por sociedade Cedentes que se encontrem sob recuperação judicial (ou seja, a partir do deferimento do processamento da recuperação judicial, nos termos do Artigo 52 da Lei nº 11.101) ou recuperação extrajudicial (ou seja, a partir da homologação judicial do plano de recuperação extrajudicial, nos termos do Artigo 165 da Lei nº 11.101), procedimento de intervenção e liquidação extrajudicial, processo falimentar ou insolvência civil deverão ser limitados a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo
- (c) O total de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo por um mesmo Cedente ou Grupo Econômico do Cedente não poderá representar mais que 4,5% (quatro virgula por cento) do Patrimônio Líquido;
- (d) o percentual correspondente ao valor contábil total dos Direitos Creditórios cedidos pelos 5 (cinco) Cedentes de maior Representatividade, considerando também o Grupo Econômico do Cedente, não pode exceder, a qualquer momento, 18% (dezoito por cento) do Patrimônio Líquido;
- (e) Devem ser observados os seguintes limites de concentração em relação a um mesmo Sacado ou Grupo Econômico do Sacado: (i) o total de Direitos Creditórios devidos ao Fundo por um mesmo Sacado ou Grupo Econômico do Sacado não poderá representar mais que 4,5% (quatro virgula cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo (ii) o percentual correspondente ao valor contábil total dos Direitos Creditórios devidos pelos 5 (cinco) Sacados de maior Representatividade, considerando também o Grupo Econômico do Sacado, não pode exceder, a qualquer momento, 18% (dezoito por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (f) Os Direitos Creditórios representados por cheques podem atingir no máximo 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo apurado no Dia Útil

anterior à cessão; quando representados por duplicatas, os Direitos Creditórios podem atingir 99% (noventa e nove por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; e

- (g) A média ponderada dos prazos de todos os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias.

Sem prejuízo do disposto no item (e) acima, será admitida a elevação para 10% (dez por cento) para todos os Sacados que venham a receber classificação de risco maior ou igual a atribuída às Cotas Seniores por Agências Classificadoras de Risco. Será responsabilidade da Gestora obter periodicamente junto à Agência Classificadora de Risco os relatórios de classificação de risco referentes a cada Sacado que a Gestora pretenda enquadrar nesta exceção e encaminhar estes relatórios de classificação de risco ao Custodiante, de forma que esta proceda a eventuais alterações em seus controles de validação dos Direitos Creditórios quanto aos Critérios de Elegibilidade.

Os limites estabelecidos nos itens (d) e (e) acima, podem ter incremento de até 1,5x (uma vez e meia) enquanto o Patrimônio Líquido do Fundo for inferior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

### **Critérios de Elegibilidade**

O Fundo somente adquirirá Direitos Creditórios que atendam, na data da respectiva cessão ao Fundo, aos Critérios de Elegibilidade previstos nesta seção.

Os Direitos Creditórios passíveis de aquisição pelo Fundo devem atender aos seguintes Critérios de Elegibilidade, cuja verificação será realizada pelo Custodiante:

- (a) Os Direitos Creditórios deverão ter prazo de vencimento final de, no mínimo, de 5 (cinco) dias e, no máximo, de 720 (setecentos e vinte) dias quando de sua aquisição pelo Fundo;
- (b) O valor unitário de um Direito Creditório não pode exceder R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);
- (c) Os Direitos Creditórios adquiridos de Cedentes que se encontrem sob recuperação judicial (ou seja, a partir do deferimento do processamento da recuperação judicial, nos termos do Artigo 52 da Lei nº 11.101) ou recuperação extrajudicial (ou seja, a partir da homologação judicial do plano

de recuperação extrajudicial, nos termos do Artigo 165 da Lei nº 11.101), procedimento de intervenção e liquidação extrajudicial, processo falimentar ou insolvência civil, não poderão contar com coobrigação de pagamento por parte de referidos Cedentes;

- (d) O Fundo não poderá adquirir Direitos Creditórios cujo Sacado, cumulativamente, (i) já esteja inadimplente perante o Fundo por período superior a 25 (vinte e cinco) dias corridos; e (ii) tenha Representatividade, considerada pro-forma a aquisição dos Direitos Creditórios sob análise, superior a 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido; e
- (e) Deverão observar os Limites de Concentração estabelecidos na Seção “Limites de Concentração” desta seção.



## **ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS**

### **Competência**

É da competência da Assembleia Geral de Cotistas do Fundo:

- (a) Tomar anualmente, no prazo máximo de 04 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as suas demonstrações financeiras;
- (b) Alterar o Regulamento;
- (c) Deliberar sobre a substituição da Administradora;
- (d) Deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração;
- (e) Deliberar sobre a liquidação, incorporação, fusão e cisão do Fundo;
- (f) Deliberar sobre a redução da remuneração alvo das Cotas Seniores, conforme definido neste Prospecto e no Regulamento, bem como das demais condições de emissão da respectiva classe, como período de carência e de pagamento;
- (g) Resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, tais Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de liquidação Antecipada;
- (h) Resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, tais Eventos de Liquidação Antecipada devem acarretar a liquidação antecipada do Fundo; e
- (i) Deliberar sobre a substituição da Gestora e/ou dos demais prestadores de serviços do Fundo.

O Regulamento será alterado independentemente de deliberação da Assembleia Geral de Cotistas em casos de alterações nas normas legais e regulamentares vigentes, bem como no caso de alteração de dados cadastrais dos prestadores de serviços ao Fundo, mediante ciência ao Cotista da referida alteração, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data do protocolo da referida alteração perante a CVM.

### **Convocação**

Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembleia Geral de Cotistas poderá reunir-

se por convocação da Administradora, a seu exclusivo critério, ou por Cotistas que representem, isoladamente ou em conjunto, 5% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas, mediante solicitação à Administradora, o qual será responsável por convocar a Assembleia Geral de Cotistas solicitada.

A convocação de Assembleia Geral de Cotistas será feita pela Administradora preferencialmente por meio de carta com aviso de recebimento ou por correio eletrônico, encaminhada a cada Cotista, da qual devem constar dia, hora e local em que será realizada a Assembleia Geral de Cotistas e os assuntos a serem tratados.

A convocação da Assembleia Geral de Cotistas deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contados da data de envio da carta com aviso de recebimento ou do correio eletrônico aos Cotistas.

Não se realizando a Assembleia Geral de Cotistas na data estipulada na convocação acima referida, será providenciada segunda convocação para a Assembleia Geral de Cotistas, com antecedência de 05 (cinco) dias corridos, mediante a expedição aos Cotistas de carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

Para efeito do disposto acima, a segunda convocação da Assembleia Geral de Cotistas poderá ser providenciada juntamente com a carta ou correio eletrônico de primeira convocação.

Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral de Cotistas será realizada na sede da Administradora. Quando a Assembleia Geral de Cotistas não for realizada na sede da Administradora, as comunicações enviadas aos Cotistas deverão indicar, com clareza, o local da reunião, que, em hipótese alguma, poderá ser realizada fora da localidade da sede da Administradora.

Independentemente das formalidades previstas neste Prospecto e no Regulamento, será considerada formalmente regular a Assembleia Geral de Cotistas a que comparecerem todos os Cotistas.

### **Instalação e Deliberação**

Na Assembleia Geral de Cotistas, a ser instalada com a presença de pelo menos um Cotista, as deliberações relativas às matérias previstas nos itens acima da seção Competência acima, devem ser tomadas pelo critério da maioria de Cotas dos Cotistas presentes, ressalvado o disposto nos parágrafos abaixo.

As deliberações relativas às matérias previstas nos itens (c), (d), (e), (g), (h) e (i) da seção Competência acima serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Cotas emitidas e,

em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes.

As deliberações sobre a matéria do item (f) da seção Competência acima dependerão de aprovação, em Assembleia Geral de Cotistas que representem 90% (noventa por cento) das Cotas emitidas.

Somente podem votar nas Assembleias Gerais de Cotistas, os Cotistas do Fundo, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de 01 (um) ano, sendo que os instrumentos de mandato devem ser depositados na sede da Administradora no prazo mínimo de 02 (dois) Dias Úteis de antecedência da data de realização da Assembleia Geral de Cotistas.

Não terão direito a voto na Assembleia Geral de Cotistas a Administradora e seus respectivos empregados.

Os Cotistas também poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, desde que recebida pela Administradora em até 01 (um) Dia Útil antes do início da Assembleia Geral de Cotistas.

Quaisquer decisões tomadas em Assembleia Geral de Cotistas devem ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos de sua realização por meio de correio eletrônico ou carta, ambos com aviso de recebimento endereçado a cada Cotista.

## EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

O Fundo será liquidado nas hipóteses previstas neste Prospecto e no Regulamento ou quando os Cotistas assim deliberarem em Assembleia Geral de Cotistas especialmente convocada para tal fim.

### Eventos de Avaliação

São considerados Eventos de Avaliação do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências:

- (a) Inobservância pela Administradora de seus deveres e obrigações previstos neste Prospecto e no Regulamento, que não seja um Evento de Liquidação, desde que, se notificada para sanar ou justificar o descumprimento, não o fizer no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contados do recebimento da referida notificação;
- (b) Renúncia da Administradora à administração do Fundo não resolvida em 30 (trinta) dias contados da data em que a Administradora formalizar e comunicar sua renúncia aos Cotistas do Fundo;
- (c) Aquisição, pelo Fundo, de Direitos Creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade, verificada pelo Custodiante, cujo respectivo saldo devedor seja maior ou igual a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) ou 0.1% (um décimo por cento) do valor do Patrimônio Líquido;
- (d) Caso haja a redução do nível de classificação de risco das Cotas Seniores em circulação em 2 (dois) níveis abaixo da classificação de risco originalmente atribuída, desde que tal rebaixamento decorra de perda da qualidade dos ativos do Fundo. Não serão considerados como Evento de Avaliação os eventuais rebaixamentos decorrentes de mudança de critérios da Agência Classificadora de Risco;
- (e) Inobservância pela Gestora dos deveres e das obrigações previstas neste Prospecto, no Regulamento e no Contrato de Cobrança, desde que, se notificada pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, a Gestora não o fizer no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contados do recebimento da referida notificação;
- (f) Não pagamento, nas datas de resgate, das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas;
- (g) Caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da

classificação de risco referente às Cotas Seniores por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias;

- (h) Existência ou evidência concreta, irrefutável e comprovada documentalmente de que os Direitos Creditórios não foram regularmente e devidamente formalizados;
- (i) Alteração do controle acionário da Gestora, conforme dever de informar à Administradora por esta assumido no Contrato de Gestão;
- (j) O não enquadramento do Fundo ao Índice de Inadimplência verificado no 1º (primeiro) Dia Útil de cada mês, nos termos deste Prospecto e no Regulamento;
- (k) Ocorrência de quaisquer eventos que no entendimento da Administradora acarretem um potencial risco adicional aos Cotistas; e
- (l) Permanência do Índice de Liquidez com valor menor a 1 (um) pelo período de 30 (trinta) Dias Úteis.

Na ocorrência de um Evento de Avaliação, o Fundo não estará sujeito à liquidação automática, devendo a Administradora convocar Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do Evento de Avaliação, devendo deliberar: (i) pela não liquidação do Fundo; ou (ii) que o Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, devendo a Administradora, neste caso, implementar os procedimentos de liquidação do Fundo previstos na presente seção, independentemente da realização de nova Assembleia Geral de Cotistas.

Na hipótese de ocorrência e continuidade de um Evento de Avaliação, e até a eventual decisão de liquidação do Fundo ou de retomada de suas atividades regulares, conforme venha a ser deliberado pela Assembleia Geral de Cotistas, a Administradora do Fundo deverá suspender imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios e resgates de Cotas.

#### **Eventos de Liquidação**

São considerados Eventos de Liquidação do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências:

- (a) Sempre que os Cotistas assim decidirem em Assembleia Geral de Cotistas especialmente convocada para tal fim, sem prejuízo de outras hipóteses descritas neste Prospecto e no Regulamento;
- (b) Se o Fundo mantiver Patrimônio Líquido médio inferior a R\$ 500.000,00

(quinhentos mil reais), pelo período de 3 (três) meses consecutivos e não for incorporado a outro fundo de investimento em direitos creditórios;

- (c) Caso seja deliberado em Assembleia Geral de Cotistas que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- (d) Caso a Administradora deixe de convocar Assembleia Geral de Cotistas na hipótese de ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos Eventos de Avaliação acima;
- (e) Na hipótese de serem realizados pagamentos de resgate de Cotas Subordinadas em desacordo com este Prospecto e Regulamento;
- (f) Renúncia da Administradora com a consequente não assunção de suas funções por uma nova instituição nos prazos previstos neste Prospecto e no Regulamento; e
- (g) caso seja aprovado em Assembleia Geral de Cotistas a destituição ou substituição da Gestora.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá: (i) notificar os Cotistas; (ii) comunicar à Gestora; (iii) suspender imediatamente o pagamento de qualquer resgate em andamento, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios; (iv) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo definidos abaixo; e (v) convocar, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis do respectivo evento, uma Assembleia Geral, para que os Cotistas deliberem sobre as medidas que serão adotadas visando a preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, observando o direito de resgate dos Cotistas Dissidentes que o solicitarem, pelo valor das Cotas.

A Assembleia Geral de Cotistas mencionada acima poderá ser realizada, quando aplicável, juntamente com a Assembleia Geral de Cotistas que deliberar que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação.

Caso a Assembleia Geral de Cotistas decida não liquidar o Fundo, será assegurado aos Cotistas detentores de Cotas Seniores dissidentes, desde que se manifestem formalmente até o encerramento da respectiva Assembleia Geral de Cotistas, o resgate das Cotas Seniores por eles detidas, pelo seu valor, na forma prevista neste Prospecto e no Regulamento.

Caso o Fundo não tenha recursos, em moeda corrente nacional, suficientes para efetuar o resgate das Cotas Seniores dos Cotistas Dissidentes, no prazo de 60 (sessenta) dias contados

da data da Assembleia Geral de Cotistas em questão, todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no Fundo serão prioritariamente utilizados para o resgate de tais Cotas Seniores, sendo vedada, nos termos da legislação aplicável, a realização de resgate das Cotas Seniores detidas pelos Cotistas Dissidentes com pagamento em Direitos Creditórios.

Nas hipóteses de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil e criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da Administradora.

Após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, será pago aos Cotistas Seniores, se houver disponibilidade, o valor apurado, em vigor na própria data de liquidação, proporcionalmente ao valor das Cotas Seniores, até o limite da rentabilidade alvo das Cotas Seniores.

Após o pagamento das despesas e encargos do Fundo e do valor de resgate das Cotas Seniores, será pago aos Cotistas Subordinados, se houver disponibilidade, o valor apurado, em vigor na própria data de liquidação.

A cada Cota de determinada classe será conferido tratamento igual ao conferido às demais Cotas de mesma classe.

Na hipótese de existência de Direitos Creditórios pendentes de vencimento ou insuficiência de recursos para o pagamento integral das Cotas Seniores, a Assembleia Geral de Cotistas convocada para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo poderá determinar que a Administradora adote os seguintes procedimentos:

- (a) Aguardar os vencimentos dos Direitos Creditórios e o pagamento de tais Direitos Creditórios pelos respectivos Sacados para que os valores sejam rateados entre os Cotistas;
- (b) Ceder e/ou vender os Direitos Creditórios a terceiros, inclusive aos Cedentes, hipótese em que será configurada a recompra dos Direitos Creditórios; e
- (c) Proceder ao resgate de Cotas por meio de dação em pagamento de Direitos Creditórios.

As Cotas Seniores somente poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, observada eventual impossibilidade de recebimento de Direitos Creditórios por Cotistas, ainda que em dação em pagamento, em função de sua natureza jurídica e legislação à qual o Cotista está sujeito.

Na hipótese da Assembleia Geral de Cotistas convocada para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate das Cotas, os Direitos Creditórios conferidos em dação em pagamento aos Cotistas Seniores e de Cotas Subordinadas poderão, observada a legislação à qual os Cotistas se submetam e eventual vedação aplicável, ser compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos do artigo 1.314 e seguintes do Código Civil, a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da realização da Assembleia Geral de Cotistas, sendo o quinhão de cada Cotista equivalente ao valor dos créditos a ele efetivamente atribuídos.

Antes da dação em pagamento dos Direitos Creditórios pelo Fundo, a Administradora deverá convocar uma Assembleia Geral de Cotistas com a finalidade de proceder à eleição, pelos Cotistas, de um administrador para o condomínio civil referido no item anterior e a contratação de agente de recebimento. Caso os Cotistas não procedam à eleição da administradora do condomínio civil, essa função será atribuída ao Cotista detentor de Cotas Seniores que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.

Os termos e as condições da convenção de condomínio civil conterão avenças assegurando: (i) a contratação de agente de recebimento dos pagamentos referentes aos Direitos Creditórios, de forma a preservar o sistema de pagamentos e evitar a necessidade de autorização do Sacado para alteração do respectivo domicílio bancário dos Direitos Creditórios; e (ii) aos Cotistas que foram Cotistas Seniores o direito de preferência no recebimento de quaisquer verbas decorrentes da cobrança dos créditos mantidos em condomínio em relação aos Cotistas que forem Cotistas Subordinados.

Após a constituição do condomínio civil referido acima, a Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas neste Prospecto e no Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

Caso os Cotistas, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil no prazo referido acima, a Administradora poderá promover o pagamento em consignação dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo aos Cotistas, na forma do artigo 334 do Código Civil, condicionado à obtenção de autorização do Sacado para a transferência dos Direitos Creditórios, que será de responsabilidade do respectivo Cotista.

Se houver, quando da liquidação antecipada do Fundo, provisão para perdas relativas aos Direitos Creditórios que ainda estejam em processo de cobrança, os Cotistas detentores de Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas se subrogarão nos direitos aos frutos da referida cobrança, proporcionalmente às perdas que suas respectivas Cotas tenham absorvido em função de tal provisionamento, devendo a Administradora praticar todos os atos necessários



para que sejam assegurados os direitos dos Cotistas detentores de Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas.

Para os fins do parágrafo acima, será considerada perda absorvida pelas Cotas Seniores a eventual diferença positiva entre: (i) o valor das Cotas Seniores, caso tenham apresentado rentabilidade equivalente à rentabilidade alvo das Cotas Seniores definida neste Prospecto e no Regulamento, e (ii) o valor efetivo das Cotas Seniores quando da liquidação do Fundo.

## ORDEM DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

A partir da data de início das atividades do Fundo e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento de recursos provenientes da Carteira, na seguinte ordem:

- (a) Pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos do Regulamento e da legislação aplicável;
- (b) Formação da Reserva de Caixa;
- (c) Resgate de Cotistas dissidentes;
- (d) Resgate das Cotas Seniores, observados os termos e condições deste Prospecto e do Regulamento;
- (e) Resgate de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições deste Prospecto e do Regulamento; e
- (f) Aquisição de Direitos Creditórios.

Exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada, os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da Carteira serão alocados na seguinte ordem:

- (a) No pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Prospecto e do Regulamento e da legislação aplicável; e
- (b) Resgate das Cotas Seniores e Cotas Subordinadas, nesta ordem, observados os termos e condições deste Prospecto e do Regulamento.

## **CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E DOS ATIVOS FINANCEIROS INTEGRANTES DA CARTEIRA**

Os Ativos Financeiros terão seu valor calculado todo Dia Útil a valor de mercado, apurado conforme a metodologia de avaliação descrita no manual de marcação a mercado da Administradora, cujo teor está disponível na sede da Administradora.

Os Direitos Creditórios integrantes da Carteira do Fundo terão seu valor calculado, todo Dia Útil, pelos respectivos custos de aquisição, ajustado *pro rata temporis* pela respectiva Taxa de Cessão aplicada sobre seu valor de face por ocasião de sua aquisição, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no COSIF e na Instrução CVM nº 489/11.

Os Direitos Creditórios pós-fixados integrantes da Carteira do Fundo terão acrescido ao seu valor de face quando da sua aquisição pelo Fundo um percentual ajustado pela taxa SELIC, calculado diariamente, e aplicado quando da liquidação do Direito de Crédito pós-fixado pelo Cedente no Fundo.

A Administradora constituirá provisão para créditos de liquidação duvidosa referente aos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros a partir do cálculo realizado pela Administradora. As perdas e provisões relacionadas aos Direitos Creditórios vencidos e não pagos serão suportadas única e exclusivamente pelo Fundo e serão reconhecidas no resultado do período, conforme as regras e procedimentos definidos na Instrução CVM nº 489/11.

Caso os valores vencidos e não pagos, acrescidos de multa e juros, relativos aos Direitos Creditórios sejam de alguma forma recuperados, após o provisionamento ou contabilização das perdas referidas acima, tais Direitos Creditórios serão destinados exclusiva e integralmente ao Fundo e a Administradora deverá reverter a provisão ou os prejuízos, conforme o caso; e a Gestora deverá providenciar a reabilitação do Sacado ou Cedente junto aos serviços de proteção ao crédito, conforme o caso.

Em qualquer hipótese de liquidação antecipada do Fundo e resgate de Cotas mediante dação de Direitos Creditórios em pagamento, para fins contábeis e de cálculo do Patrimônio Líquido, todos os Direitos Creditórios Inadimplidos terão os respectivos valores contábeis calculados com base nesta seção.

A metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios especificada acima é justificada pelos seguintes fatores:

- (a) A inexistência de mercado organizado e ativo para os Direitos Creditórios nos termos do artigo 14 da Instrução CVM nº 356/01;

- (b) A intenção de se manter os Direitos Creditórios na Carteira até suas respectivas datas de vencimento;
- (c) O fato do Fundo ser destinado exclusivamente a Investidores Profissionais e Investidores Qualificados; e
- (d) O fato de todos os Cotistas, ao aderirem aos termos do Regulamento, concordarem com que os Direitos Creditórios possam ser mantidos na Carteira até suas datas de vencimento, conforme os respectivos Termos de Adesão.

## **POLÍTICA DE EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO EM ASSEMBLEIAS**

A Gestora, por delegação da Administradora, ao representar o Fundo nas assembleias gerais dos fundos de investimento nos quais o Fundo detenha participação, adotará os termos e condições estabelecidos na “Política de Voto” da Gestora, registrada na ANBIMA e disponível para consulta no endereço eletrônico [www.lavoroasset.com.br](http://www.lavoroasset.com.br).

A GESTORA DESTE FUNDO ADOTA POLÍTICA DE EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO EM ASSEMBLEIAS, QUE DISCIPLINA OS PRINCÍPIOS GERAIS, O PROCESSO DECISÓRIO E QUAIS SÃO AS MATÉRIAS RELEVANTES OBRIGATÓRIAS PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO. TAL POLÍTICA ORIENTA AS DECISÕES DA GESTORA EM ASSEMBLEIAS DE DETENTORES DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS QUE CONFIRAM AOS SEUS TITULARES O DIREITO DE VOTO.

A Gestora exercerá seu poder de voto sempre no melhor interesse do Fundo, buscando sempre a valorização dos ativos que integrem a Carteira, empregando o zelo e diligência exigidos pelas circunstâncias.

A política de voto da Gestora mencionada acima relaciona as matérias relevantes obrigatórias nas quais a Gestora obrigatoriamente comparecerá nas competentes assembleias para exercer o direito de voto, bem como os princípios gerais e a descrição do processo decisório que nortearão o voto da Gestora.

Após a Gestora exercer o direito de voto tratado nesta seção, a Gestora deverá comunicar à Administradora, para que tome as medidas cabíveis, inclusive, se for o caso, comunique aos Cotistas sobre a respectiva decisão.

A Gestora poderá alterar a sua Política de Voto, ao seu exclusivo critério e a qualquer tempo, sem a necessidade de aprovação ou prévia comunicação aos Cotistas.

## **REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO**

De acordo com a legislação vigente, o Fundo e seus Cotistas estão sujeitos às regras de tributação descritas nesta seção.

O tratamento tributário ora descrito pode ser alterado a qualquer tempo, seja por meio da instituição de novos tributos, pela majoração de alíquotas vigentes e/ou pela alteração da legislação vigente.

A presente análise foi elaborada com base na legislação brasileira em vigor na data do Regulamento e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Cotistas e ao Fundo, assumindo, para esse fim, que a Carteira é composta por, no mínimo, mais de 50% (cinquenta por cento) de Direitos Creditórios, e que o Fundo irá cumprir os limites de diversificação e as regras de investimento constantes no Regulamento e na legislação em vigor.

Excluídos os Direitos Creditórios que não entram no cômputo do cálculo do prazo médio da Carteira deste Fundo, a Gestora envidará seus melhores esforços para que o Fundo mantenha o prazo médio de sua carteira de Ativos Financeiros em níveis que possibilitem o enquadramento do Fundo, para fins tributários, como um fundo de investimento de longo prazo (acima de 365 dias), conforme o disposto na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal - Ministério da Fazenda nº 1.022, de 5.4.2010, conforme alterada, ou conforme a regulamentação que venha a substituí-la, durante o Prazo de Duração do Fundo.

### **Tributação Aplicável ao Fundo**

Com relação às operações da Carteira do Fundo:

- (a) Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da Carteira do Fundo são isentos do imposto de renda; e
- (b) As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% (um e meio por cento) ao dia.

### **Tributação Aplicável aos Cotistas**

Os Cotistas estão sujeitos ao tratamento tributário a seguir apresentado, ressalvados aqueles que, por legislação própria, recebam tratamento específico dependendo de sua qualificação ou localização (por exemplo, residentes no exterior), caso em que os potenciais investidores

deverão consultar seus assessores jurídicos locais:

#### *Imposto de Renda*

- (a) O imposto de renda aplicável ao Cotista do Fundo será recolhido na fonte, sob a responsabilidade da Administradora, (i) por ocasião do resgate de cotas, evento financeiro que pode caracterizar auferimento de rendimento, que deverá ser calculado pela Custodiante, e também (ii) semestralmente pelo sistema do come-cotas, conforme abaixo descrito;
- (b) Considerando a classificação do Fundo como de longo prazo (carteira com prazo médio superior a 365 dias), os Cotistas serão tributados conforme o período de permanência da aplicação, de acordo com as seguintes alíquotas regressivas:
  - (i) 22,5% (vinte e dois e meio por cento) para prazo de aplicação de até 180 (cento e oitenta) dias;
  - (ii) 20% (vinte por cento) para prazo de aplicação de 181 (cento e oitenta e um) dias a 360 (trezentos e sessenta) dias;
  - (iii) 17,5% (dezessete e meio por cento) para prazo de aplicação de 361 (trezentos e sessenta e um) dias a 720 (setecentos e vinte) dias; e
  - (iv) 15% (quinze por cento) para prazo de aplicação superior a 720 (setecentos e vinte) dias.
- (c) O imposto de renda incidirá semestralmente, no último dia útil dos meses de maio e de novembro de cada ano (pelo sistema do come-cotas) à alíquota de 15% (quinze por cento), considerando a classificação da Carteira do Fundo como de longo prazo; e
- (d) Sem prejuízo do recolhimento semestral, o Cotista será tributado por ocasião do resgate, que, se ocorrer antes de 2 (dois) anos, ensejará a aplicação de alíquota complementar de 2,5% (dois e meio por cento) a 7,5% (sete e meio por cento), conforme o período de aplicação (alíneas (i) a (iv) do item (b) acima).

#### *IOF/Títulos*

No caso dos FIDCs, a legislação da Receita Federal determina que "a relação contratual entre a SOE (Sociedade de Objeto Exclusivo) e a empresa comercial, industrial ou de prestação de serviços não é geradora de fato tributável, tendo em vista que não há participação de

instituição financeira".

- (a) As operações de cessão, resgate ou repactuação das Cotas podem ainda sujeitar-se à incidência do IOF/Títulos, cobrado à alíquota máxima de 1% (um por cento) ao dia, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela progressiva anexa ao Decreto nº 6.306, de 14.12.2007, e alterações posteriores. Relativamente às operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta dias), sendo este percentual é igual a 0% (zero por cento); e
- (b) Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% (um e meio por cento) ao dia.



## **INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

### **Informações sobre Situações de Pagamento Antecipado dos Direitos Creditórios, com indicação de Possíveis Efeitos desses Eventos sobre a Rentabilidade das Cotas**

O Fundo irá adquirir, predominantemente, Direitos Creditórios de curto prazo, sendo sua liquidação antecipada improvável. Caso esse evento ocorra, a liquidação do crédito será realizada pelo seu valor presente calculado pela taxa original da cessão do respectivo crédito. Dessa forma, não haverá impacto negativo na rentabilidade das Cotas Seniores do Fundo. Além disso, o Fundo conta com uma subordinação mínima de 25% (vinte e cinco por cento), capaz de absorver eventuais impactos negativos do Fundo, preservando a rentabilidade das Cotas Seniores.

### **Informação a Respeito dos contratos dos Prestadores de Serviço do Fundo e seus Procedimentos com Relação a Inadimplências, Perdas, Falências e sua Recuperação**

Em caso de inadimplemento, perda, falência ou recuperação judicial ou extrajudicial dos Sacados e/ou dos Cedentes, quando estes forem coobrigados dos Sacados, sem prejuízo da responsabilidade da Administradora e da Gestora de acordo com a Instrução CVM nº 356/01, a Gestora será a responsável pela cobrança dos Direitos Creditórios, nos termos da Política de Cobrança descrita neste Prospecto e no Regulamento.

Ainda, a Agência Classificadora de Risco realizará o monitoramento trimestral, cuja nota da classificação refletirá eventuais aumentos nos níveis de inadimplência do Fundo e a eficiência na recuperação dos créditos pela Gestora.

Os Direitos Creditórios passíveis de serem adquiridos pelo Fundo podem contar com garantias. Caso ocorra o inadimplemento dos Direitos Creditórios, nos termos da Política de Cobrança do Fundo descrita neste Prospecto e no Regulamento, a Gestora executará, sempre que possível, as garantias eventualmente outorgadas em relação aos Direitos Creditórios vencidos e não adimplidos, podendo contratar terceiros prestadores destes serviços.

### **A contabilização da recuperação dos Direitos Creditórios inadimplidos**

A Administradora possui Metodologia de Provisionamento de Devedores Duvidosos (Fórmula PDD), na qual para qualquer direito creditório que permaneça por 45 (quarenta e cinco) dias vencido e não pago terá o valor contábil igualado a 0 (zero). Desta forma, qualquer pagamento após este período acarretará um incremento no Patrimônio Líquido do Fundo.

[Valor Contábil DC = Valor Presente DC - Fórmula PDD]

Fórmula PDD: Quando o Direito Creditório estiver vencido e não pago por mais de 45 (quarenta e cinco) dias, terá valor igual ao Valor Presente do respectivo Direito Creditório.

Critério que chamado de 16-45, ou seja, a partir do 16º dia de vencido (inclusive) será provisionado durante 30 dias 1/30 (pro-rata) do valor de face da parcela vencida, de tal forma que no 45º dia do vencimento o Direito Creditório estará 100% (cem por cento) provisionado.

Conforme acima descrito, o valor contábil dos Direitos Creditórios vencidos há mais de 45 (quarenta e cinco) dias será 0 (zero), desta forma haverá sempre um efeito positivo em termos de valoração do Patrimônio Líquido do Fundo, quando da recuperação dos direitos creditórios inadimplidos.

A contabilização da recuperação dos direitos creditórios inadimplidos não gera impacto direto na rentabilidade das Cotas Seniores, pois, como estas possuem benchmark de rentabilidade, estes benefícios gerados serão incorporados ao Patrimônio Líquido do Fundo.

Este fato, contabilização da recuperação dos direitos creditórios inadimplidos, só gerará impacto positivo, no caso do Fundo estar desenquadrado em termos de subordinação, em função de rentabilidade, com recursos insuficiente para pagamentos das despesas e encargos. Nesta situação, a recuperação poderá gerar recursos suficientes para retomar pagamento da rentabilidade aos cotistas sêniores, de forma integral ou parcial.

### **Irrevogabilidade da Cessão**

A cessão dos Direitos Creditórios será irrevogável e irretratável, com a transferência da plena titularidade para o Fundo, em caráter definitivo, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

### **Acréscimo, Remoção ou Substituição dos Direitos Creditórios Cedidos**

O Fundo não tem mecanismo de substituição dos Direitos Creditórios, não havendo, portanto, nenhum efeito sobre a regularidade dos fluxos de pagamentos a serem distribuídos aos Cotistas.

Os Direitos Creditórios poderão apenas ser acrescidos ou removidos, conforme o caso, em decorrência de novas aquisições de Direitos Creditórios firmadas entre o Fundo e os Cedentes,

sempre em termos e condições que não gerem nenhum efeito sobre a regularidade dos fluxos de pagamentos a serem distribuídos aos Cotistas e que observem os Limites de Concentração e os Critérios de Elegibilidade.

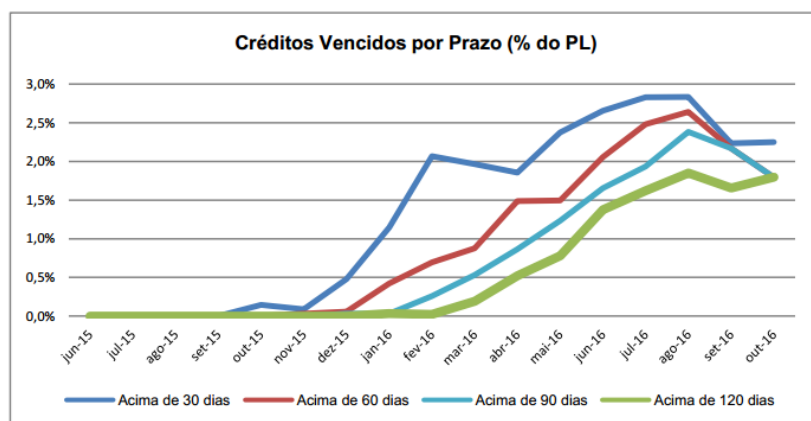
### **Informações Estatísticas sobre Inadimplimentos, Perdas ou Pré-pagamento de Créditos de Mesma Natureza dos Direitos Creditórios**

A despeito dos esforços razoáveis realizados pela Gestora, não foram encontradas, tampouco é de seu conhecimento, informações estatísticas sobre perdas ou pré-pagamento de créditos de mesma natureza dos Direitos Creditórios que comporão o patrimônio do Fundo, compreendendo um período de 3 (três) anos imediatamente anteriores à data da Oferta.

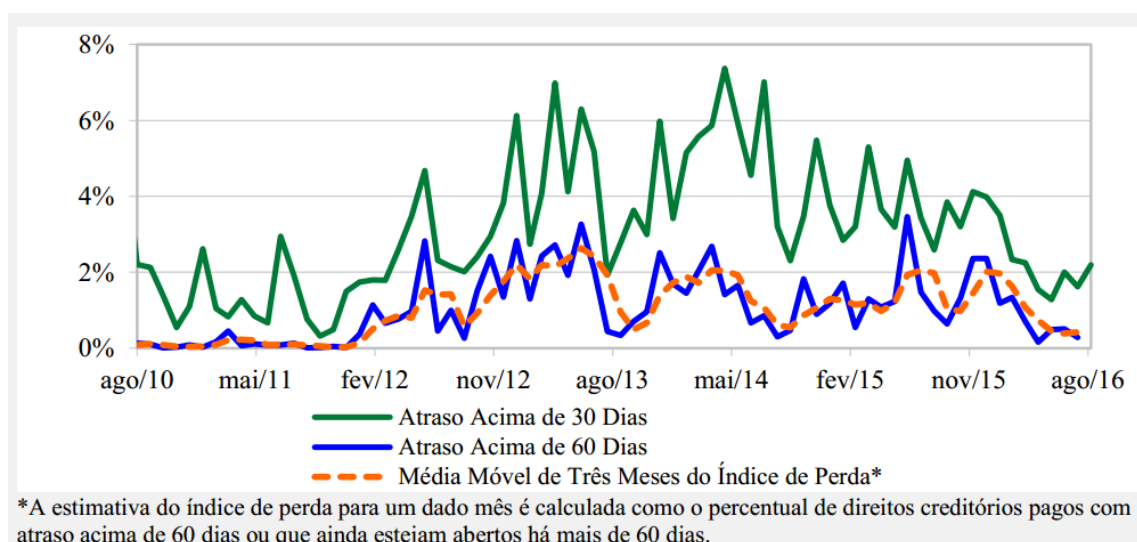
Quanto às informações sobre a inadimplência de Direitos Creditórios de mesma natureza daqueles que comporão o patrimônio do Fundo, não foram obtidas, pela Gestora, informações públicas estatísticas a respeito da inadimplência de Direitos Creditórios no segmento de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios Multicedentes e Multissacados, no qual esta Oferta está inserida. Diligenciou-se, nesse sentido, à guisa de exemplo, junto às principais agências de classificação de riscos deste segmento e com a ANFIDC (Associação Nacional dos Participantes em Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios Multicedentes e Multissacados), mas nenhuma informação relevante foi encontrada, tendo-se recebido somente a informação de que eventuais estatísticas existentes seriam somente para uso interno.

A Gestora, não obstante, em decorrência de sua experiência na gestão de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios Multicedentes e Multissacados que possuem política de investimentos, critérios de elegibilidade e estratégias de alocação muito similares àquelas que serão praticadas em relação à presente Oferta, levantou estatística produzida pelas respectivas agências responsáveis pela classificação de risco dos fundos em questão a respeito da inadimplência histórica de carteiras com características similares, conforme revelam os gráficos abaixo reproduzidos:

- FIDC LAVORO III - *aging* da inadimplência gerado pela Liberum Rating em 04.01.2017 (:



- FIDC LAVORO II - *aging* da inadimplência gerado pela Standard & Poors em 27.12.2016:



Para acessar os relatórios de rating dos fundos mencionados nos gráficos acima, acesse [www.corretora.finaxis.com.br](http://www.corretora.finaxis.com.br) (nesse link acessar “Fundos de Investimento”, “Fundos Administrados”, escolher “FIDC” no tipo de Fundo e “Lavoro Asset” como gestora, depois acessar “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lavoro II ou III” e, por último, “Relatório de Rating”).

### Principais características homogêneas dos devedores dos Direitos Creditórios

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são divididos em duas classes, a saber:

- (i) cheques pré-datados; e
- (ii) duplicatas mercantis e de serviços.

Os devedores são pessoas físicas ou jurídicas que realizam operações de compra de produtos e/ou serviços com as cedentes cadastradas e, após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, passam a ser devedoras dos Direitos Creditórios Cedidos.

Embora distribuídos em diferentes regiões do país e em segmento diversos, há uma predominância de risco na região Sudeste, com São Paulo e Rio de Janeiro em destaque, assim como há também no segmento de embalagens e confecção.

Estes devedores têm, por características comuns uma grande pulverização e diversificação., além de serem clientes de empresas médias com faturamento anual de R\$ 12 a R\$ 100 milhões.

### **Garantias e Reforço de Crédito**

Na maioria das operações, os sócios de cada Cedente assinam o Contrato de Cessão conjuntamente com o Cedente, como devedores solidários do Cedente garantindo as obrigações do Cedente no Contrato de Cessão, que podem ser apenas obrigações de indenização ou podem ser propriamente de coobrigação pelo pagamento dos Direitos Creditórios, conforme estabelecido no respectivo Contrato de Cessão. Através do Contrato de Cessão e de seus eventuais aditamentos, os sócios dos Cedentes se comprometem a avalizar as obrigações do Cedente no âmbito do Contrato de Cessão e assinar notas promissórias representativas dos potenciais valores devidos pelo Cedente em decorrência de cada cessão de Direitos Creditórios.

## **ANEXO I – REGULAMENTO DO FUNDO**



## INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DE REGULAMENTO DE FUNDO DE INVESTIMENTO

Pelo presente instrumento particular, a **FINAXIS CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, companhia com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Paulista 1842, Torre Norte, 1º andar, conjunto 17, CEP 01310-923, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 03.317.692/0001-94, devidamente habilitada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a prestar os serviços de administrador de carteira de valores mobiliários por meio do Ato Declaratório nº 6.547, de 18 de outubro de 2001 ("Administradora"), na qualidade de instituição administradora do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LAVORO V**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 26.966.071/0001-37 ("Fundo"), cujo regulamento encontra-se registrado no 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o nº 5312592 ("Regulamento").

### CONSIDERANDO que:

- (a) Até a presente data não foi realizada qualquer subscrição das cotas do Fundo; e
- (b) Não havendo cotistas do Fundo, não são aplicáveis, para a alteração do Regulamento, as disposições do inciso II do artigo 26 da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada;

**RESOLVE**, independentemente da realização de Assembleia Geral de Cotistas, alterar o Regulamento, aprovando sua versão consolidada nos termos do Anexo I a este instrumento, o qual passa a vigorar a partir desta data.

São Paulo, 14 de julho de 2017.

**FINAXIS CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Frederico Cezar de Campos  
RG 15.445.343-1  
CPF 066.185.423-88

FINAXIS - SP

Emol.  
Estado  
Ipesp  
R. Civil  
T. Justiça  
M. Público  
Iss

Total  
Selos e taxas  
Recolhidos p/verba

4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 15.141.653/0001-68  
Robson de Alvarenga - Oficial de Registro  
Protocolado e prenotado sob o n. 234.011 em  
R\$ 378,65 14/07/2017 e registrado, hoje, em microfilme  
R\$ 107,97 sob o n. 5.325.794, em títulos e documentos.  
R\$ 73,55 Averbado à margem do registro n.  
R\$ 20,31 5312592/17  
R\$ 25,83  
R\$ 18,01  
R\$ 7,93  
São Paulo, 14 de julho de 2017

R\$ 632,25

Carlos Augusto Peppe  
Escrivente

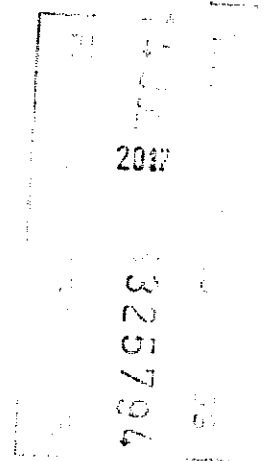


**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DE REGULAMENTO DE FUNDO DE INVESTIMENTO**

**Anexo I**

**REGULAMENTO DO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LAVORO V**

*(Espaço intencionalmente deixado em branco.  
O inteiro teor do Regulamento segue na página seguinte.)*



**FINAXIS - SP**

**FINAXIS - PR**

Assinado eletronicamente no sistema de Assinatura Digital  
Assinado por: [nome] [cargo]

*[assinatura]*





**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LAVORO V**  
**CNPJ/MF nº 26.966.071/0001-37**

**CAPÍTULO I – FUNDO, DEFINIÇÕES E PÚBLICO ALVO**

**Artigo 1º.** O **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LAVORO V** é um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

**Parágrafo Primeiro** O funcionamento do Fundo terá início na primeira Data de Emissão.

**Parágrafo Segundo** Para o efeito do disposto no presente Regulamento e nas disposições legais e regulamentares que lhe são aplicáveis, na sua forma singular ou plural, considerase:

- I. Administradora: a **Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista nº 1.842, 1º andar, Bela Vista, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.317.692/0001-94, ou quem vier a sucedê-la nos termos deste Regulamento;
- II. Agência Classificadora de Risco: a **Austing Rating Serviços Financeiros Ltda.**, sociedade limitada com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Junior, 110, conjunto 73, Itaim Bibi, Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04542-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.803.488/0001-09, ou qualquer outra agência de classificação de risco que vier a ser contratada para a classificação de risco das Cotas Seniores do Fundo, de acordo com aprovação em Assembleia Geral;
- III. Agente de Cobrança: a **Lavoro Asset Management S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 21, 203, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.582.790/0001-02;
- IV. ANBIMA: a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais;
- V. Ativos Financeiros: os ativos financeiros, direitos e/ou investimentos, distintos dos Direitos Creditórios, nos quais os recursos livres do Fundo podem ser investidos, nos termos do Artigo 4º deste Regulamento;

FINAXIS - SP

FINAXIS - PR

Ouvidoria

Av. Paulista, 1.842 - 1º andar - Bela Vista - São Paulo - SP - 01310-100  
Fone: (11) 3063-1000

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Junior, 110 - Conjunto 73 - Itaim Bibi - São Paulo - SP - 04542-000  
Fone: (11) 3063-1000

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Junior, 110 - Conjunto 73 - Itaim Bibi - São Paulo - SP - 04542-000  
Fone: (11) 3063-1000



# FINAXIS

- 251  
0  
3  
e 12  
0 5  
n 7  
1



- XVI. Contrato de Gestão: o Contrato de Prestação de Serviço de Gestão da Carteira do Fundo, celebrado entre o Fundo e a Gestora, o qual estabelece, dentre outras matérias, as obrigações da Gestora na gestão da Carteira do Fundo;
- XVII. Cotas Seniores: aquelas que não se subordinam às demais para efeito de resgate e distribuição dos resultados da Carteira do Fundo, referidas no Artigo 37 deste Regulamento;
- XVIII. Cotas Subordinadas: as Cotas referidas no Artigo 38 deste Regulamento, as quais se subordinam às Cotas Seniores para efeito de resgate e distribuição de resultados;
- XIX. Cotistas: os investidores que venham a adquirir Cotas de emissão do Fundo;
- XX. Cotistas Dissidentes: são os titulares de Cotas Sênior que discordarem da decisão da Assembleia Geral que deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, nas hipóteses previstas neste Regulamento e na regulamentação aplicável, conforme Artigo 68 abaixo;
- XXI. Cotista Sênior: o Cotista detentor de Cotas Sênior;
- XXII. Cotista Subordinado: o Cotista detentor de Cotas Subordinadas;
- XXIII. Critérios de Elegibilidade: os critérios de elegibilidade dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo conforme estabelecido no parágrafo 2º do Artigo 6º deste Regulamento, os quais serão verificados pelo Custodiante;
- XXIV. Custodiante: o **Banco Finaxis S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, Água Verde, CEP 80250-104, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.758.741/0001-52, o qual se encontra devidamente habilitado pela CVM para prestar os serviços de custódia qualificada e controladoria dos Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo;
- XXV. CVM: a Comissão de Valores Mobiliários;
- XXVI. Data de Emissão: é a data na qual os recursos, em moeda corrente nacional e/ou pela cessão de Direitos Creditórios, decorrentes da integralização das Cotas



Seniores e Cotas Subordinadas, conforme aplicável, são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, que deverá ser, necessariamente, em Dia Útil;

XXVII. Depositário: é o Custodiante ou qualquer terceiro por ele contratado para fazer a guarda de Documentos Comprobatórios;

XXVIII. Dia Útil: significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou dias declarados como feriados de âmbito federal no Brasil e na sede da Administradora e/ou do Custodiante. Caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos deste Regulamento não sejam Dia Útil, conforme definição deste Regulamento, considerar-se-á como a data do referido evento o Dia Útil imediatamente seguinte;

XXIX. Preferência de Resgate: é a faculdade dos Cotistas Seniores de resgatar as Cotas Seniores de sua titularidade antes que seja atendido pedido de resgate de Cotas Subordinadas, nos termos do Artigo 18-A da Instrução CVM 356 e segundo os termos e condições dispostos neste Regulamento, em especial no Artigo 38, alínea (b), e no Artigo 51, abaixo.

XXX. Direitos Creditórios: os direitos de crédito performados (assim entendidos como os direitos de crédito cuja exigibilidade não esta sujeita à prestação futura da Cedente), existentes, válidos, eficazes, livres e desimpedidos, decorrentes de operações de venda de produtos ou prestação de serviços pelos Cedentes aos respectivos Sacados nos segmentos comercial, imobiliário, industrial e/ou de prestação de serviços, que atendam aos Critérios de Elegibilidade na data de aquisição e que sejam cedidos ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão;

XXXI. Direitos Creditórios Inadimplidos: os Direitos Creditórios que não forem devidamente pagos na data de seus respectivos vencimentos;

XXXII. Documentos Comprobatórios: as vias originais dos instrumentos, títulos, seus anexos, seguros, e outros documentos que evidenciem o lastro dos Direitos Creditórios, que podem ser (i) emitidos em suporte analógico; (ii) emitidos a partir de caracteres criados em computador ou meio técnico equivalente e de que conste a assinatura do emitente que utilize certificado admitido pelas partes como válido; e/ou (iii) digitalizadas e certificadas nos termos constantes em lei e regulamentação específica;

XXXIII. Eventos de Avaliação: as situações descritas no Capítulo XVIII deste Regulamento;

FINAXIS - SP

FINAXIS - PR

Ouvidoria



- XXXIV. Eventos de Liquidação: as situações descritas no Capítulo XVIII deste Regulamento;
- XXXV. Fundo: o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Trabalho V;
- XXXVI. Gestora: a Lavoro Asset Management S.A., sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 21, 203, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.582.790/000102, devidamente autorizada pela CVM para a prestação dos serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 11.963, expedido em 6 de outubro de 2011;
- XXXVII. Grupo Econômico do Cedente: conjunto de pessoas jurídicas que: (i) estejam sob o mesmo controle que o Cedente, (ii) sejam controladas direta ou indiretamente pelo Cedente, (iii) sejam controladoras, de modo direto ou indireto, do Cedente, ou (iv) filiais do Cedente ou inscritas no CNPJ/MF sob número com a mesma raiz que o Cedente;
- XXXVIII. Grupo Econômico do Sacado: conjunto de pessoas jurídicas que: (i) estejam sob o mesmo controle que o Sacado, (ii) sejam controladas direta ou indiretamente pelo Sacado, (iii) sejam controladoras, de modo direto ou indireto, do Sacado ou (iv) filiais do Sacado ou inscritas no CNPJ/MF sob número com a mesma raiz que o Sacado;
- XXXIX. IGP-M: o Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e publicado pela Fundação Getúlio Vargas;
- XL. Índice de Inadimplência: tem o significado atribuído no Artigo 78 deste Regulamento.
- XLI. Índice de Liquidez: o previsto no Artigo 56 deste Regulamento;
- XLII. Instrução CVM 356: a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada;
- XLIII. Instrução CVM 400: a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada;

- XLIV. Instrução CVM 489: a Instrução CVM nº 489, de 14 de janeiro de 2011, conforme alterada;
- XLV. Instrução CVM 539: a Instrução CVM nº 359, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada;
- XLVI. IPCA: significa o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado na página do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na internet ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br));
- XLVII. Lei nº 11.101: A Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada.
- XLVIII. Limites de Concentração: os critérios de limites de concentração dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo conforme estabelecido no parágrafo 1º do Artigo 6º deste Regulamento, os quais serão verificados mensalmente pela Gestora;
- XLIX. Patrimônio Líquido: é o patrimônio líquido do Fundo, assim entendido como a soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos Creditórios, incluindo os Direitos Creditórios Inadimplentes, aos Ativos Financeiros integrantes da Carteira e às eventuais disponibilidades do Fundo, menos suas exigibilidades e provisionamentos;
- L. Periódico: é o jornal “Folha de São Paulo” ou o jornal “O Estado de São Paulo”;
- LI. Público-Alvo: investidores profissionais e investidores qualificados, conforme definido na regulamentação da CVM;
- LII. Prospecto: o prospecto do Fundo;
- LIII. Regulamento: o presente Regulamento do Fundo;
- LIV. Representatividade: Significa, com relação a um determinado Sacado (ou Grupo Econômico do Sacado) e/ou Cedente (ou Grupo Econômico do Cedente), o percentual do Patrimônio Líquido alocado em Direitos Creditórios devidos pelo mesmo Sacado (ou Grupo Econômico do Sacado, conforme o caso) e/ou cedidos pelo mesmo Cedente (ou Grupo Econômico do Cedente, conforme o caso);



- LV. Reserva de Caixa: a reserva para pagamento de despesas e encargos do Fundo, constituída de acordo com disposto no Artigo 55 deste Regulamento, que será calculada pela Administradora;
- LVI. Sacados: os devedores dos Direitos Creditórios, considerando seus controladores, sociedades por eles direta ou indiretamente controladas, suas coligadas ou outras sociedades sob controle comum;
- LVII. SELIC: o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
- LVIII. SERASA: a SERASA S.A.;
- LIX. SPC: o Serviço de Proteção ao Crédito;
- LX. Subordinação: é o resultado mínimo obrigatório da divisão do somatório do valor de todas as Quotas Subordinadas em circulação pelo valor do Patrimônio Líquido, na forma percentual, conforme disposto no Artigo 47 deste Regulamento;
- LXI. Taxa de Administração: a remuneração que será devida pelo Fundo à Administradora pelas atividades de administração do Fundo, da qual deverão fazer parte a remuneração devida à Gestora a qual, nos termos deste Regulamento, poderá ser paga diretamente pelo Fundo, sendo que o somatório dessas parcelas não excederá o montante total da Taxa de Administração fixada neste Regulamento;
- LXII. Taxa de Cessão: a taxa efetiva de desconto praticada pelo Fundo para cada aquisição de Direitos Creditórios;
- LXIII. Taxa de Performance: a remuneração a ser paga pelo Fundo à Gestora, conforme estabelecido neste Regulamento;
- LXIV. Taxa DI: taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>); e

FINAXIS - SP

Av. Paulista, 1443 - 14º Andar - Jd. Paulista - 05425-900  
São Paulo - SP

FINAXIS - PR

Av. Pasteur, 485 - 11º Andar  
Foz de Iguaçu - PR

Ouvidoria

Av. Paulista, 1443 - 14º Andar  
São Paulo - SP

7



LXV. Termo de Adesão: significa o termo de adesão a este Regulamento e ciência de risco, que será celebrado por todos os Cotistas quando de seu ingresso no Fundo, por meio do qual os Cotistas declaram estar cientes e concordes com o disposto neste Regulamento, bem como declaram haver obtido exemplar do Prospecto.

## CAPÍTULO II – OBJETIVO DO FUNDO

**Artigo 2º.** É objetivo do Fundo proporcionar aos Cotistas que se enquadrem no Público-Alvo a valorização de suas Cotas, através da aplicação preponderante dos recursos do Fundo na aquisição de Direitos Creditórios com origem nos segmentos comercial, industrial e/ou prestação de serviços e Ativos Financeiros, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e neste Regulamento.

**Parágrafo Único.** Resultados e rentabilidades obtidos pelo Fundo no passado não representam quaisquer garantias de resultados ou rentabilidade futuros.

## CAPÍTULO III – POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

**Artigo 3º.** Decorridos 90 (noventa) dias do início das atividades, o Fundo deverá ter alocado, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seus recursos na aquisição de Direitos Creditórios.

**Parágrafo Único.** A CVM, a seu exclusivo critério, poderá prorrogar o prazo estipulado no *caput* por igual período, desde que a Administradora apresente motivos que justifiquem tal prorrogação.

**Artigo 4º.** O saldo diário remanescente do Patrimônio Líquido que não estiver alocado em Direitos Creditórios será necessariamente mantido, exclusivamente, em:

- (a) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- (b) títulos de emissão do BACEN;
- (c) operações compromissadas;
- (d) títulos ou valores mobiliários de emissão de instituição financeira com rating maior ou igual ao das Cotas Seniores; e

FINAXIS - SP

FINAXIS - PR

Ouvidoria

Assinatura do Representante Legal  
do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

Assinatura do Representante Legal  
do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

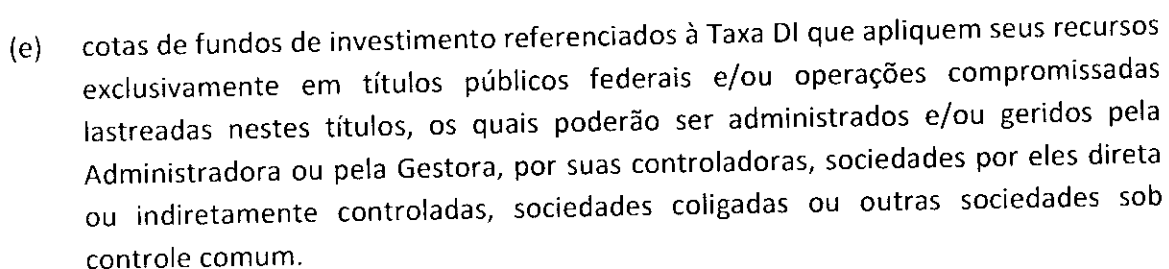
Assinatura do Representante Legal  
do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

2000

320706

+





**Parágrafo 1º.** O Fundo poderá realizar operações em que a Administradora e/ou Gestora ou fundos de investimentos por elas administrados e/ou geridos figurem como contraparte do Fundo, desde que em operações com a finalidade exclusiva de realizar a gestão de caixa e liquidez do Fundo.

**Parágrafo 2º.** O Fundo não poderá adquirir direitos creditórios cedidos e/ou originados pela Administradora, e/ou pela Gestora, ou de coobrigação destas, bem como de seus controladores, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

**Parágrafo 3º.** O Fundo não poderá realizar:

- (a) aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial, bem como ativos de emissão e/ou coobrigação da Administradora, da Gestora e partes a elas relacionadas;
- (b) operações de *day-trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo;
- (c) aquisição de cotas de Fundo de Desenvolvimento Social;
- (d) aplicação de recursos no exterior;
- (e) operações de empréstimo de títulos e valores mobiliários;
- (f) operações em mercados de derivativos;
- (g) aquisição de direitos creditórios não performados, relativos a operações para entrega futura, ou cuja exigibilidade em relação ao seu Sacado dependa de contraprestação futura do Cedente.

FINAXIS - SP

[illegible]

FINAXIS - PR

1993-1994: 100% (2000-2001: 100%)

## Ouvridoria



**Parágrafo 4º.** As aplicações no Fundo não contam com garantia da Administradora, da Gestora ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC. Além disso, o Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. Essas aplicações poderão consistir, dentre outras, na aquisição de Direitos Creditórios ou Ativos Financeiros que poderão ter rentabilidade inferior à esperada.

**Artigo 5º.** Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu

patrimônio. **CAPÍTULO IV – LIMITES DE CONCENTRAÇÃO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE**

**Artigo 6º.** Os Direitos Creditórios deverão atender aos seguintes Limites de Concentração e Critérios de Elegibilidade, nos termos deste Artigo.

**Parágrafo 1º.** Durante toda vigência do Fundo os Direitos Creditórios deverão observar os seguintes Limites de Concentração, a serem verificados diariamente pela Gestora:

- (a) A média ponderada das taxas de remuneração dos Direitos Creditórios a vencer na Carteira do Fundo, incluindo os Direitos Creditórios a serem cedidos, deverá ser igual ou superior a 180% (cento e oitenta por cento) da Taxa DI;
- (b) Os Direitos Creditórios cedidos por sociedade Cedentes que se encontrem sob recuperação judicial (ou seja, a partir do deferimento do processamento da recuperação judicial, nos termos do Artigo 52 da Lei nº 11.101) ou recuperação extrajudicial (ou seja, a partir da homologação judicial do plano de recuperação extrajudicial, nos termos do Artigo 165 da Lei nº 11.101), procedimento de intervenção e liquidação extrajudicial, processo falimentar ou insolvência civil – sem prejuízo do Critério de Elegibilidade disposto no Artigo 6º, parágrafo 2º, deste Regulamento –, deverão ser limitados a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (c) O total de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo por um mesmo Cedente ou Grupo Econômico do Cedente não poderá representar mais que 4,5% (quatro e meio por cento) do Patrimônio Líquido;
- (d) o percentual correspondente ao valor contábil total dos Direitos Creditórios cedidos pelos 5 (cinco) Cedentes de maior Representatividade, considerando também o Grupo Econômico do Cedente, não pode exceder, a qualquer momento, 18% (dezoito por cento) do Patrimônio Líquido;

FINAXIS - SP

FINAXIS - PR

Ouvidoria



- (e) Devem ser observados os seguintes limites de concentração em relação a um mesmo Sacado ou Grupo Econômico do Sacado: (i) o total de Direitos Creditórios devidos ao Fundo por um mesmo Sacado ou Grupo Econômico do Sacado não poderá representar mais que 4,5% (quatro e meio por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo (ii) o percentual correspondente ao valor contábil total dos Direitos Creditórios devidos pelos 5 (cinco) Sacados de maior Representatividade, considerando também o Grupo Econômico do Sacado, não pode exceder, a qualquer momento, 18% (dezoito por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (f) Os Direitos Creditórios representados por cheques podem atingir no máximo 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo apurado no Dia Útil anterior à cessão; quando representados por duplicatas, os Direitos Creditórios podem atingir 99% (noventa e nove por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; e
- (g) A média ponderada dos prazos de todos os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias.

**Parágrafo 2º.** No momento de aquisição de qualquer Direito Creditório pelo Fundo, deverão ser observados os seguintes Critérios de Elegibilidade:

- (a) Os Direitos Creditórios deverão ter prazo de vencimento final de, no mínimo, de 5 (cinco) dias e, no máximo, de 720 (setecentos e vinte) dias quando de sua aquisição pelo Fundo;
- (b) O valor unitário de um Direito Creditório não pode exceder R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);
- (c) Os Direitos Creditórios adquiridos de Cedentes que se encontrem sob recuperação judicial (ou seja, a partir do deferimento do processamento da recuperação judicial, nos termos do Artigo 52 da Lei nº 11.101) ou recuperação extrajudicial (ou seja, a partir da homologação judicial do plano de recuperação extrajudicial, nos termos do Artigo 165 da Lei nº 11.101), procedimento de intervenção e liquidação extrajudicial, processo falimentar ou insolvência civil, não poderão contar com coobrigação de pagamento por parte de referidos Cedentes;
- (d) O Fundo não poderá adquirir Direitos Creditórios cujo Sacado, cumulativamente, (i) já esteja inadimplente perante o Fundo por período superior a 25 (vinte e cinco) dias corridos; e (ii) tenha Representatividade, considerada pró forma a aquisição dos



Direitos Creditórios sob análise, superior a 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido;  
e

(e) Deverão observar os Limites de Concentração estabelecidos no Parágrafo 1º acima.

**Parágrafo 3º.** Sem prejuízo do disposto no item (e) abaixo, será admitida a elevação para 10% (dez por cento) para todos os Sacados que venham a receber classificação de risco maior ou igual a atribuída às Cotas Seniores pela Agência Classificadora de Risco. Será responsabilidade da Gestora obter periodicamente junto à Agência Classificadora de Risco os relatórios de classificação de risco referentes a cada Sacado que a Gestora pretenda enquadrar nesta exceção e encaminhar estes relatórios de classificação de risco ao Custodiante, de forma que esta proceda a eventuais alterações em seus controles de validação dos Direitos Creditórios quanto aos Critérios de Elegibilidade.

**Parágrafo 4º.** Os limites estabelecidos nos itens (d) e (e) do parágrafo 1º acima, serão majorados em 1,5x (uma vez e meia) enquanto o Patrimônio Líquido do Fundo for inferior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

**Artigo 7º.** A validação e enquadramento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade serão realizados pelo Custodiante somente no momento da aquisição do Direito Creditório pelo Fundo. Na hipótese de os Direitos Creditórios deixarem de cumprir qualquer Critério de Elegibilidade após sua aquisição pelo Fundo, não haverá direito de regresso contra o Custodiante e a Gestora, salvo na existência de má-fé, culpa ou dolo.

**Artigo 8º.** O Cedente será responsável pela existência, certeza, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e correta formalização dos Diretos de Crédito que comporão a Carteira do Fundo, nos termos do Artigo 295 do Código Civil, podendo ainda, conforme o caso, ser responsável pela solvência do Sacado. A Administradora, o Custodiante e a Gestora não respondem pela solvência, originação, existência, liquidez ou certeza dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.

**Parágrafo 1º.** A cessão dos Direitos Creditórios será irrevogável e irretratável, com a transferência, para o Fundo, em caráter definitivo, da plena titularidade dos Direitos Creditórios, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

**Parágrafo 2º.** Observadas as vedações e limites previstos no presente Regulamento e na regulamentação em vigor, o Fundo poderá alienar os Direitos Creditórios Inadimplidos a

FINAXIS - SP

FINAXIS - PR

Ouvidoria

Assinatura do Representante do Fundo

Assinatura do Representante do Fundo

2011

326706

7



terceiros. No caso de alienação dos Direitos Creditórios Inadimplidos, a cobrança dos pagamentos dos Direitos Creditórios Inadimplidos será realizada pelo novo titular dos Direitos Creditórios, deixando, portanto, a Gestora de ser a responsável pela cobrança dos referidos Direitos Creditórios Inadimplidos, ressalvada a hipótese de a Gestora ser contratada pelo novo titular dos Direitos Creditórios Inadimplidos para a realização dos serviços acima descritos.

## CAPÍTULO V – ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

**Artigo 9º.** O Fundo é administrado pela Administradora, que, observada a regulamentação em vigor e as limitações deste Regulamento, tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer, em nome do Fundo, os direitos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros que integrem a sua Carteira, inclusive o de comparecer e votar em nome do Fundo em assembleias gerais e especiais de interesse deste.

**Parágrafo Único.** A Administradora declara que é instituição financeira participante aderente ao *Foreign Account Tax Compliance Act* ("FATCA") com *Global Intermediary Identification Number* ("GIIN") P2W26G.00001.ME.076.

**Artigo 10º.** A Administradora tem como obrigações, sem prejuízo das demais previstas na legislação aplicável, neste Regulamento e nos demais documentos do Fundo, os seguintes deveres:

- (a) manter atualizados e em perfeita ordem pelo prazo legal:
  - (i) a documentação relativa às operações do Fundo;
  - (ii) o registro dos Cotistas;
  - (iii) o livro de atas de Assembleias Gerais de Cotistas;
  - (iv) o livro de presença de Cotistas nas Assembleias Gerais de Cotistas;
  - (v) os demonstrativos trimestrais do Fundo;
  - (vi) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo;
  - (vii) os relatórios do auditor independente; e

FINAXIS - SP

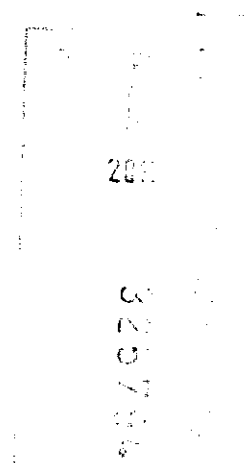
FINAXIS - PR

Ouvidoria

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Jd. São Paulo - São Paulo - SP  
CEP: 01302-100 - Fone: (11) 3033-1000

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Jd. São Paulo - São Paulo - PR  
CEP: 81040-000 - Fone: (41) 3033-1000

Fax: (11) 3033-1001



7

(viii) o Prospecto do Fundo.

- (b) entregar ao Cotista, gratuitamente, exemplar deste Regulamento, do Prospecto e seus anexos, bem como identificá-lo (i) do nome do Periódico utilizado para divulgação de informações e (ii) da Taxa de Administração praticada;
- (c) divulgar, anualmente, no Periódico, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem Cotas deste, o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, o valor da Cota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da Agência Classificadora de Risco;
- (d) fornecer aos Cotistas, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do encerramento de cada ano civil, documentos contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Cotas de sua propriedade e respectivo valor;
- (e) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras do Fundo, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o Fundo;
- (f) providenciar trimestralmente, às expensas do Fundo, a atualização da classificação de risco do Fundo ou dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros; e
- (g) fornecer informações relativas aos Direitos Creditórios adquiridos ao Sistema de Informações de Créditos do Banco Central do Brasil – SCR, nos termos da norma específica.

**Artigo 11.** Sem prejuízo das principais obrigações previstas no Artigo acima, das obrigações previstas na legislação aplicável, neste Regulamento e nos demais documentos do Fundo, também são obrigações da Administradora:

- (a) informar à Agência Classificadora de Risco, em até 5 (cinco) Dias Úteis, a substituição da Gestora e/ou sua própria substituição;
- (b) monitorar e comunicar à Agência Classificadora de Risco a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação;



- (c) permitir o acesso da Agência Classificadora de Risco a quaisquer relatórios ou documentos elaborados pela Administradora ou pela empresa de auditoria independente que sejam necessários para o fiel desempenho das funções da Agência Classificadora de Risco; e
- (d) divulgar aos Cotistas, ampla e imediatamente, de modo a garantir a todos os Cotistas o acesso a informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no Fundo, se for o caso, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, incluindo:
  - (i) eventual rebaixamento da classificação de risco das Cotas;
  - (ii) a substituição da Gestora e/ou da própria Administradora;
  - (iii) a ocorrência de eventos subsequentes ou eventos que tenham afetado ou possam afetar (i) os critérios de composição, (ii) os limites de diversificação ou (iii) o comportamento da Carteira; e
  - (iv) a ocorrência de atrasos na distribuição de rendimentos aos Cotistas.

**Parágrafo Único.** A divulgação das informações prevista no item (d) deste Artigo pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada no Periódico, observada a responsabilidade da Administradora pela regularidade na prestação destas informações.

**Artigo 12.** É vedado à Administradora, à Gestora, e ao Custodiante:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- (b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo;
- (c) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas deste; e
- (d) ceder Direitos Creditórios ao Fundo, ou para o Fundo, seja direta ou indiretamente; e

FINAXIS - SP

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Jd. do Paraíso  
Cidade: São Paulo - SP

FINAXIS - PR

Av. Pastorel, 495 - Jd. do Paraíso  
Cidade: São Paulo - SP

Ouvidoria

Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Jd. do Paraíso  
Cidade: São Paulo - SP

(e) originar, direta ou indiretamente, Direitos Creditórios ao Fundo.

**Parágrafo 1º.** As vedações de que tratam os itens (a) a (c) deste Artigo abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, da Gestora e do Custodiante, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas Carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

**Parágrafo 2º.** Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior a utilização de títulos de emissão do Tesouro Nacional, títulos de emissão do BACEN e créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, integrantes da Carteira, para cobertura de margem de garantia de operações de que tratam o Capítulo III deste Regulamento.

**Parágrafo 3º.** A Administradora, a Gestora e os demais prestadores de serviço do Fundo, devem transferir ao Fundo qualquer benefício ou vantagem que possam alcançar em decorrência de sua condição.

**Artigo 13.** É vedado à Administradora e à Gestora, em nome do Fundo:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- (b) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento;
- (c) aplicar recursos diretamente no exterior;
- (d) adquirir Cotas do próprio Fundo;
- (e) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas na Instrução CVM 356, bem como neste Regulamento;
- (f) vender Cotas do Fundo a prestação;
- (g) prometer rendimento pré-determinado aos Cotistas;
- (h) vender Cotas do Fundo a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de Direitos Creditórios, exceto quando se tratar de Cotas Subordinadas;





- (i) fazer, em materiais de propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- (j) obter ou conceder empréstimos, financiamentos ou adiantamentos de recursos a qualquer pessoa, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos;
- (k) delegar poderes de gestão da Carteira do Fundo, ressalvada a delegação dos poderes de gestão à Gestora pela Administradora, nos termos deste Regulamento e do disposto no Artigo 39, inciso II, da Instrução CVM 356;
- (l) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da Carteira do Fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos; e
- (m) realizar operações com derivativos, salvo as operações com derivativos expressamente previstas neste Regulamento.

**Artigo 14.** Os serviços de gestão da Carteira do Fundo serão prestados pela Gestora, a qual terá poderes para praticar todos os atos necessários à gestão da Carteira, em especial para, em nome do Fundo, negociar os Direitos Creditórios e demais Ativos Financeiros, bem como, dentre outras atribuições previstas neste Regulamento e no Contrato de Gestão, as que seguem:

- (a) análise dos Direitos Creditórios ofertados ao Fundo, nos termos do Anexo I, realizando a pré-verificação dos Critérios de Elegibilidade, incluindo os limites de concentração da Carteira;
- (b) análise de crédito de potenciais Sacados dos Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo;
- (c) cadastramento prévio dos Cedentes, nos termos do Anexo I;
- (d) notificar os Sacados a respeito da cessão dos Direitos Creditórios, nos termos do Artigo 290 do Código Civil;

FINAXIS - SP

Administradora do Fundo  
Fundaxi Investimentos

FINAXIS - PR

Gestora do Fundo  
Fundaxi Investimentos

Ouvidoria

28/11/2016

326766

3

7

- (e) realizar a confirmação, junto aos Sacados dos Direitos Creditórios existentes na Carteira do Fundo, quanto à veracidade dos títulos, suas características, e o recebimento do boleto de cobrança bancária para pagamento, conforme procedimentos contidos no Anexo III deste Regulamento;
- (f) realizar a gestão profissional dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo;
- (g) decidir pela aquisição e alienação dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros, com base nos Critérios de Elegibilidade pré-verificados pela Gestora e validados pelo Custodiante, quando da aquisição pelo Fundo, monitorar e controlar os indicadores de desempenho da Carteira, tais como, mas não limitado a, Índice de Liquidez, taxa média, prazo médio de vencimento da Carteira de Direitos Creditórios, limites de concentração de Cedentes e Sacados e *spread* excedente;
- (h) monitorar a Subordinação;
- (i) monitorar, controlar e gerir a Reserva de Caixa;
- (j) por delegação da Administradora, representar o Fundo nas assembleias relativas aos fundos de investimento nos quais o Fundo detenha participação;
- (k) emitir mensalmente relatório de Índice de Inadimplência; e
- (l) obter periodicamente junto à Agência Classificadora de Risco os relatórios de classificação de risco referentes a cada Sacado que a Gestora queira enquadrar na exceção prevista no item (b) do Artigo 6º deste Regulamento e encaminhá-los à Administradora.

**Parágrafo 1º.** Ao desempenhar a atribuição prevista no item (vi) acima, a Gestora adotará os termos e condições estabelecidos na “Política de Exercício de Direito de Voto” da Gestora, registrada na ANBIMA e disponível para consulta no endereço eletrônico <http://www.lavoroasset.com.br>.

201

**Parágrafo 2º.** A Política de Voto da Gestora acima mencionada relaciona as matérias relevantes obrigatórias em relação às quais a Gestora obrigatoriamente comparecerá nas competentes assembleias para exercer o direito de voto, bem como os princípios gerais e a descrição do processo decisório que nortearão o voto da Gestora.



**Parágrafo 3º.** Após a Gestora exercer o direito de voto tratado no item (vi) acima, a Gestora deverá comunicar à Administradora, para que tome as medidas cabíveis, inclusive, se for o caso, comunique aos Cotistas a respectiva decisão.

**Parágrafo 4º.** A Gestora poderá alterar a sua Política de Voto, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, sem a necessidade de aprovação ou prévia comunicação aos Cotistas.

**Parágrafo 5º.** A Administradora dispõe de regras e procedimentos adequados, por escrito e passíveis de verificação, que lhe permitirão diligenciar o cumprimento, pela Gestora, de suas obrigações descritas neste Regulamento e no Contrato de Gestão. Tais regras e procedimentos encontram-se disponíveis para consulta no website da Administradora (<http://corretora.finaxis.com.br/>).

**Parágrafo 6º.** A Administradora declara que não se encontra em situações de conflito de interesses com a Gestora, com o Agente de Cobrança, ou com o Banco Cobrador, no exercício de suas funções, bem como manifesta sua independência no exercício de sua função de administradora do Fundo.

## **CAPÍTULO VI – SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA E DA GESTORA**

**Artigo 15.** A Assembleia Geral de Cotistas poderá a qualquer tempo: (i) deliberar pela substituição da Administradora; e (ii) indicar o nome, a qualificação, a experiência e a remuneração da instituição que assumirá, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, todos os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos da legislação aplicável e deste Regulamento.

**Parágrafo 1º.** Na hipótese de deliberação pela Assembleia Geral de Cotistas da substituição da Administradora, a Administradora deverá permanecer no exercício regular de suas funções pelo menor prazo entre: (i) 60 (sessenta) dias; ou (ii) até que seja contratado outro administrador.

**Parágrafo 2º.** A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo: (i) colocar à disposição da instituição substituta, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados da realização da respectiva Assembleia Geral de Cotistas que deliberou sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, os deveres e obrigações da Administradora, bem como (ii) prestar qualquer esclarecimento sobre a administração do Fundo que razoavelmente lhe venha a ser solicitado pela instituição substituta.

FINAXIS - SP

FINAXIS - PR

Ouvidoria

Assessoria Jurídica  
Rua ...

Assessoria Jurídica  
Rua ...

Assessoria Jurídica  
Rua ...

**Artigo 16.** A Administradora, mediante aviso divulgado no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral de Cotistas para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos da Instrução CVM 356.

**Parágrafo 1º.** Na ocorrência da hipótese descrita acima, a Administradora deverá permanecer no cargo e no pleno exercício de suas funções pelo período mínimo de 30 (trinta) dias contados da data do aviso mencionado no *caput* deste Artigo, ou por prazo inferior, conforme determinado pela Assembleia Geral de Cotistas, até que a instituição substituta escolhida pelos Cotistas assuma efetivamente todos os deveres e as obrigações da Administradora e comprometa-se a desempenhá-los de acordo com os termos e as condições deste Regulamento.

**Parágrafo 2º.** Caso os Cotistas, reunidos em Assembleia Geral, não indiquem instituição administradora substituta até o final do prazo de 30 (trinta) dias mencionado acima, ou por qualquer razão nenhuma instituição assuma efetivamente, nesse prazo, todos os deveres e obrigações da Administradora, a Administradora convocará uma Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre a liquidação do Fundo e comunicará o evento à CVM.

**Parágrafo 3º.** Na hipótese de deliberação pela liquidação do Fundo, a Administradora obriga-se a permanecer no exercício de sua função até a liquidação total do Fundo.

**Parágrafo 4º.** Nas hipóteses de substituição da Administradora e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Administradora.

**Artigo 17.** No caso de regime de administração especial temporária, intervenção ou liquidação extrajudicial da Administradora, deve automaticamente ser convocada Assembleia Geral de Cotistas, no prazo de 5 (cinco) dias, contados de sua decretação, para: (i) nomeação de representante dos Cotistas; e (ii) deliberação acerca de: (a) substituição da Administradora, no exercício das funções de administração do Fundo; ou (b) liquidação do Fundo.

**Artigo 18.** Nas hipóteses de substituição da Administradora previstas neste Capítulo, a Administradora fará jus à remuneração *pro rata temporis* até que a sua efetiva substituição ocorra.



**Artigo 19.** As regras dispostas neste Capítulo, no que couber, também são aplicáveis à substituição da Gestora.

## **CAPÍTULO VII – DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO**

### Custodiante

**Artigo 20.** A atividade de custódia qualificada do Fundo prevista no Artigo 38 da Instrução CVM 356 será exercida pelo Custodiante, devidamente habilitada pela CVM para prestar os serviços de custódia de valores mobiliários por meio do Ato Declaratório nº 11.590, de 21 de março de 2011.

**Parágrafo 1º.** O Custodiante, no desempenho da atividade de custódia qualificada do Fundo, é responsável pelas seguintes atividades:

- (a) validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos neste Regulamento;
- (b) receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios;
- (c) durante o funcionamento do Fundo, em periodicidade trimestral, verificar a documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios;
- (d) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros;
- (e) fazer a custódia e a guarda dos documentos relativos aos Ativos Financeiros e dos Documentos Comprobatórios, observado o disposto no Parágrafos 5º, 6º e 7º abaixo;
- (f) diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos Direitos Creditórios, com metodologia pré-estabelecida e de livre acesso para a empresa de auditoria independente, a Agência Classificadora de Risco e órgãos reguladores; e
- (g) cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na (i) conta de titularidade do Fundo; ou (ii) conta especial instituída pelas partes junto a instituições financeiras, sob contrato, destinada a acolher depósitos a serem feitos pelos Sacados ou Cedentes, conforme o caso, e ali mantidos em custódia,

FINAXIS - SP

FINAXIS - PR

Ouvidoria

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal

\_\_\_\_\_  
Assinatura

2017

330764

7



para liberação após o cumprimento de requisitos especificados e verificados pela Administradora (*escrow account*).

**Parágrafo 2º.** A Administradora dispõe de regras e procedimentos adequados, por escrito e passíveis de verificação, que lhe permitirão diligenciar o cumprimento, pelo Custodiante, de suas obrigações descritas neste Regulamento e no Contrato de Custódia. Tais regras e procedimentos encontram-se disponíveis para consulta no website da Administradora (<http://corretora.finaxis.com.br/>).

**Parágrafo 3º.** Em razão de o Fundo possuir significativa quantidade de Direitos Creditórios cedidos e expressiva diversificação de Sacados e de Cedentes, o Custodiante realizará a verificação do lastro dos Direitos Creditórios por amostragem.

**Parágrafo 4º.** O Custodiante realizará, diretamente ou por intermédio de empresa contratada para essa finalidade, a verificação por amostragem do lastro dos Direitos Creditórios com base nos parâmetros estabelecidos no Anexo V deste Regulamento, sempre que permitido pela legislação aplicável.

**Parágrafo 5º.** Para atendimento ao disposto no parágrafo 3º, inciso IV, do Artigo 8º da Instrução CVM 356, o Custodiante considerará os resultados da verificação dos Documentos Comprobatórios, por amostragem, realizada no trimestre anterior.

**Parágrafo 6º.** O Custodiante e a Administradora, em nome do Fundo, e com a anuência do Agente de Cobrança, poderá contratar o Banco Cobrador para realizar as atividades de cobrança bancária dos Direitos Creditórios.

**Parágrafo 7º.** A guarda dos Documentos Comprobatórios emitidos a partir dos caracteres criados em computador ou meio técnico equivalente, de acordo com os termos da Instrução CVM 356, será realizada pelo Custodiante. O Depositário fará a guarda física dos Documentos Comprobatórios físicos, ou seja, dos originais emitidos em suporte analógico.

**Parágrafo 8º.** Nos termos do Artigo 38 da Instrução CVM 356, a nomeação do Depositário ou de qualquer terceiro responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios e/ou para a realização de verificação por amostragem do lastro dos Direitos Creditórios não exclui as responsabilidades do Custodiante.

**Parágrafo 9º.** O Custodiante dispõe de regras e procedimentos adequados, por escrito e passíveis de verificação, que lhe permitirão o efetivo controle: (i) do Depositário com relação à guarda, conservação e movimentação dos Documentos Comprobatórios sob sua



Administradora

**Parágrafo 10º.** No exercício de suas funções, o Custodiante está autorizado a:

- Parágrafo 11º.** O Custodiante, sempre com aviso prévio de 30 (trinta) dias corridos, pode renunciar à posição de custodiante do Fundo, desde que a Administradora convoque, no mesmo momento, Assembleia Geral para decidir sobre a sua substituição, observado o quórum de deliberação previsto neste Regulamento.

254

(a).

## Oyvidoria

100  
101  
102  
103  
104  
105

- (a) em até 2 (dois) Dias Úteis após a data de aquisição dos Direitos Creditórios, conforme aplicável:
- (i) os Documentos Comprobatórios emitidos a partir de caracteres criados em computador ou meio técnico equivalente e de que conste a assinatura do emitente que utilize certificado admitido pelas partes como válido;
  - (ii) os Documentos Comprobatórios digitalizados e certificados nos termos constantes em lei e regulamentação específica; ou
  - (iii) cópia digitalizada dos Documentos Comprobatórios emitidos em suporte analógico referidos no item (b) abaixo; e
- (b) em até 7 (sete) dias úteis após a data de aquisição dos Direitos Creditórios, versões originais dos Documentos Comprobatórios emitidos em suporte analógico.

**Parágrafo 15º.** Na hipótese dos documentos mencionados no Parágrafo 14º acima serem entregues à Gestora, a Gestora deverá entregar ao Custodiante os referidos documentos de forma que este possa realizar a guarda dos Documentos Comprobatórios.

**Parágrafo 16º.** A guarda dos Documentos Comprobatórios mencionados no item (a) acima será realizada pelo Custodiante. O Depositário fará a guarda dos Documentos Comprobatórios mencionados no item (b) acima.

**Parágrafo 17º.** O Custodiante também será o responsável pelos serviços de controladoria e escrituração das Cotas do Fundo.

#### Distribuidor

**Artigo 21.** A distribuição das Cotas Seniores do Fundo será realizada de forma pública, nos termos da Instrução CVM 400, em regime de melhores esforços, pela Administradora.

**Artigo 22.** As Cotas Subordinadas serão colocadas de forma privada e serão totalmente subscritas e integralizadas por um único investidor, não havendo nenhum esforço de venda por parte de nenhuma instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários.

#### Agente de Cobrança



**Artigo 23.** O Agente de Cobrança prestará os serviços abaixo, nos termos deste Regulamento, do Contrato de Cobrança:

- (a) desempenho da função de agente de cobrança, através da cobrança e recebimento, em nome do Fundo, de Direitos Creditórios inadimplidos;
- (b) efetuar a cobrança extrajudicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos; e
- (c) selecionar, contratar e supervisionar escritório de advocacia para realizar a cobrança judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos, bem como defesa dos interesses do Fundo.

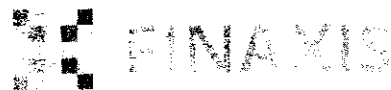
**Parágrafo 1º.** Observado o disposto no Parágrafo 2º abaixo, e a fim de dirimir quaisquer dúvidas, o Agente de Cobrança somente poderá ser destituída de suas funções de consultora especializada com aprovação da Assembleia Geral de Cotistas do Fundo.

**Parágrafo 2º.** O Agente de Cobrança poderá, não obstante o quanto acima previsto, ser destituída de suas atribuições a qualquer tempo no caso de comprovação de que atuou com dolo e/ou má-fé ou cometeu fraude no desempenho de suas funções e responsabilidades previstas neste Regulamento e no Contrato de Cobrança.

#### **CAPÍTULO VIII – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E TAXA DE PERFORMANCE**

**Artigo 24.** Pelos serviços de (i) administração do Fundo; (ii) escrituração de Cotas; e (iii) gestão da Carteira do Fundo, prestados, respectivamente, pela Administradora, pelo Custodiante e pela Gestora, será cobrada do Fundo a Taxa de Administração, consistente no somatório dos valores estipulados nas alíneas abaixo:

- (a) a Administradora fará jus a remuneração equivalente a 0,525% (quinhentos e vinte e cinco milésimos por cento) ao ano, incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, observados os valores mínimos abaixo a serem atualizados anualmente pelo IGP-M, sendo que:
  - (i) para os 12 (doze) primeiros meses contados da primeira data de integralização de Cotas, deverá ser observado o pagamento do valor mínimo mensal de R\$11.250,00 (onze mil duzentos e cinquenta reais); e



- (ii) para o período a partir do 13º mês contado da primeira data de integralização de Cotas, deverá ser observado o pagamento do valor mínimo mensal de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais);
- (b) a Gestora fará jus a uma remuneração equivalente a 1,00% (um por cento) ao ano, incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo.

**Parágrafo 1º.** A Taxa de Administração será paga mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido, sendo calculada e provisionada diariamente, tendo como base o Patrimônio Líquido do Fundo do primeiro Dia Útil imediatamente anterior, como a aplicação da fração de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos), por Dias Úteis.

**Parágrafo 2º.** O pagamento das despesas com prestadores de serviços não consideradas como encargos do Fundo poderá ser efetuado diretamente pelo Fundo ao respectivo prestador de serviços, desde que os correspondentes valores sejam deduzidos da Taxa de Administração.

**Parágrafo 3º.** A Taxa de Administração, nos termos da legislação aplicável, não compreende os serviços de custódia de títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros do Fundo prestados pelo Custodiante, bem como os serviços de auditoria independente, prestados pela empresa de auditoria independente contratada, que poderão ser cobrados do Fundo, a título de despesa, conforme disposto neste Regulamento e na regulamentação aplicável.

**Artigo 25.** Além da Taxa de Administração, será cobrada do Fundo a Taxa de Performance, que consiste numa remuneração baseada na rentabilidade das Cotas Subordinadas, correspondente a 30% (trinta por cento) do valor da rentabilidade das Cotas Subordinadas que exceder o valor do IPCA, em cada período de apuração, já deduzidas as rentabilidades das Cotas Seniores, bem como todas as demais despesas do Fundo, inclusive a Taxa de Administração.

**Parágrafo 1º.** A Taxa de Performance será calculada e provisionada pela Administradora, diariamente por Dia Útil, e paga diretamente pelo Fundo à Gestora a cada semestre civil, por período vencido, sendo certo que o pagamento poderá ser realizado em parcelas, até o último Dia Útil do semestre subsequente ao encerramento de cada período de apuração, desde que solicitado pela Gestora à Administradora com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis, observado que o primeiro período de apuração da Taxa de Performance terá início na data de início das atividades do Fundo e término no encerramento do semestre civil correspondente.



**Parágrafo 2º.** Entende-se como semestre civil, para fins de aplicação do disposto acima, os períodos compreendidos entre:

- (a) o 1º (primeiro) Dia Útil do mês de janeiro, inclusive, e o último Dia Útil do mês de junho, inclusive; e
- (b) o 1º (primeiro) Dia Útil do mês de julho, inclusive, e o último Dia Útil do mês de dezembro, inclusive.

**Parágrafo 3º.** Considerando que a Taxa de Performance prevista acima é calculada e provisionada diariamente, na eventualidade da ocorrência de resgates no decorrer do semestre civil, a Taxa de Performance será calculada, proporcionalmente, por Dias Úteis, entre (i) a data da primeira integralização e a data do encerramento do primeiro semestre civil de atividades do Fundo; (ii) a data do encerramento do semestre civil anterior e do evento de resgate; (iii) a data do último evento de resgate e o novo evento de resgate ocorrido dentro de um semestre civil; ou (iv) a data do último evento de resgate e o encerramento do semestre civil, sendo pago em conformidade com o disposto nos Parágrafos acima, iniciando um novo período de apuração/provisão.

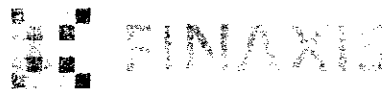
**Parágrafo 4º.** É vedada a cobrança da Taxa de Performance quando o valor das Cotas Subordinadas for inferior ao seu valor na data de início das atividades do Fundo ou por ocasião da última cobrança efetuada, ambas ajustadas pelos eventuais resgates ocorridos.

**Artigo 26.** Ressalvada a Taxa de Administração e a Taxa de Performance estabelecidas neste Regulamento, não serão cobradas dos Cotistas do Fundo quaisquer outras taxas, tal como taxa de ingresso ou taxa de saída.

#### **CAPÍTULO IX –POLÍTICA DE COBRANÇA DE DIREITOS DE CREDITÓRIOS INADIMPLIDOS E ANÁLISE DOS CEDENTES E DAS OPERAÇÕES DE CESSÃO**

**Artigo 27.** A política de análise dos cedentes e das operações de cessão é desenvolvida e monitorada pela Gestora nos termos do Anexo II deste Regulamento. A política de análise dos sacados dos Direitos Creditórios é desenvolvida pela Gestora nos termos do Anexo VI deste Regulamento.

**Parágrafo Único.** Tendo em vista a natureza variada dos Direitos Creditórios passíveis de aquisição pelo Fundo, não é possível fornecer uma descrição detalhada dos processos de origem e/ou das políticas de concessão de crédito que poderão ser adotados pelas respectivas Cedentes e/ou processos de origem e/ou políticas de crédito que poderão



ser adotados pela Gestora, e, portanto, dos fatores de risco associados a tais processos e políticas.

**Artigo 28.** A cobrança bancária dos pagamentos dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo será realizada pelo Banco Cobrador.

**Parágrafo 1º.** O Agente de Cobrança foi contratado pelo Fundo, com a interveniência e anuência da Administradora, como agente responsável pela cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos, conforme descrito no Contrato de Cobrança. A cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos observará os procedimentos descritos no Anexo IV deste Regulamento.

**Parágrafo 2º.** Todas as despesas necessárias à efetivação da cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos serão arcadas pelo Fundo.

**Parágrafo 3º.** Os Cedentes ou o Agente de Cobrança deverão transferir ao Fundo, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da verificação de seu recebimento, quaisquer valores que eventualmente venham a receber dos Sacados, sem qualquer dedução ou desconto, a qualquer título.

**Parágrafo 4º.** A Administradora, durante o exercício de suas atividades, em nenhuma hipótese será responsável pela indicação de Direitos Creditórios Inadimplidos ao protesto ou pela inserção de nome dos Sacados de Direitos Creditórios Inadimplidos em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo ao AGENTE DE COBRANÇA realizar tais atividades e assumir a integral responsabilidade e os eventuais ônus dessa decisão.

## **CAPÍTULO X – AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO**

**Artigo 29.** Os Ativos Financeiros terão seu valor calculado todo Dia Útil a valor de mercado, apurado conforme a metodologia de avaliação descrita no manual de marcação a mercado da Administradora, cujo teor está disponível na sede da Administradora.

**Artigo 30.** Os Direitos Creditórios integrantes da Carteira do Fundo terão seu valor calculado, todo Dia Útil, pelos respectivos custos de aquisição, ajustado *pro rata temporis* pela respectiva Taxa de Cessão aplicada sobre seu valor de face por ocasião de sua aquisição, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos na Instrução CVM nº 438, de 12 de julho de 2006, conforme alterada, e na Instrução CVM 489.

**Parágrafo Único.** Os Direitos Creditórios pós-fixados integrantes da Carteira do Fundo terão acrescido ao seu valor de face, quando da sua aquisição pelo Fundo, um percentual ajustado pela taxa SELIC, calculado diariamente, e aplicado quando da liquidação do Direito Creditório pós-fixado pelo Cedente no Fundo.

**Artigo 31.** A Administradora constituirá provisão para créditos de liquidação duvidosa referente aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros a partir do cálculo realizado pela Administradora. As perdas e provisões relacionadas aos Direitos Creditórios vencidos e não pagos serão suportadas única e exclusivamente pelo Fundo e serão reconhecidas no resultado do período, conforme as regras e procedimentos definidos na Instrução CVM 489.

**Artigo 32.** Caso os valores vencidos e não pagos, acrescidos de multa e juros, relativos aos Direitos Creditórios sejam de alguma forma recuperados, após o provisionamento ou contabilização das perdas referidas acima, tais Direitos Creditórios serão destinados exclusiva e integralmente ao Fundo e a Administradora deverá reverter a provisão ou os prejuízos, conforme o caso; e a Gestora providenciar a reabilitação do Sacado ou Cedente junto aos serviços de proteção ao crédito, conforme o caso.

**Artigo 33.** Em qualquer hipótese de liquidação antecipada do Fundo e resgate de Cotas mediante dação de Direitos Creditórios em pagamento, para fins contábeis e de cálculo do Patrimônio Líquido, todos os Direitos Creditórios inadimplidos terão os respectivos valores contábeis calculados com base neste Capítulo.

**Artigo 34.** A metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios especificada acima é justificada pelos seguintes fatores:

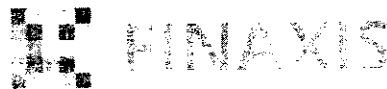
- (a) a inexistência de mercado organizado e ativo para os Direitos Creditórios nos termos do Artigo 14 da Instrução CVM 356;
- (b) a intenção de se manter os Direitos Creditórios na Carteira até suas respectivas datas de vencimento;
- (c) o fato de o Fundo ser destinado exclusivamente a investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM 539; e
- (d) o fato de todos os Cotistas, ao aderirem aos termos do presente Regulamento, concordarem com que os Direitos Creditórios possam ser mantidos na Carteira até suas datas de vencimento, conforme os respectivos Termos de Adesão.

## **CAPÍTULO XI – FATORES DE RISCO**

**Artigo 35.** A Carteira do Fundo e, por consequência, seu patrimônio, estão sujeitos a diversos fatores de risco, dentre os quais destacamos os abaixo relacionados. Caso algum destes riscos ocorra, o Fundo poderá sofrer prejuízos, inclusive com perda de patrimônio para o Cotista. O investidor, antes de adquirir Cotas, deve ler cuidadosamente este item. A Administradora e a Gestora, os Cedentes e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e/ou pelos Cotistas, incluindo, sem limitação, eventual perda do valor principal de suas aplicações em decorrência dos riscos indicados nos Parágrafos abaixo e de outros aplicáveis às Cotas, aos Direitos Creditórios e ao Fundo. As aplicações dos Cotistas não contam com a garantia da Administradora, da Gestora ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

### **Parágrafo 1º. Riscos de Mercado:**

- (a) Fatores Macroeconômicos Relevantes: Considerando que o Fundo aplicará suas disponibilidades na aquisição de Direitos Creditórios representados pelos Documentos Comprobatórios, a distribuição de rendimentos aos Cotistas dependerá da solvência dos respectivos Sacados. A solvência dos Sacados pode ser afetada por fatores macroeconômicos relacionados à economia brasileira, tais como elevação da taxa de juros, aumento da inflação, baixos índices de crescimento econômico, etc. Assim, na hipótese de ocorrência de um ou mais desses eventos, poderá haver aumento da inadimplência dos Direitos Creditórios, provocando perdas patrimoniais ao Fundo e consequentemente aos Cotistas. Além disso, o Fundo não poderá realizar operações em mercados de derivativos, nem para fins de proteção das posições detidas à vista na Carteira. Dessa forma, as oscilações acima referidas podem impactar negativamente o patrimônio do Fundo e a rentabilidade das Cotas;
- (b) Flutuação do Valor dos Ativos Financeiros: O valor dos Ativos Financeiros que integram a Carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos Ativos Financeiros, o patrimônio do Fundo pode ser afetado. A queda nos preços dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados; e



- (c) Risco Sistêmico: Referidos riscos encontram-se vinculados às condições econômicas nacionais e internacionais, podendo ser afetados pelo mercado e pelas alterações nas taxas de juros e câmbio, preços dos papéis e ativos em geral, incluindo os preços dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros integrantes da Carteira. Não há garantia de que a mudança de tais condições não afetará o valor das posições e dos ativos detidos pelo Fundo.

**Parágrafo 2º. Riscos de Crédito:**

- (a) Ausência de Garantia de Pagamento do Principal e Rendimentos: As aplicações do Fundo não contam com garantia da Administradora, da Gestora ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC. Igualmente, o Fundo, a Administradora e a Gestora não prometem ou asseguram aos Cotistas qualquer rentabilidade ou remuneração decorrentes da aplicação em Cotas. Desse modo, todos os eventuais rendimentos, bem como o pagamento do principal, provirão exclusivamente da Carteira, a qual está sujeita a riscos diversos e cujo desempenho é incerto, e, subsidiariamente, as Cotas Subordinadas poderão ser impactadas para o pagamento do principal das Cotas Seniores;
- (b) Inexistência de Garantia de Rentabilidade: A rentabilidade alvo das Cotas Seniores refere-se à remuneração máxima resultante do limite de rentabilidade estabelecido para as Cotas Seniores, adotada pelo Fundo e trata-se apenas de uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo garantia mínima de rentabilidade aos investidores, nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Fundo, da Administradora e da Gestora, de assegurar tal remuneração aos referidos Cotistas. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos Creditórios, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Cotas, a rentabilidade dos Cotistas será inferior à rentabilidade alvo indicada neste Regulamento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura; 2017
- (c) Inadimplência do Pagamento dos Direitos Creditórios: Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo terão seu pagamento realizado diretamente pelos Sacados ou seus devedores solidários, quando aplicável, estando sujeitos, portanto, ao risco de inadimplência. A decretação de falência ou deferimento de pedido de recuperação judicial, assim como a homologação de plano de recuperação judicial ou extrajudicial,

e/ou qualquer outro procedimento de insolvência dos Sacados, dos devedores solidários, ou dos Cedentes, quando estes forem coobrigados dos Sacados, poderá afetar o pagamento pontual dos Direitos Creditórios e afetar adversamente os resultados do Fundo. Nestes casos, o Fundo negociará ou cobrará seu crédito diretamente do Sacado, do Cedente quando este for coobrigado, dos respectivos sucessores, quando for o caso, e ainda, dos devedores solidários, nos termos acordados com a Gestora. Caso a negociação e a cobrança se verifiquem infrutíferas, o Fundo poderá suportar os prejuízos daí advindos, o que poderá afetar o patrimônio e a rentabilidade do Fundo e, por conseguinte, o investimento nas Cotas;

- (d) Inadimplemento de Outros Ativos: A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios deverá ser aplicada em Ativos Financeiros. Tais Ativos Financeiros podem vir a não ser honrados pelos respectivos emissores, obrigando o Fundo a suportar os respectivos prejuízos, o que afetaria negativamente a rentabilidade das Cotas;
- (e) Pagamentos Efetuados Diretamente aos Cedentes ou à Gestora: Caso os Cedentes e/ou a Gestora venham a receber diretamente pagamentos referentes aos Direitos Creditórios, estes deverão repassá-los ao Fundo no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do recebimento. O repasse dos recursos ao Fundo poderá atrasar ou deixar de ocorrer, por diversos motivos, seja pelo descumprimento puro e simples da obrigação, ou por outras razões, tais como problemas operacionais internos ou de seus sistemas que os impeçam de realizar as rotinas e procedimentos sob sua responsabilidade, o que afetaria o fluxo de recebimento do Fundo;
- (f) Insuficiência da Coobrigação em Relação aos Direitos Creditórios Cedidos: Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo podem contar ou não com a coobrigação dos respectivos Cedentes. Caso haja coobrigação dos respectivos Cedentes, estes são solidariamente responsáveis pela solvência dos Sacados. Em caso de inadimplemento dos Direitos Creditórios não há garantias de que, uma vez acionados, os Cedentes tenham condições de honrar com a coobrigação. No caso de o Cedente coobrigado não honrar com o pagamento dos Direitos Creditórios inadimplidos, referidos Direitos Creditórios serão cobrados do devedor solidário, se houver, que por sua vez poderá não ter condições de cumprir com a obrigação de pagamento. Caso a coobrigação do Cedente e responsabilidade solidária do devedor solidário não resultem no adimplemento dos Direitos de Crédito, a Administradora e a Gestora não serão



responsáveis, subsidiária ou solidariamente, pelo pagamento dos Direitos Creditórios e pela solvência dos Sacados; e

- (g) Crítérios para Aquisição de Direitos Creditórios: O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios observados os termos deste Regulamento, bem como da Política de Análise dos Cedentes e das Operações de Cessão, que consta do Anexo II deste regulamento. No entanto, não é possível assegurar que a observância de tais normas garantirá a qualidade dos Direitos Creditórios e/ou a solvência dos respectivos Sacados e devedores solidários. O inadimplemento dos Direitos Creditórios, dificuldades ou mesmo a impossibilidade de executar os Direitos Creditórios e suas eventuais garantias poderá afetar a rentabilidade das Cotas, comprometendo o rendimento auferido pelos Cotistas, ou mesmo levando à necessidade de os Cotistas aportarem recursos no Fundo para fazer frente às responsabilidades do Fundo.
- (h) Inexistência de descrição dos processos de origem dos Direitos Creditórios e das políticas de concessão de crédito pelos Cedentes aos Sacados. Tendo em vista que o Fundo buscará adquirir, de tempos em tempos, Direitos Creditórios originados por Cedentes distintos, os quais não necessariamente serão devidos pelos mesmos Sacados, e que cada Direito Creditórios terá sido objeto de processos de origem e de políticas de concessão de crédito distintos, não é possível pré-estabelecer, e, portanto, não está contida neste Regulamento e no Prospecto, descrição dos processos de origem e das políticas de concessão dos Direitos Creditórios que serão adquiridos pelo Fundo, tampouco descrição dos fatores de risco específicos associados a tais processos e políticas. Dessa forma, não é possível garantir que os Direitos Creditórios que vierem a ser adquiridos pelo Fundo estarão livres de eventuais vícios na sua origem e/ou formalização, o que poderá dificultar ou até mesmo inviabilizar a recuperação de parte ou da totalidade dos pagamentos referentes aos referidos Direitos Creditórios integrantes da Carteira pelo Fundo.

20

**Parágrafo 3º. Riscos de Liquidez:**

- (a) Liquidação Antecipada do Fundo: O Regulamento prevê hipóteses nas quais o Fundo poderá ser liquidado antecipadamente. Ocorrendo qualquer uma dessas hipóteses, aliado ao fato de não existir mercado ativo e organizado para negociação dos Direitos Creditórios, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas. Desse modo, os Cotistas poderão não receber a rentabilidade que o Fundo objetiva ou mesmo sofrer prejuízo no seu investimento, não conseguindo recuperar o capital

investido nas Cotas. A Administradora e a Gestora estão impossibilitadas de assegurar que os resgates das Cotas ocorrerão conforme previsto neste Regulamento, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra parte, incluindo a Administradora e a Gestora, qualquer multa, indenização ou penalidade, de qualquer natureza;

- (b) Fundo Aberto e Insuficiência de Recursos para Pagamento de Resgate das Cotas: O Fundo é constituído sob a forma de condomínio aberto. Quando da eventual solicitação de resgate de Cotas ou quando do resgate em decorrência de um Evento de Liquidação, o Fundo poderá não dispor de recursos suficientes para efetuar o resgate total ou parcial das Cotas nas datas originalmente previstas, podendo acarretar prejuízo aos Cotistas. Considerandose a sujeição do Fundo à necessidade de liquidação de Direitos Creditórios e/ou Ativos Financeiros para realizar o resgate das Cotas, a Administradora e a Gestora estão impossibilitadas de assegurar que os resgates das Cotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora e a Gestora, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza; e
- (c) Titularidade dos Direitos Creditórios: O Fundo é uma comunhão de recursos que tem por objeto a aquisição de Direitos Creditórios, e suas Cotas representam porções ideais de seu Patrimônio Líquido. Deste modo, a titularidade das Cotas não confere ao Cotista propriedade ou qualquer outro direito que possa ser exercido diretamente sobre os Direitos Creditórios ou sobre os Ativos Financeiros que integram a Carteira do Fundo. Em caso de liquidação antecipada do Fundo, poderá haver resgate de Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios, nas hipóteses previstas no Regulamento, e neste caso, a propriedade do Direito Creditório será transferida do Fundo para os Cotistas. Não caberá ao Cotista a escolha dos Direitos Creditórios que lhe serão atribuídos por ocasião do resgate de Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios.

**Parágrafo 4º. Riscos Operacionais:**

- (a) Guarda e Conservação dos Documentos Comprobatórios: O Custodiante será responsável pela guarda, custódia e armazenagem dos Documentos Comprobatórios, e poderá contratar empresa terceirizada para prestação de tais serviços, sendo que o descumprimento do dever de guarda e conservação poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios;

- (b) Verificação do Lastro dos Direitos Creditórios: A verificação do lastro dos Direitos Creditórios será realizada por meio de auditoria trimestral e por amostragem. Considerando que tal auditoria é realizada tão somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios;
- (c) Risco de Descontinuidade (Não-Originação de Direitos Creditórios): A Gestora é a responsável pela seleção dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, sendo que nenhum Direito Creditório poderá ser adquirido pelo Fundo, se não for previamente analisado e selecionado pela Gestora. Caso exista qualquer dificuldade da Gestora na análise e seleção dos Direitos Creditórios, os resultados do Fundo poderão ser adversamente afetados;
- (d) Desenquadramento da Alocação Mínima: O Fundo deve observar a alocação mínima de seus recursos em Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade previstos neste Regulamento. Entretanto, não há garantia de que haja Cedentes suficientes ou de que os Cedentes possam ceder Direitos Creditórios suficientes para fazer frente à exigência da alocação mínima acima referida. Assim, a existência do Fundo dependerá da manutenção dos fluxos de originação e de cessão de Direitos Creditórios necessários à manutenção e/ou recomposição da alocação mínima. O desenquadramento em relação à alocação mínima pode inclusive levar à liquidação do Fundo;
- (e) Ausência de Notificação aos Sacados: Caso a Gestora não consiga, por qualquer razão, realizar a notificação aos Sacados prevista no Artigo 290 do Código Civil, ausência de notificação aos Sacados fará com que a cessão dos Direitos Creditórios não seja considerada eficaz em relação aos Sacados e, como consequência, os Direitos Creditórios poderão, eventualmente, ser pagos diretamente pelos Sacados aos Cedentes e, conseqüentemente, não serem recebidos, ou serem recebidos com atraso pelo Fundo, o que afetará negativamente a rentabilidade das Cotas;
- (f) Risco proveniente da Falta de Registro dos Contratos de Cessão: Por se tratar de um Fundo que poderá adquirir Direitos Creditórios de uma multiplicidade de Cedentes domiciliados em diversas localidades no território brasileiro, o Fundo adota como política não registrar os contratos de cessão e seus anexos em cartório de registro de títulos e documentos em função da complexidade operacional e dos custos do

registro. Assim sendo, a não realização do referido registro, ou a não utilização de instrumento público para a formalização dos contratos de cessão e anexos poderá representar risco ao Fundo em relação a créditos reclamados por terceiros que tenham sido ofertados ou cedidos pelos Cedentes a mais de um cessionário. O Fundo não poderá reclamar Direitos Creditórios cedidos a terceiros ou valores em relação a Direitos Creditórios pagos por Sacados a terceiros de boa-fé adquirentes dos mesmos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. O Fundo poderá sofrer perdas, não podendo a Administradora ou a Gestora ser de qualquer forma responsabilizadas por tais perdas.

- (g) Eventual Ausência de Registro nos Termos de Cessão: Os Termos de Cessão poderão não ser levados a registro perante o cartório de títulos e documentos. O documento consolidador da relação dos Direitos Creditórios adquiridos de tempos em tempos pelo Fundo será objeto de lavratura por instrumento público no tabelião de notas. A forma de registro poderá fazer com que a eficácia da cessão dos Direitos Creditórios seja questionada, podendo ocasionar atraso no pagamento dos respectivos Direitos Creditórios ao Fundo e, por sua vez, poderá impactar a rentabilidade das Cotas; e
- (h) Possibilidade de Eventuais Restrições de Natureza Legal ou Regulatória: O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos, exógenos ao controle da Gestora e da Administradora, advindos de eventuais restrições futuras de natureza legal e/ou regulatória que podem afetar a validade da constituição e/ou da cessão dos Direitos Creditórios para o Fundo. Na hipótese de tais restrições ocorrerem, o fluxo de cessões de Direitos Creditórios ao Fundo poderá ser interrompido, podendo desta forma comprometer a continuidade do Fundo e o horizonte de investimento dos Cotistas. Além disso, os Direitos Creditórios já integrantes da Carteira podem ter sua validade questionada, podendo acarretar desta forma prejuízos aos Cotistas.

**Parágrafo 5º. Outros Riscos:**

- (a) Investimento em Carteira de Direitos Creditórios Diversificada: O Fundo pode investir em carteira de Direitos Creditórios diversificada, com natureza e características distintas. Dessa forma, o desempenho da Carteira pode apresentar comportamento distinto ao longo da existência do Fundo;
- (b) Cobrança Judicial ou Extrajudicial dos Direitos Creditórios: No caso de os Sacados inadimplirem as obrigações dos pagamentos dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Neste caso, além de o Fundo incorrer em maiores custos relacionados à cobrança dos



Direitos Creditórios inadimplidos, nada garante que referidas cobranças atingirão os resultados almejados, qual

seja, a recuperação do valor integral dos Direitos Creditórios inadimplidos. Nesta hipótese, a rentabilidade do Fundo será afetada negativamente;

- (c) Intervenção ou Liquidação Extrajudicial do Custodiante: A conta corrente do Fundo será mantida perante o Custodiante, o qual também realizará a cobrança de Direitos Creditórios do Fundo. Poderá, assim, receber valores decorrentes da cobrança dos Direitos Creditórios. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial do Custodiante, há possibilidade de os recursos depositados na conta corrente de titularidade do Fundo mantida junto ao Custodiante, bem como os recursos sob sua guarda, serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que afetará negativamente a rentabilidade do Fundo e poderia gerar a perda de parte do patrimônio do Fundo;
- (d) Possibilidade de os Direitos Creditórios serem Alcançados por Obrigações dos Cedentes ou de Terceiros: O Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios de diversos Cedentes, e eventuais valores decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo pelos Sacados e/ou devedores solidários poderão ser recebidos pelos Cedentes ou por quaisquer outros prestadores de serviços do Fundo. Nestes casos os valores deverão ser transferidos para a conta corrente do Fundo, nos termos do Regulamento. Não obstante, no caso de eventual liquidação extrajudicial, falência, pedidos de recuperação judicial e/ou planos de recuperação extrajudicial dos Cedentes ou de outros prestadores de serviços do Fundo, os recursos de titularidade do Fundo que se encontrem na posse dos Cedentes ou outros prestadores de serviços do Fundo podem eventualmente vir a ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos;
- (e) Risco de Instrumentos Derivativos: A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar perdas patrimoniais ao Fundo e aos Cotistas. Mesmo para o Fundo, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das

201

posições detidas à vista, existe o risco de a posição não representar um *hedge* perfeito ou suficiente para evitar perdas ao Fundo;

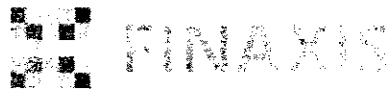
- (f) Limitação do Gerenciamento de Riscos: A realização de investimentos no Fundo expõe o investidor aos riscos a que o Fundo está sujeito, os quais poderão acarretar perdas para os Cotistas. Embora a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do Fundo, não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Cotistas. Em condições adversas de mercado, esse sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida;
- (g) Redução das Cotas Subordinadas: Por diversos motivos, tais como inadimplência do Sacado e problemas de pagamento de indenizações ou repasse de recursos ao Fundo, as Cotas Subordinadas poderão ter seu patrimônio reduzido. Caso as Cotas Subordinadas tenham seu patrimônio reduzido a 0 (zero), as Cotas Seniores passarão a arcar com eventuais prejuízos do Fundo, o que poderá causar perda de patrimônio aos seus detentores;
- (h) Invalidade ou Ineficácia da Cessão de Direitos Creditórios: Com relação ao Cedente, a cessão de Direitos Creditórios pode ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o Patrimônio Líquido, sendo certo que neste caso trata-se de risco relativo ao Cedente, nas hipóteses de:
  - (i) fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão o Cedente estivesse insolvente ou se com ela passasse ao estado de insolvência;
  - (ii) fraude de execução, caso: (i) quando da cessão o Cedente fosse sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (ii) sobre os Direitos Creditórios pendesse demanda judicial fundada em direito real; e
  - (iii) fraude à execução fiscal, se o Cedente, quando da celebração da cessão de Direitos Creditórios, sendo sujeito passivo por débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispusesse de bens para total pagamento da dívida fiscal;
- (i) Risco dos Cedentes: Os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo são formalizados sob a forma dos títulos de crédito, com base nas operações realizadas entre os Cedentes e os Sacados. Esses títulos de crédito representativos dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo podem apresentar vícios questionáveis juridicamente,

podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos Creditórios pelos Sacados, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.; e

- (j) Risco de execução de Direitos Creditórios lastreados em Duplicatas Virtuais: O Fundo pode adquirir Direitos Creditórios lastreados em Documentos Comprobatórios emitidos a partir dos caracteres criados em computador ou meio técnico equivalente, consistentes em duplicatas virtuais. Esta é uma modalidade recente de título cambiário que se caracteriza pela emissão em meio magnético, ou seja, não há a emissão da duplicata em papel. Não existe um entendimento uniforme da doutrina como da jurisprudência brasileira quanto à possibilidade do endosso virtual, porque a duplicata possui regras próprias segundo a Lei Uniforme de Genebra que limitariam a possibilidade de tais títulos serem endossados eletronicamente. Além disso, para promover ação de execução da duplicata virtual, o Fundo deverá apresentar em juízo o instrumento do protesto por indicação. Neste sentido, será necessário provar a liquidez da dívida representada no título de crédito, já que não se apresenta a cártula, uma vez que a cobrança e o pagamento pelo aceitante, no caso da duplicata virtual, são feitos por boleto bancário. Dessa forma, o Fundo poderá encontrar dificuldades para realizar a execução judicial dos Direitos Creditórios referidos nesta alínea.

**Parágrafo 6º.** O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros, inclusive, mas não se limitando, a criação de novas restrições legais ou regulatórias que possam afetar adversamente a validade da constituição dos Direitos Creditórios e da cessão desses, alteração na política monetária, alteração da política fiscal aplicável ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos para o Fundo e para os Cotistas.

**Parágrafo 7º.** Não obstante a diligência da Administradora e da Gestora em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que a Administradora e a Gestora mantenham rotina e procedimentos de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Cotistas.



## CAPÍTULO XII – EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DE COTAS

**Artigo 36.** O patrimônio do Fundo é formado por 2 (duas) classes de Cotas, sendo que as características e os direitos, bem como as condições de emissão, subscrição, integralização, remuneração e resgate aplicáveis às classes de Cotas estão descritos neste Regulamento. Cada classe de Cotas terá características específicas, de acordo com o disposto neste Regulamento.

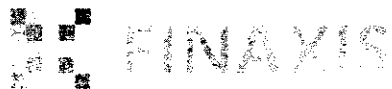
**Parágrafo 1º.** As Cotas (a) terão a forma escritural; (b) serão mantidas em conta de depósito em nome de seus respectivos titulares; (c) correspondem a frações ideais de seu patrimônio; (d) serão subscritas na mesma data em que forem integralizadas; e (e) serão resgatadas nos termos previstos neste Regulamento.

**Parágrafo 2º.** Na hipótese de o Fundo atingir a rentabilidade alvo das Cotas Seniores, conforme estabelecido neste Regulamento, a rentabilidade excedente será atribuída às Cotas Subordinadas, as quais não possuem limite de rentabilidade.

**Artigo 37.** As Cotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) rentabilidade alvo correspondente a atualização do valor nominal Cotas Seniores pela variação do IPCA acrescido de 8,0% (oito por cento) ao ano, calculados de forma exponencial numa base Dias Úteis/252 e cumulativos *pro-rata tempore*, entre a data de integralização de cada emissão de Cota Sênior até o Dia Útil anterior à data do pagamento do resgate das Cotas Seniores (inclusive);
- (b) prioridade de resgate em relação às Cotas Subordinadas, observado o disposto neste Regulamento;
- (c) valor unitário inicial de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais);
- (d) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização e resgate, observados os critérios definidos neste Regulamento;
- (e) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Cota Sênior corresponderá 1 (um) voto; e





- (f) possuem prazo de carência para resgate de 1.460 (mil, quatrocentos e sessenta) dias corridos contados da data de integralização pelo cotista e prazo para pagamento do resgate de 60 (sessenta) dias corridos contados da data da solicitação.

**Parágrafo Único.** As Cotas Seniores em circulação serão trimestralmente avaliadas pela Agência Classificadora de Risco. Não obstante, caso entenda necessário, a Agência Classificadora de Risco poderá solicitar informações adicionais e rever a classificação de risco das Cotas Seniores em periodicidade inferior.

**Artigo 38.** As Cotas Subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) subordinam-se às Cotas Seniores para efeito de resgate, observado o disposto neste Regulamento, admitindo-se o resgate em Direitos Creditórios;
- (b) somente poderão ser resgatadas (i) após o resgate da totalidade das Cotas Seniores; ou (ii) desde que seja mantida a Subordinação e observadas as disposições do Artigo 18-A da Instrução CVM 356 e do Artigo 51 deste Regulamento;
- (c) deverão atender à Subordinação estabelecida neste Regulamento;
- (d) valor unitário inicial de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais);
- (e) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização e resgate, observados os critérios definidos neste Regulamento; e
- (f) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Cota Subordinada corresponderá 1 (um) voto.

**Artigo 39.** As Cotas Subordinadas são dispensadas da avaliação pela Agência Classificadora de Risco, uma vez que:

- (a) as Cotas Subordinadas são destinadas a um único Cotista;
- (b) o Cotista, firmará Termo de Adesão declarando ter pleno conhecimento dos riscos envolvidos na operação, inclusive da possibilidade de perda total do capital investido, e da ausência de classificação de risco das Cotas por ele subscritas; e

FINAXIS - SP

FINAXIS - PR

Ouvidoria

200

3201734

7



- (c) por se tratar de fundo aberto, a transferência ou negociação das Cotas no mercado secundário não é permitida.

**Parágrafo 1º.** Caso as Cotas Subordinadas deixem de ser investidas exclusivamente por um único Cotista, a classificação de risco das Cotas pela Agência Classificadora de Risco passará a ser obrigatória.

**Parágrafo 2º.** A integralização de Cotas Subordinadas em Direitos Creditórios está condicionada ao atendimento dos Direitos Creditórios utilizados na integralização de Cotas Subordinadas aos Critérios de Elegibilidade.

**Artigo 40.** Para o funcionamento do Fundo, o Fundo deverá manter Patrimônio Líquido médio igual ou superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) pelo período de 3 (três) meses consecutivos.

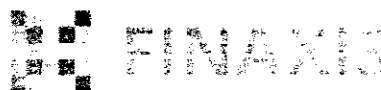
**Parágrafo 1º.** A emissão de novas classes de Cotas Subordinadas dependerá de aprovação da Assembleia Geral de Cotistas, sendo que o Fundo somente poderá emitir novas classes de Cotas Subordinadas, desde que:

- (a) nenhum Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação tenha ocorrido e esteja em vigor;
- (b) a Subordinação não seja afetada, bem como as rentabilidades alvo dispostas neste Regulamento; e
- (c) a emissão de nova classe de Cotas tenha a aprovação dos titulares de pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Cotas do Fundo em circulação.

**Parágrafo 2º.** As Cotas Seniores terão uma única classe, nos termos do Artigo 12, da Instrução CVM 356.

**Parágrafo 3º.** Será admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as Cotas Seniores e/ou Cotas Subordinadas emitidas.

**Artigo 41.** A Administradora, em nome do Fundo, desde que observadas as condições estabelecidas no Parágrafo 1º, do Artigo 40 acima e na legislação aplicável, poderá emitir novas Cotas Seniores e Cotas Subordinadas, no montante indicado pela Gestora.



**Artigo 42.** O Cotista, por ocasião de seu ingresso no Fundo: (i) receberá exemplar deste Regulamento e do Prospecto, (ii) quando aplicável, assinará o boletim de subscrição, e (iii) assinará Termo de Adesão, declarando sua qualidade de investidor qualificado, nos termos da Instrução CVM 539, bem como declarando estar ciente, dentre outras informações: (a) das disposições contidas neste Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à Taxa de Administração e à Taxa de Performance; (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos neste Regulamento; e (c) da possibilidade de perdas decorrentes das características dos Direitos Creditórios que integram e/ou venham a integrar a Carteira do Fundo.

**Artigo 43.** A qualidade de Cotista do Fundo caracterizar-se-á pela abertura de conta de depósito em nome do Cotista.

**Parágrafo Único.** O extrato da conta de depósito, emitido pela Administradora, será o documento hábil para comprovar a propriedade do número de Cotas pertencentes a cada Cotista.

**Artigo 44.** As Cotas serão subscritas e integralizadas, sempre nas mesmas datas, a partir da data de início das atividades do Fundo. Na subscrição de Cotas em data diversa da data de início das atividades do Fundo, será utilizado o valor da Cota de mesma classe em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos.

**Parágrafo 1º.** A integralização das Cotas do Fundo será efetuada à vista em moeda corrente nacional, mediante o crédito do respectivo valor em recursos disponíveis na conta corrente do Fundo a ser indicada pela Administradora, por qualquer mecanismo de transferência de recursos admitido pelo BACEN ou através de sistema operacionalizado pela CETIP, quando aplicável.

**Parágrafo 2º.** A confirmação da integralização de Cotas do Fundo pelos Cotistas está condicionada à efetiva disponibilidade dos recursos na conta corrente do Fundo.

**Artigo 45.** A partir da data de início da operação do Fundo, as Cotas do Fundo terão seu valor de integralização e de resgate, nas hipóteses definidas neste Regulamento, calculado no fechamento de todo Dia Útil pela Administradora.

**Parágrafo 1º.** Os critérios de determinação do valor das Cotas de cada classe, definidos no *caput* deste Artigo, têm como finalidade definir qual o valor de integralização será aplicável para cada classe de Cotas durante as atividades do Fundo e qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares de cada classe de Cotas na

FINAXIS - SP

FINAXIS - PR

Ouvidoria

Assessoria Jurídica  
Assessoria de Relações Institucionais

Assessoria de Marketing  
Assessoria de Recursos Humanos

Assessoria de Tecnologia da Informação  
Assessoria de Planejamento e Controle

7

hipótese de resgate de Cotas, e não representam e não devem ser considerados, em hipótese alguma, como promessa ou obrigação legal ou contratual de remuneração por parte do Fundo, da Administradora ou da Gestora.

**Parágrafo 2º.** Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Cotas Seniores não farão jus, quando do resgate de suas Cotas, a uma remuneração superior à rentabilidade alvo das Cotas Seniores, calculada conforme o *caput* deste Artigo, na respectiva data de resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para as Cotas Seniores.

**Parágrafo 3º.** Em todo Dia Útil, após a incorporação dos resultados descritos no *caput* deste Artigo às Cotas Seniores o eventual excedente decorrente da valorização da Carteira no período será incorporado às Cotas Subordinadas.

**Parágrafo 4º.** Caso o IPCA não esteja disponível quando da apuração do valor de qualquer obrigação pecuniária prevista neste Regulamento, será aplicado o último IPCA que estiver disponível naquela data. Nesse caso, a Administradora por conta e ordem do Fundo, deverá promover os competentes ajustes no valor das Cotas na data de divulgação do IPCA que seria aplicável.

### **CAPÍTULO XIII – NEGOCIAÇÃO DAS COTAS**

**Artigo 46.** As Cotas do Fundo não serão objeto de cessão ou transferência, salvo por decisão judicial, execução de garantia ou sucessão universal.

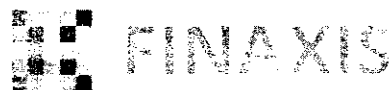
### **CAPÍTULO XIV – SUBORDINAÇÃO**

**Artigo 47.** O Fundo deverá ter, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de Subordinação, observado o disposto no parágrafo 2º abaixo.

**Parágrafo 1º.** A Subordinação deverá ser apurada diariamente pela Administradora.

**Parágrafo 2º.** O mecanismo de apuração da Subordinação do Fundo é definido como a relação entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores que deverá ser de no mínimo 133,33% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento).

**Artigo 48.** Na hipótese de desenquadramento da Subordinação por 7 (sete) Dias Úteis, a Administradora deverá comunicar, em até 3 (três) Dias Úteis da data do evento, o Cotista detentor de Cotas Subordinadas, por meio de correspondência ou correio eletrônico, para que providencie o respectivo restabelecimento no prazo de até 10 (dez) dias corridos,



contar do recebimento da comunicação, informando ao Cotista detentor de Cotas Subordinadas o número mínimo de Cotas que deverão ser subscritas e os respectivos valores para que se possa restabelecer a Subordinação, conforme o caso.

**Parágrafo 1º.** O Cotista detentor de Cotas Subordinadas deverá subscrever, dentro do prazo acima estabelecido, tantas Cotas Subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a Subordinação, conforme o caso.

**Parágrafo 2º.** Na hipótese de a Administradora verificar que, decorrido o prazo acima estabelecido, não se alcançou o restabelecimento da Subordinação, por qualquer motivo, a Administradora deverá convocar a Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre o Evento de Avaliação que ficará configurado.

## **CAPÍTULO XV – RESGATE DE COTAS**

**Artigo 49.** Os Cotistas detentores de Cotas Seniores poderão solicitar o resgate das Cotas observado o prazo de carência previsto no Artigo 37, devendo, para tanto, observar o procedimento disposto neste Regulamento.

**Parágrafo 1º.** Não será admitido o resgate de Cotas desde a data do envio da convocação para a Assembleia Geral de Cotistas que tenha sido convocada para deliberar sobre Evento de Avaliação e/ou Evento de Liquidação do Fundo, até a ocorrência da respectiva Assembleia Geral de Cotistas que delibere definitivamente sobre o tema.

**Parágrafo 2º.** Caso este Regulamento preveja o pagamento de resgates aos Cotistas, em desacordo com as normas e procedimentos adotados pela CETIP: (i) a CETIP ficará isenta de qualquer responsabilidade; e (ii) o pagamento de resgates aos Cotistas deverá ocorrer fora do ambiente da CETIP e será realizado pela Administradora.

**Artigo 50.** Os Cotistas poderão solicitar o resgate das Cotas de sua titularidade, por meio de correspondência encaminhada à Administradora.

**Parágrafo 1º.** O pagamento do valor do resgate de Cotas Seniores será realizado no prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de recebimento da solicitação pela Administradora, ou no Dia Útil subsequente, caso tal data não seja Dia Útil, e utilizará como base o valor da cota de fechamento do Dia Útil imediatamente anterior ao pagamento dos resgates aos Cotistas, observado o prazo de carência disposto no item (g) do Artigo 37 acima.

**Parágrafo 2º.** O pagamento dos resgates pode estar sujeito ao fluxo de vencimentos futuros dos Direitos Creditórios, de modo que os Cotistas devem estar cientes de que, dependendo do volume de resgates solicitados em determinado período, há o risco de o Fundo não possuir recursos suficientes para efetuar o pagamento de todos os resgates no prazo solicitado. Neste caso, aplicar-se-á o disposto no Parágrafo 4º abaixo.

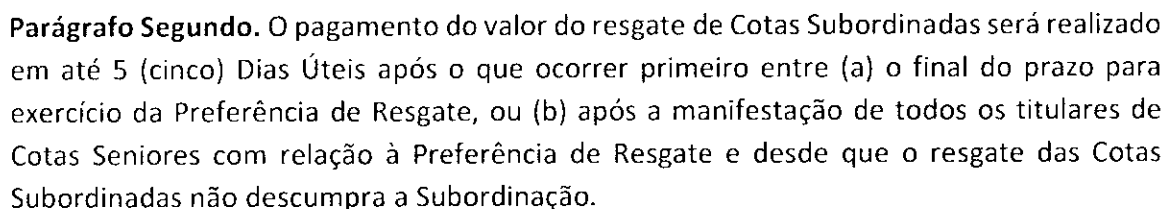
**Parágrafo 3º.** Caso as ordens de resgate excedam a liquidez do Fundo em determinado dia, de forma que não existam recursos suficientes para cobrir os pedidos de resgate, a Administradora atenderá aos pedidos de resgates conforme a ordem cronológica de recebimento de tais pedidos, postergando para o Dia Útil imediatamente seguinte os resgates que não puderem ser atendidos no mesmo dia, não sendo, portanto, aplicados os prazos estabelecidos no Parágrafo 1º e no Parágrafo 2º deste Artigo. Neste caso, a Administradora no mesmo dia do recebimento do pedido, comunicará aos Cotistas e à Gestora sobre os procedimentos que serão utilizados para pagamento dos resgates.

**Parágrafo 4º.** Enquanto perdurar a situação descrita no Parágrafo 3º acima, a aquisição de novos Direitos Creditórios pelo Fundo será suspensa, reiniciando quando forem realizados os pagamentos referentes aos resgates solicitados pelos Cotistas, caso não tenha ocorrido nenhum Evento de Avaliação e/ou Evento de Liquidação do Fundo.

**Parágrafo 5º.** Caso após 360 (trezentos e sessenta) dias, contados a partir do final do período de carência em relação a data da solicitação de um resgate, ainda não haja recursos disponíveis para pagamento do referido resgate, a Administradora deverá convocar uma Assembleia Geral de Cotistas para deliberar se tal fato deve configurar ou não um Evento de Liquidação.

**Artigo 51.** As Cotas Subordinadas somente poderão ser resgatadas: **(a)** após o resgate da totalidade das Cotas Seniores; ou **(b)** desde que seja mantida a Subordinação, e observada a Preferência de Resgate, nos termos deste Artigo 51.

**Parágrafo Primeiro.** De modo a garantir a Preferência de Resgate aos titulares de Cotas Seniores, a Administradora deverá, no máximo, no terceiro dia útil após o recebimento de pedido de resgate de Cotas Subordinadas, realizar a Comunicação de Preferência de Resgate, podendo os titulares das Cotas Seniores, em até 60 (sessenta) dias após a data de recebimento pela Administradora do pedido de resgate de Cotas Subordinadas, conforme tal data lhes seja informada na Comunicação de Preferência de Resgate, requerer o exercício da Preferência de Resgate, com o consequente resgate de suas respectivas Cotas Seniores antes do resgate das Cotas Subordinadas.



**Artigo 53.** Os Cotistas não poderão, em nenhuma hipótese, exigir do Fundo o resgate de suas Cotas em condições diversas das previstas neste Regulamento.

**Parágrafo 1º.** A Administradora, atuando por conta e ordem do Fundo, efetuará o pagamento dos resgates de Cotas por meio de mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN ou através da CETIP, conforme aplicável.

**Parágrafo 2º.** Os recursos deverão ser transferidos aos titulares das Cotas, quando do resgate das Cotas, de acordo com os registros de titularidade mantidos pela Administradora na data de resgate.

**Parágrafo 3º.** Quando o dia do pagamento do resgate das Cotas ocorrer em dia não considerado Dia Útil, a Administradora efetuará o pagamento devido no 1º (primeiro) Dia Útil subsequente.

**Parágrafo 4º.** Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, nas hipóteses previstas neste Regulamento, em Direitos Creditórios.

**Artigo 55.** A Administradora, exclusivamente com os recursos do Fundo, constituirá uma Reserva de Caixa, representada por recursos livres, cujo valor deverá ser apurado pela Administradora e monitorado pela Gestora em todo último Dia Útil de cada mês, definido pelo total de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos no período de 90 (noventa) dias contados da data de apuração.

**Parágrafo Único.** Os valores segregados na Reserva de Caixa somente poderão ser utilizados pelo Fundo no pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo.

**Artigo 56.** A Gestora deverá calcular, diariamente, o Índice de Liquidez da Carteira, a ser apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Índice de Liquidez} = \frac{\text{Recursos Livres} + (\text{DC} / 1,20)}{\text{VP}}$$

onde:

DC: corresponde ao valor atribuído ao somatório dos Direitos Creditórios integrantes da Carteira, devidamente atualizados, que tenham vencimento nos próximos 30 (trinta) dias contados da data de Índice de Liquidez.

VP: corresponde ao somatório do valor de resgate e total de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos no período de 30 (trinta) dias contados da data de apuração do Índice de Liquidez.

**Parágrafo Único.** O Índice de Liquidez deverá ser maior ou igual a 1 (um), e caso permaneça com valor menor a 1 (um) pelo período de 30 (trinta) Dias Úteis, a Administradora deverá tomar todas as providências relativas à ocorrência de um Evento de Avaliação.

## CAPÍTULO XVI – ORDEM DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

**Artigo 57.** A partir da data de início das atividades do Fundo e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas-correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento de recursos provenientes da Carteira, na seguinte ordem:

- (a) pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável;
- (b) formação da Reserva de Caixa;
- (c) resgate de Cotas Seniores requeridas por Cotistas Dissidentes;
- (d) resgate das Cotas Seniores, observados os termos e condições deste Regulamento;





- (e) resgate de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento; e
- (f) aquisição de Direitos Creditórios.

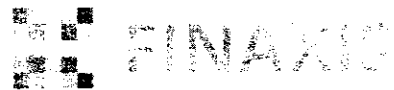
**Parágrafo Único.** Exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada, os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da Carteira serão alocados na seguinte ordem:

- (a) no pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável; e
- (b) resgate das Cotas Seniores e Cotas Subordinadas, nesta ordem, observados os termos e condições deste Regulamento.

## **CAPÍTULO XVII – ASSEMBLEIA GERAL**

**Artigo 58.** Será de competência privativa da Assembleia Geral de Cotistas do Fundo:

- (a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras deste;
- (b) alterar o Regulamento do Fundo;
- (c) deliberar sobre a substituição da Administradora;
- (d) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração;
- (e) deliberar sobre liquidação, incorporação, fusão e cisão do Fundo;
- (f) deliberar sobre a alteração da remuneração alvo das Cotas Seniores, conforme definido neste Regulamento, bem como das demais condições de emissão da respectiva classe, como período de carência e de pagamento;
- (g) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, tais Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação Antecipada;



- (h) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, tais Eventos de Liquidação Antecipada devem acarretar na liquidação antecipada do Fundo; e
- (i) deliberar sobre a substituição da Gestora e dos demais prestadores de serviços do Fundo.

**Parágrafo Único.** O Regulamento do Fundo poderá ser alterado, independentemente de Assembleia Geral de Cotistas, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Cotistas.

**Artigo 59.** A Assembleia Geral de Cotistas pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas.

**Parágrafo Único.** Somente pode exercer as funções de representante de Cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- (a) ser Cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas;
- (b) não exercer cargo ou função na Administradora, bem como nos controladores da Administradora, em sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum das mesmas;
- (c) não exercer cargo em empresa cedente de Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo

**Artigo 60.** A convocação da Assembleia Geral de Cotistas do Fundo far-se-á mediante carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista ou por correio eletrônico, do qual constará, obrigatoriamente, o dia, hora e local em que será realizada a Assembleia Geral de Cotistas e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

**Parágrafo 1º.** A convocação da Assembleia Geral de Cotistas deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contados da data de envio de carta com aviso de recebimento ou do correio eletrônico aos Cotistas.



**Parágrafo 2º.** Não se realizando a Assembleia Geral de Cotistas, será providenciado o envio de carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico aos Cotistas para a segunda convocação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

**Parágrafo 3º.** Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral de Cotistas realizar-se-á no local onde a Administradora tiver a sede; quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, as cartas ou correios eletrônicos endereçados aos Cotistas indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede da Administradora.

**Parágrafo 4º.** Independentemente das formalidades previstas neste Artigo, será considerada regular a Assembleia Geral de Cotistas a que comparecerem todos os Cotistas.

**Parágrafo 5º.** Para efeito do disposto no Parágrafo 2º, admite-se que a segunda convocação da Assembleia Geral seja providenciada juntamente com a carta ou correio eletrônico de primeira convocação.

**Artigo 61.** Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembleia Geral de Cotistas pode reunir-se por convocação da Administradora ou de Cotistas possuidores de Cotas que representem isoladamente ou em conjunto, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas.

**Artigo 62.** Na Assembleia Geral de Cotistas, a ser instalada com a presença de pelo menos um Cotista, as deliberações relativas às matérias previstas no Artigo 58 deverão ser tomadas pelo critério da maioria de Cotas dos Cotistas presentes, correspondendo a cada cota um voto, ressalvado o disposto nos Parágrafos abaixo deste Artigo.

**Parágrafo 1º.** As deliberações relativas às matérias previstas no Artigo 58, itens (c), (d), (e), (g), (h) e (i) serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes.

**Parágrafo 2º.** A deliberação sobre a matéria indicada no Artigo 58, item (f) dependerá de aprovação, em Assembleia Geral de Cotistas que representem 90% (noventa por cento) das Cotas emitidas.

**Parágrafo 3º.** Somente podem votar na Assembleia Geral de Cotistas os Cotistas do Fundo, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano.



**Parágrafo 4º.** Não têm direito a voto na Assembleia Geral de Cotistas a Administradora e seus respectivos empregados.

**Artigo 63.** As decisões da Assembleia Geral de Cotistas devem ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

**Parágrafo 1º.** A divulgação referida no *caput* deve ser providenciada por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, ou por meio de correio eletrônico.

**Parágrafo 2º.** Os Cotistas, representando a totalidade das Cotas emitidas pelo Fundo, podem, em Assembleia Geral de Cotistas, dispensar a Administradora do envio do resumo das decisões.

**Artigo 64.** As modificações aprovadas pela Assembleia Geral de Cotistas passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

- (a) lista de Cotistas presentes na Assembleia Geral;
- (b) cópia da ata da Assembleia Geral; e
- (c) exemplar do Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos.

## CAPÍTULO XVIII – EVENTOS DE AVALIAÇÃO E LIQUIDAÇÃO

**Artigo 65.** O Fundo será liquidado nas hipóteses previstas neste Regulamento ou quando os Cotistas assim deliberarem em Assembleia Geral de Cotistas especialmente convocada para tal fim.

**Artigo 66.** São considerados Eventos de Avaliação do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências:

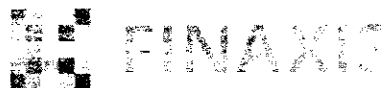
- (a) inobservância pela Administradora de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, que não seja um Evento de Liquidação, desde que, se notificada para sanar ou justificar o descumprimento, não o fizer no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contados do recebimento da referida notificação;

2017  
325794

2



- (b) renúncia da Administradora à administração do Fundo não resolvida em 30 (trinta) dias contados da data em que a Administradora formalizar e comunicar sua renúncia aos Cotistas do Fundo;
- (c) aquisição, pelo Fundo, de Direitos Creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade, conforme exposto no Capítulo IV deste Regulamento, verificada pelo Custodiante, cujo respectivo saldo devedor seja maior ou igual a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) ou 0.1% (um décimo por cento) do valor do Patrimônio Líquido;
- (d) caso haja a redução do nível de classificação de risco das Cotas Seniores em circulação em 2 (dois) níveis abaixo da classificação de risco originalmente atribuída, desde que tal rebaixamento decorra de perda da qualidade dos ativos do Fundo. Não serão considerados como Evento de Avaliação os eventuais rebaixamentos decorrentes de mudança de critérios da Agência Classificadora de Risco;
- (e) inobservância pela Gestora dos deveres e das obrigações previstas neste Regulamento e no Contrato de Gestão, desde que, se notificada pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, a Gestora não o fizer no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contados do recebimento da referida notificação;
- (f) não pagamento, nas datas de resgate, das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas;
- (g) caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às Cotas Seniores por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias;
- (h) existência ou evidência concreta, irrefutável e comprovada documentalmente de que os Direitos Creditórios não foram regularmente e devidamente formalizados;
- (i) alteração do controle acionário da Gestora, conforme dever de informar à Administradora por esta assumido no Contrato de Gestão;
- (j) o não enquadramento do Fundo ao Índice de Inadimplência verificado no 1º (primeiro) Dia Útil de cada mês, nos termos do Artigo 78;
- (k) ocorrência de quaisquer eventos que no entendimento da Administradora acarretem um potencial risco adicional aos Cotistas; e



- (II) permanência do Índice de Liquidez com valor menor a 1 (um) pelo período de 30 (trinta) Dias Úteis.

**Parágrafo 1º.** Na ocorrência de um Evento de Avaliação, o Fundo não estará sujeito à liquidação automática, devendo a Administradora convocar Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do Evento de Avaliação, devendo deliberar: (i) pela não liquidação do Fundo; ou (ii) que o Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, devendo a Administradora, neste caso, implementar os procedimentos de liquidação do Fundo previstos no presente Capítulo, independentemente da realização de nova Assembleia Geral de Cotistas.

**Parágrafo 2º.** Na hipótese de ocorrência e continuidade de um Evento de Avaliação, e até a eventual decisão de liquidação do Fundo ou de retomada de suas atividades regulares, conforme venha a ser deliberado pela Assembleia Geral de Cotistas, a Administradora do Fundo deverá suspender imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios e resgates de Cotas.

**Artigo 67.** São considerados Eventos de Liquidação do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências:

- (a) sempre que os Cotistas assim decidirem em Assembleia Geral de Cotistas especialmente convocada para tal fim, sem prejuízo de outras hipóteses descritas neste Regulamento;
- (b) se o Fundo mantiver Patrimônio Líquido médio inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), pelo período de 3 (três) meses consecutivos e não for incorporado a outro fundo de investimento em direitos creditórios;
- (c) caso seja deliberado em Assembleia Geral de Cotistas que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- (d) caso a Administradora deixe de convocar Assembleia Geral de Cotistas na hipótese de ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no Artigo 66 acima;
- (e) na hipótese de serem realizados pagamentos de resgate de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto neste Regulamento;

FINAXIS - SP

FINAXIS - PR

Ouvidoria

Assessoria Jurídica  
Rua ...

Assessoria Jurídica  
Rua ...

Assessoria Jurídica  
Rua ...

2017  
325796  
1

1

7

- (f) renúncia da Administradora com a consequente não assunção de suas funções por uma nova instituição nos prazos previstos neste Regulamento; e
- (g) caso seja aprovado em Assembleia Geral de Cotistas a destituição ou substituição da Gestora.

**Artigo 68.** Caso a Assembleia Geral de Cotistas decida não liquidar o Fundo, será assegurado aos titulares de Cotas Seniores dissidentes, desde que se manifestem formalmente até o encerramento da respectiva Assembleia Geral de Cotistas, o resgate das Cotas Seniores por eles detidas, pelo seu valor, na forma prevista neste Regulamento.

**Parágrafo Único.** Caso o Fundo não tenha recursos, em moeda corrente nacional, suficientes para efetuar o resgate das Cotas Seniores dos Cotistas Dissidentes, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da Assembleia Geral de Cotistas em questão, todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no Fundo serão prioritariamente utilizados para o resgate de tais Cotas Seniores, sendo vedada, nos termos da legislação aplicável, a realização de resgate das Cotas Seniores detidas pelos Cotistas Dissidentes com pagamento em Direitos Creditórios.

**Artigo 69.** Nas hipóteses de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil e criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da Administradora.

**Parágrafo 1º.** Após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, será pago aos titulares de Cotas Seniores, se houver disponibilidade, o valor apurado, em vigor na própria data de liquidação, proporcionalmente ao valor das Cotas Seniores, até o limite da rentabilidade alvo das Cotas Seniores.

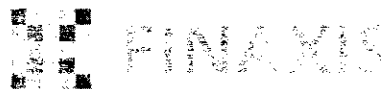
**Parágrafo 2º.** Após o pagamento das despesas e encargos do Fundo e do valor de resgate das Cotas Seniores, será pago aos titulares de Cotas Subordinadas, se houver disponibilidade, o valor apurado, em vigor na própria data de liquidação, proporcionalmente ao valor das Cotas Subordinadas.

**Parágrafo 3º.** A cada Cota de determinada classe será conferido tratamento igual ao conferido às demais Cotas de mesma classe.

**Artigo 70.** Na hipótese de existência de Direitos Creditórios pendentes de vencimento ou insuficiência de recursos para o pagamento integral das Cotas Seniores, a Assembleia Geral

de Cotistas convocada para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo poderá determinar que a Administradora adote os seguintes procedimentos:





**Parágrafo 2º.** Os termos e as condições da convenção de condomínio civil conterão avenças assegurando: (i) a contratação de agente de recebimento dos pagamentos referentes aos Direitos Creditórios, de forma a preservar o sistema de pagamentos e evitar a necessidade de autorização do Sacado para alteração do respectivo domicílio bancário dos Direitos Creditórios; e (ii) aos Cotistas que foram titulares das Cotas Seniores, o direito de preferência no recebimento de quaisquer verbas decorrentes da cobrança dos créditos mantidos em condomínio em relação aos Cotistas que forem titulares de Cotas Subordinadas.

**Parágrafo 3º.** Após a constituição do condomínio civil referido no *caput* deste Artigo, a Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizada a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

**Parágrafo 4º.** Caso os titulares das Cotas, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil no prazo referido acima, a Administradora poderá promover o pagamento em consignação dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo aos Cotistas, na forma do Artigo 334 do Código Civil, condicionado à obtenção de autorização do Sacado para a transferência dos Direitos Creditórios, que será de responsabilidade do respectivo Cotista.

**Artigo 72.** Se houver, quando da liquidação antecipada do Fundo, provisão para perdas relativa aos Direitos Creditórios que ainda estejam em processo de cobrança, os Cotistas detentores de Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas sub-rogar-se-ão nos direitos aos frutos da referida cobrança, proporcionalmente às perdas que suas respectivas Cotas tenham absorvido em função de tal provisionamento, devendo a Administradora praticar todos os atos necessários para que sejam assegurados os direitos dos Cotistas detentores de Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas.

**Parágrafo Único.** Para os fins deste Artigo, será considerada perda absorvida pelas Cotas Seniores a eventual diferença positiva entre: (i) o valor das Cotas Seniores, caso tenham apresentado rentabilidade equivalente à rentabilidade alvo das Cotas Seniores definida neste Regulamento, e (ii) o valor efetivo das Cotas Seniores quando da liquidação do Fundo. 2017

**Artigo 73.** Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá: (i) notificar os Cotistas; (ii) comunicar à Gestora; (iii) suspender imediatamente o pagamento de qualquer resgate em andamento, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios; (iv) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo definidos abaixo; e (v) convocar, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis do respectivo evento, uma Assembleia Geral.

FINAXIS - SP

FINAXIS - PR

Ouvidoria

para que os Cotistas deliberem sobre as medidas que serão adotadas visando a preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, observando o direito de resgate dos Cotistas Dissidentes que o solicitarem, pelo valor das Cotas.

**Parágrafo 1º.** A Assembleia Geral de Cotistas mencionada no *caput* acima poderá ser realizada, quando aplicável, juntamente com a Assembleia Geral de Cotistas que deliberar que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação.

**Artigo 74.** Após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, será pago aos titulares de Cotas Seniores, se o patrimônio do Fundo assim permitir, o valor apurado conforme a respectiva quantidade de cotas de cada titular. O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das Cotas Seniores, será pago aos titulares de Cotas Subordinadas, conforme a respectiva quantidade de cotas de cada titular.

**Artigo 75.** A liquidação do Fundo será gerida pela Administradora, observando: (i) as disposições deste Regulamento ou o que for deliberado na Assembleia Geral de Cotistas, e (ii) que a cada Cota de determinada classe será conferido tratamento igual ao conferido às demais Cotas de mesma classe.

#### CAPÍTULO XIX – ENCARGOS DO FUNDO

**Artigo 76.** Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas, que podem ser debitadas pela Administradora:

- (a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- (d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- (e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;

- (f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- (g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral de Cotistas;
- (h) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- (i) despesas com a contratação da Agência Classificadora de Risco;
- (j) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas, como representante dos Cotistas, se aplicável;
- (k) despesa com a taxa de registro e anuidade na ANBIMA e CVM; e
- (l) despesas com a contratação do Agente de Cobrança para realizar a cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, nos termos do inciso IV do Artigo 39 da Instrução CVM 356.

**Parágrafo Único.** Quaisquer outras despesas não previstas como encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

**Artigo 77.** Por exclusiva decisão da Administradora, o Fundo poderá assumir a cobrança extrajudicial ou judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos em função: (i) da inércia ou da morosidade do AGENTE DE COBRANÇA em efetivar os procedimentos de cobrança; (ii) da verificação de ineficácia dos procedimentos de cobrança implementados e iniciados ou, ainda, (iii) do descumprimento dos termos do Contrato de Cobrança. Neste caso, todas as despesas necessárias para a efetivação da cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos serão de responsabilidade do Fundo.

2017

## **CAPÍTULO XX – VERIFICAÇÃO DO ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA**

**Artigo 78.** O Custodiante verificará, no 1º (primeiro) Dia Útil de cada mês, a média móvel ponderada de 3 (três) meses, desprezados os 2 (dois) meses imediatamente anteriores, da razão entre (a) volume de direitos creditórios vencidos no mês que se encontrem em atraso há mais de 60 dias ou que tenham sido pagos com atraso superior a 60 (sessenta) dias e (b) volume total de Direitos Creditórios com data de vencimento no mesmo mês (Índice de Inadimplência”).

**Parágrafo Único.** Caso o Índice de Inadimplência, verificado nos termos do *caput*, seja superior a 9,0% (nove por cento), o Custodiante cientificará a Administradora, que, por sua vez, deverá adotar os procedimentos descritos no Artigo 68 do Capítulo XVIII.

## CAPÍTULO XXI – PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS

**Artigo 79.** A Administradora irá divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, tal como a eventual alteração da classificação de risco do Fundo ou dos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da respectiva Carteira, de modo a garantir, a todos os Cotistas, acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

**Parágrafo 1º.** A divulgação das informações previstas neste Artigo deve ser feita por meio de publicação no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou através de correio eletrônico e mantida disponível para os Cotistas na sede e agências da Administradora e nas instituições que coloquem cotas do Fundo.

**Parágrafo 2º.** Em caso de substituição do Periódico indicado pela Administradora do Fundo, os Cotistas serão avisados sobre a referida substituição mediante publicação no Periódico anteriormente utilizado por correio eletrônico ou carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista.

**Artigo 80.** A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- (a) o número de cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- (b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês;
- (c) o comportamento da Carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

**Artigo 81.** A Administradora deve enviar à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, em até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social ao qual se refiram, as demonstrações financeiras anuais do Fundo.

**Artigo 82.** As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

**Parágrafo Único.** O exercício social do Fundo tem duração de 1 (um) ano, encerrando-se em 31 de março de cada ano.

**Artigo 83.** A Administradora deve enviar informe mensal à CVM através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, conforme modelo e conteúdo disponíveis na referida página, observado o prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último Dia Útil daquele mês.

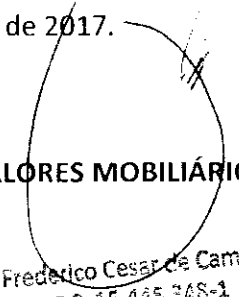
**Parágrafo Único.** Observada as disposições da Instrução CVM 356 a esse respeito, o Diretor Designado ou sócio-gerente da Administradora, indicado como sendo o responsável pelo Fundo, deverá elaborar demonstrativos trimestrais, os quais devem ser enviados à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o encerramento do período, e permanecer à disposição dos cotistas do Fundo, bem como ser examinados por ocasião da realização de auditoria independente.

## CAPÍTULO XXII – FORO

**Artigo 84.** Fica eleito o foro da comarca da São Paulo, Estado de São Paulo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para propositura de quaisquer ações judiciais relativas ao Fundo ou a questões decorrentes da aplicação deste Regulamento.

São Paulo, 14 de julho de 2017.

  
FINAXIS CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

  
Frederico Cesar de Campos  
RG 15.445.348-1  
CPF 056.138.498-88

23.

**ANEXO I****REGRAS PARA O CADASTRAMENTO PRÉVIO DE CEDENTES**

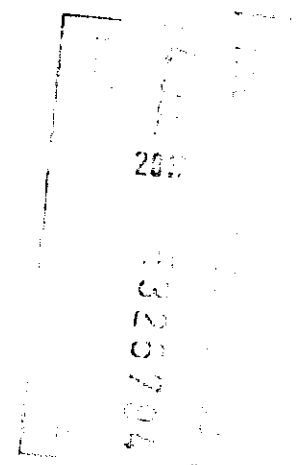
1. Os Cedentes serão pessoas jurídicas que deverão ser previamente cadastradas pela Gestora para que possam ofertar Direitos Creditórios ao Fundo. Para que tenha seu cadastro aprovado, cada Cedente deverá atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- (a) entregar à Gestora os documentos e informações necessários ao seu cadastramento, quais sejam, informações cadastrais mínimas indicadas no item 2 abaixo, e acompanhadas da via original ou de cópia autenticada dos seguintes documentos: Contrato Social ou Estatuto Social, cartão de inscrição no CNPJ/MF e indicação das pessoas capazes de representar o Cedente em operações de cessão de direitos, acompanhada dos documentos que comprovem tais poderes. O Cedente cadastrado deverá manter sempre atualizada referida documentação probatória de poderes dos seus representantes. A critério da **GESTORA**, outros documentos poderão ser solicitados ao Cedente para a aprovação de seu cadastro;
- (b) no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias após o encerramento do respectivo exercício social, entregar à Gestora cópia autenticada do balanço anual relativo ao último exercício e, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias após o encerramento de cada mês, entregar cópia autenticada do respectivo balancete mensal; e

2. Informações cadastrais mínimas:

(a) Informações Relativas à Identificação da Pessoa Jurídica:

- 1) Denominação/Razão Social;
- 2) CNPJ/MF;
- 3) NIRE;
- 4) Forma de constituição;
- 5) Data de constituição;
- 6) Endereço completo;





- 7) Atividade principal;
  - 8) Telefones;
  - 9) Fax;
  - 10) E-mail.
- (b) Informações Relativas à Identificação dos Controladores, Administradores, Diretores, Sócios e/ou Procuradores:
- 1) Nome ou Razão Social;
  - 2) CPF ou CNPJ/MF;
  - 3) Documento de Identidade ou NIRE;
  - 4) Endereço Completo;
  - 5) Profissão ou Atividade Principal;
  - 6) Telefones;
  - 7) Fax;
  - 8) E-mail.

## ANEXO II

### POLÍTICA DE ANÁLISE DOS CEDENTES E DAS OPERAÇÕES DE CESSÃO

1. A política de análise dos Cedentes é desenvolvida e monitorada pela Gestora, e pode ser sintetizada como sendo:

- (a) os Cedentes serão pessoas jurídicas que deverão ser previamente cadastradas pela Gestora para que possam ofertar Direitos Creditórios ao Fundo. Para que tenha seu cadastro aprovado, cada Cedente deverá atender, cumulativamente, aos requisitos elencados no ANEXO I deste Regulamento.



(b) após o cadastramento dos Cedentes de acordo com os requisitos estabelecidos no item (a) acima, a Gestora efetuará uma análise de cada Cedente para a concessão de um limite operacional que observará as seguintes etapas:

- (i) o gerente operacional é responsável pela análise de Cedentes;
- (ii) na primeira visita são recolhidos dados suficientes para a elaboração do relatório de visitas, a partir do qual serão geradas a ficha cadastral, análise de riscos e *compliance* da sociedade que cederá seus Direitos Creditórios de acordo com os requisitos previstos no item (a) acima;
- (iii) com os referidos relatórios devidamente preenchidos com os dados do Cedente, a diretoria da Gestora analisa se este tem o perfil para ceder Direitos Creditórios ao Fundo. Em caso positivo, o diretor operacional da Gestora solicita visita ao Cedente cadastrado;
- (iv) nas reuniões realizadas pelo Comitê de Crédito da Gestora, os diretores e o gerente operacional decidem o limite, os fatores, taxas e tarifas que incidirão sobre a cessão de Direitos Creditórios que atendem os Critérios de Elegibilidade do Cedente cadastrado ao Fundo. Em caso de dúvidas, solicita-se nova visita ao Cedente cadastrado com o diretor superintendente, ou novos levantamentos a serem realizados pela área de cadastro da Gestora;
- (v) após a aprovação pelo Comitê de Crédito, o gerente operacional solicita a área de Cadastro da Gestora a elaboração de contrato de cessão, nem como a inserção do Cedente no sistema operacional; e
- (vi) verificadas todas as etapas acima e assinatura do contrato validada pelo Administrador, poderá ocorrer a cessão de Direitos Creditórios pelo Cedente.

2. Após a aprovação do Cedente, a Gestora efetua a análise de cada operação de cessão de Direitos Creditórios proposta, verificando se atendem os Critérios de Elegibilidade de acordo com a seguinte metodologia:

- (i) O Cedente cadastrado envia o arquivo contendo os Documentos representativos dos direitos creditórios (por correspondência eletrônica ou fac-símile) e o assistente da Gestora faz a inserção dos referidos documentos representativos dos direitos creditórios no sistema;





- (ii) O gerente operacional faz a primeira análise da operação, utilizando as ferramentas de análise que o sistema dispõe, tais como:

Sobre o Cedente:

- a. analisar a Representatividade por Cedente para verificar a possibilidade de este realizar cessão de Direitos Creditórios ao Fundo;
- b. verificar a liquidez recente do Cedente;
- c. verificar a posição de Direitos Creditórios que atendem os Critérios de Elegibilidade vencidos;
- d. verificar a confirmação dos Direitos Creditórios que atendem os Critérios de Elegibilidade em carteira; e
- e. verificar se o Cedente tem alguma informação relevante no SERASA.

Sobre os Sacados:

- a. analisar a Representatividade por Sacado em relação ao Patrimônio Líquido do Fundo;
- b. observar a concentração por Sacado junto ao Cedente;
- c. observar a liquidez do Sacado no sistema;
- d. verificar o histórico de pagamento no sistema;
- e. verificar no SERASA se o Sacado tem alguma informação relevante, e se o perfil do Sacado é compatível com os valores dos Direitos Creditórios que atendem os Critérios de Elegibilidade contra ele;
- f. verificar se o Sacado admite a cessão de Direitos Creditórios a terceiros; e
- g. verificar os processos de originação e às políticas de concessão de crédito pelos Cedentes aos Sacados, conforme Anexo VI ao presente Regulamento.

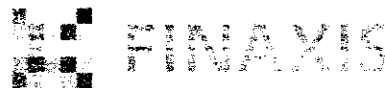
Sobre os Direitos Creditórios:

- a. analisar enquadramento de valores e prazos em relação ao perfil do Cedente / Sacado;
  - b. analisar o sequenciamento das duplicatas;
  - c. verificar o envio do Lastro, XML ou Cheque;
- o departamento de crédito e o Diretor de Risco da Gestora realizam a análise complementar, verificando os itens acima, questões de risco específico do CEDENTE e enquadramento aos Critérios de Elegibilidade, a fim de aprovar ou reprovar, total ou parcialmente a operação de cessão e, após esta análise e, em conjunto com o gerente operacional, aprova ou reprova a concretização da cessão; e
- o Diretor de Gestão realiza a aprovação final de cada operação, total ou parcialmente, para que a seja providenciado o envio de relatório com os Direitos Creditório que atenderam a análise realizada e aos Critérios de Elegibilidade aprovados para validação da Administradora.

**ANEXO III**

**PROCEDIMENTO DE CONFIRMAÇÃO JUNTO AOS SACADOS**

1. Posteriormente a cada cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, o Agente de Cobrança:
- (a) verificará a exatidão das informações dos documentos representativos de crédito e a veracidade dos mesmos junto aos Sacados, informando imediatamente por e-mail enviado à Diretoria e ao gerente operacional ou ao assistente responsável do o Agente de Cobrança quaisquer divergências que porventura sejam encontradas;
  - (b) verificará junto ao Cedente, por intermédio do gerente operacional, as soluções para as divergências eventualmente encontradas, nos termos do item (a) acima;
  - (c) manterá o sistema atualizado com relação aos títulos confirmados/não confirmados, por Cedente;



- (d) verificará, junto aos Sacados, uma semana antes do vencimento, se estes receberam o boleto de cobrança e a notificação da cessão do Direito Creditório que atende os Critérios de Elegibilidade com o Fundo. Na hipótese de os Sacados não terem recebido o boleto de cobrança, o Agente de Cobrança irá providenciar junto ao Banco Cobrador o envio da segunda via do boleto, bem como enviará uma segunda via da notificação da cessão para os Sacados;

#### ANEXO IV

##### POLÍTICA DE COBRANÇA DE DIREITOS DE CREDITÓRIOS INADIMPLIDOS

1. A cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos observará os seguintes procedimentos, a serem realizados pelo Agente de Cobrança, exceto se abaixo especificado de outra forma:

1.1. Cobrança Sacado:

- (a) a cobrança do Sacado será realizada, de início, por meio de ligações telefônicas aos Sacados até o 5º (quinto) dia de atraso para cobrança e identificação do tipo de inadimplência para ajustar a forma de cobrança;
- (b) caso o Sacado justifique o atraso e informe previsão de pagamento, desde que inferior a 30 (trinta) dias, esta informação será levada à aprovação pela Diretoria da Gestora. Sendo aprovada, esta data de previsão de pagamento será considerada nova data de vencimento para fins da Política de Cobrança.
- (c) caso haja vícios de existência do Direito Creditório ('vício de origem'), a cobrança será direcionada ao Cedente.
- (d) caso esteja relacionada à solvência do Sacado, o processo de cobrança será mantido contra o Sacado.
- (e) caso esteja relacionada à solvência do Sacado e o Cedente tenha coobrigação para solvência do Sacado, o processo de cobrança também será conduzido junto ao Cedente.

FINAXIS - SP

FINAXIS - PR

Ouvidoria



- (f) caso não ocorra o efetivo pagamento do Direito Creditório até o 7º (sétimo) dia posterior ao vencimento, nem previsão de pagamento aprovada pelo Agente de Cobrança, será comandada a instrução de protesto, por meio do Banco Cobrador, para o Cartório de Protestos de Títulos da praça do Sacado. Eventualmente, por decisão do Agente de Cobrança, poderá ser realizado apontamento de pendência financeira junto ao SERASA como alternativa e/ou complemento ao protesto; e
- (g) caso os procedimentos descritos acima não serem suficientes para provocar o adimplemento do Direitos Creditório Inadimplido em até 30 (trinta) dias de seu vencimento, este será enviado à área jurídica do Agente de Cobrança para que sejam tomadas as providências judiciais cabíveis, incluindo o envolvimento de advogados e/ou sociedade de advogados contratados pelo Fundo.

1.1.3. Na hipótese de o Direito Creditório ser representado por cheque, nos casos em que sua a devolução seja permitida (excluindo os casos em que haja sustação ou erro de preenchimento), haverá a reapresentação do mesmo e o prazo de inadimplência para fins deste processo de cobrança será considerado a partir da data de reapresentação.

## 1.2. Cobrança Cedente

1.2.1. Não obstante o processo de cobrança junto ao Sacado, nas hipóteses previstas para a resolução da cessão dos Direitos Creditórios, conforme o respectivo Contrato de Cessão, incluindo, em qualquer caso, dúvida ou questionamento quanto à existência do Direito Creditório (conforme o artigo 295 do Código Civil), o Agente de Cobrança buscará junto ao Cedente a recompra do Direito Creditório ou a resolução da cessão correspondente, com a consequente restituição dos valores pagos quando na aquisição do Direito Creditório.

1.2.2. Nos casos de inadimplência do Sacado em que haja coobrigação do Cedente, pela solvência do Sacado, será realizado o mesmo processo descrito no item 1.1 acima, observando as peculiaridades inerentes a cada situação.

1.2.3. A negociação amigável junto ao Cedente para recompra e/ou resolução é conduzida pela equipe que possui o relacionamento comercial. Após 15 (quinze) dias sem sucesso no processo comercial, é dado início ao processo de cobrança, conforme abaixo:

- (a) notificação extrajudicial registrando a situação e indicando prazo para solução antes do encaminhamento jurídico;
- (b) negativação do Cedente junto ao SERASA por meio de apontamento de PEFIN (Pendência Financeira); e
- (c) caso os procedimentos descritos acima não serem suficientes para provocar o adimplemento do Direitos Creditório Inadimplido em até 30 (trinta) dias de seu vencimento, este será enviado à área jurídica do Agente de Cobrança para que sejam tomadas as providências judiciais cabíveis, incluindo o envolvimento de advogados e/ou sociedade de advogados contratados pelo Fundo.

1.3. Casos de vícios existência do Direito Creditório ('vício de origem')

1.3.1. Os casos de vício de existência podem ser identificados durante o processo de confirmação, notificação da cessão do título ou monitoramento da DANFE (Nota Fiscal Eletrônica). Nestes casos, o Direito Creditório estará registrado como "oposição" e o processo de cobrança de recompra junto ao Cedente se iniciará antes mesmo da respectiva data de vencimento.

1.3.2. Os seguintes instrumentos são utilizados pelo Agente de Cobrança na verificação de possíveis vícios de existência do Direito Creditório:

- (a) Resposta do Sacado ao comunicado de cessão do Direito Creditório (notificação aos Sacados prevista no Artigo 290 do Código Civil) ou declaração do Sacado indicando vício de origem do referido título;
- (b) Gravação da ligação realizada pelo Agente de Cobrança ao Sacado com objetivo de confirmar o Direito Creditório;
- (c) Cópia da "tela" com Nota Fiscal cancelada; e
- (d) Outros documentos relacionados.

1.3.4. Todas as despesas necessárias para a efetivação da cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos serão suportadas diretamente pela Gestora.



1.3.5. Os Cedentes deverão transferir ao Fundo, no prazo negociado no respectivo Contrato de Cessão, quaisquer valores que eventualmente venham a receber dos Sacados, sem qualquer dedução ou desconto, a qualquer título.

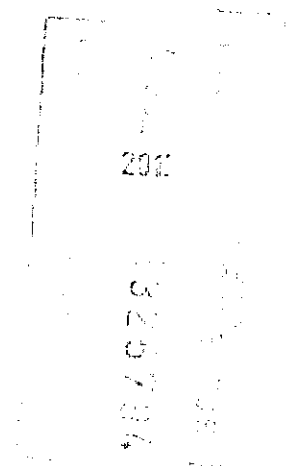
## ANEXO V

### PARÂMETROS PARA A VERIFICAÇÃO DO LASTRO POR AMOSTRAGEM

1. O Custodiante receberá os Documentos Comprobatórios em até 10 (dez) dias úteis depois da cessão dos Direitos Creditórios, e analisará a referida documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo.
2. Observado o disposto no item (1) numa data-base pré-estabelecida, sendo que nesta data-base será selecionada uma amostra aleatória simples para a determinação de um intervalo de confiança para a proporção de eventuais falhas, baseado numa distribuição binomial aproximada a uma distribuição normal com 95% (noventa e cinco por cento) de nível de confiança, visando a uma margem de erro de 5% (cinco por cento), independentemente de quem sejam os cedentes dos Direitos Creditórios.
3. O escopo da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios contempla a verificação da existência dos respectivos Documentos Comprobatórios, conforme abaixo discriminado:
  - (a) obtenção de base de dados analítica por Direitos Creditórios integrante da carteira do Fundo;
  - (b) seleção de uma amostra de acordo com a fórmula abaixo:

$$n = \frac{Z^2 \cdot p \cdot q}{E^2}$$

$E$  : Erro Estimado



FINAXIS - SP

FINAXIS - PR

Ouvidoria

Assinatura do Representante Legal da FINAXIS - SP: \_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal da FINAXIS - PR: \_\_\_\_\_

7



$\Delta$ : Tamanho da Amostra

$N$ : População Total  $N_0$  :

Fator Amostral

- (c) verificação física/digital dos Documentos Comprobatórios;
- (d) verificação da documentação acessória representativa dos Direitos Creditórios (identificação pessoal, comprovante de residência, etc.);
- (e) evidenciação do atendimento às políticas de cobrança administrativa para recebíveis vencidos e não liquidados;
- (f) verificação das condições de guarda física dos Documentos Comprobatórios junto ao Depositário do Fundo; e
- (g) a verificação trimestral deve contemplar:
  - (i) os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo; e
  - (ii) os Direitos Creditórios Inadimplidos e os substituídos no referido trimestre, para a qual não se aplica o disposto nos §§ 1º e 3º do Artigo 38 da Instrução CVM 356.

2019

325794

FINAXIS - SP

FINAXIS - PR

Ouvidoria

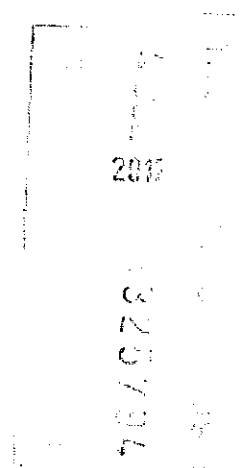
P



## ANEXO VI DIRETRIZES RELATIVAS AOS PROCESSOS DE ORIGINAÇÃO E ÀS POLÍTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO PELOS CEDENTES AOS SACADOS

A natureza e as características do Fundo não permitem estabelecer critérios detalhados para os processos de originação, políticas de concessão de crédito pelos cedentes aos sacados e acompanhamento de Direitos Creditórios. As descrições a seguir apresentadas representam uma descrição genérica de como a Gestora, no exercício de suas atribuições previstas no Regulamento, pretende atuar na seleção dos Direitos Creditórios e são baseadas na experiência da Gestora na aquisição e acompanhamento de créditos corporativos no Brasil nos últimos anos.

A Gestora deverá priorizar a seleção de Direitos Creditórios que observem os seguintes aspectos: (i) o grau de previsibilidade do negócio e do setor, bem como o nível de endividamento, a qualidade da gestão e os objetivos estratégicos do Sacado sejam satisfatórios, incluindo, mas não se limitando, a análise junto a qualquer órgão de proteção ao crédito, como Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), SERASA ou Cadastro de Emitente de Cheques sem Fundos do BACEN (CCF), segundo entendimento da Gestora; (ii) as taxas de juros incidentes para cada Direito Creditório sejam compatíveis com as condições de mercado vigentes à época (análise do custo de oportunidade versus custo de crédito), segundo entendimento da Gestora. A Gestora não produzirá relatórios formais contendo comparações de preços ou de variáveis para cada Direito Creditório analisado.



FINAXIS - SP

Assinatura do Representante Legal  
Assinatura do Representante Legal

FINAXIS - PR

Assinatura do Representante Legal  
Assinatura do Representante Legal

Ouvidoria

Assinatura do Representante Legal

9



**ANEXO II – DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400/03**

## DECLARAÇÃO

A **FINAXIS CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, com sede na cidade e estado de São Paulo, na Av. Paulista, n. 1842, 1º andar, conjuntos 17 e 18, Bela Vista, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.317.692/0001-94, na qualidade de administradora e instituição líder da distribuição pública das Cotas Seniores do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS LAVORO V**, fundo de investimento em direitos creditórios, constituído sob a forma de condomínio aberto, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 26.966.071/0001-37 ("Fundo"), nos termos do artigo 56, da Instrução CVM nº 400, de 29.12.2003, conforme alterada ("Instrução CVM nº 400"), vem, no âmbito da oferta pública de Cotas Seniores do Fundo ("Oferta"),

### **DECLARAR:**

- (i) Que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que:
  - a. as informações prestadas a respeito do Fundo no âmbito da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
  - b. as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas, que venham a integrar o Prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) Que o Prospecto:
  - a. contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta e do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
  - b. foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 21 de julho de 2017.

Mauricio Zuanazzi  
RG: 17.017.000-7  
CPF: 157.537.638-55

FINAXIS CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Frederico Cesar de Campos  
RG 15.445.345-1  
CPF 066.188.498-88

### **ANEXO III – RELATÓRIO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO**

**Rating****brA+(sf)**

O Fundo apresenta uma relação elevada entre os mecanismos de proteção para as Cotas e perda estimada para a carteira. O risco é baixo.

Data: 20/jul/2017

Validade: 26/dez/2017

**Sobre o Rating****Perspectiva:** Estável**Observação:** -**Histórico:**

Jul/17: Afirmção: 'brA+(sf)'

Jun/17: Atribuição: 'brA+(sf)'

Mar/17: Indicação: 'brA+(sf)(p)'

**FUNDAMENTOS DO RATING**

O Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating, em reunião realizada no dia 20 de julho de 2017, afirmou o rating de crédito '**brA+(sf)**', com **perspectiva estável**, para as Cotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lavoro V (FIDC Lavoro V / Fundo).

A Austin Rating informa que, no dia 23 de junho de 2017, havia atribuído o rating de crédito '**brA+(sf)**' para as Cotas Seniores do FIDC Lavoro V, com base no Regulamento registrado e datado de 21 de março de 2017. A presente afirmação está pautada no Instrumento Particular de Alteração de Regulamento do Fundo, datado de 14 de julho de 2017, que altera, sobretudo, a definição quanto aos Direitos Creditórios adquiridos de Cedentes em Recuperação Judicial. O atual Regulamento determina que os Cedentes sob recuperação judicial são os definidos a partir do deferimento do processamento da recuperação judicial (nos termos do Artigo 52 da Lei nº 11.101), ou recuperação extrajudicial, ou seja, a partir da homologação judicial do plano de recuperação extrajudicial (nos termos do Artigo 165 da Lei nº 11.101), procedimento de intervenção e liquidação extrajudicial, processo falimentar ou insolvência civil, não poderão contar com coobrigação de pagamento por parte de referidos Cedentes.

Cumprir mencionar que o Fundo encontra-se em fase pré-operacional, mas por se tratar de condomínio aberto, exibe a possibilidade de emissão de Cotas a qualquer tempo, o que justifica a afirmação do rating definitivo das Cotas Seniores do FIDC Lavoro V, na presente data.

O FIDC Lavoro V obteve registro de funcionamento na Comissão de Valores Mobiliários – CVM em 21 de junho de 2017 e está autorizado a operar com base nas disposições dadas por Regulamento datado de 14 de julho de 2017. Trata-se de um condomínio aberto, com prazo de duração indeterminado, e terá a administração da Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S/A (Finaxis / Administradora), a custódia do Banco Finaxis S/A (Banco Finaxis / Custodiante) e a Lavoro Asset Management S/A. (Lavoro Asset / Gestora), para a gestão profissional da carteira e seleção dos Direitos Creditórios a serem adquiridos, além da cobrança dos créditos inadimplidos.

O Fundo tem por objetivo proporcionar aos seus Cotistas a valorização de suas Cotas por meio da aplicação preponderante de disponibilidades (mínimo de 50,0% do PL) na aquisição de Direitos Creditórios originados por Cedente(s) nos segmentos, comercial, industrial e/ou prestação de serviços, de acordo com os Critérios de Elegibilidade e Política de Investimento previstos em Regulamento. Os créditos poderão ser representados por duplicatas (99,0% do PL do Fundo) e cheques (30,0% do PL do Fundo).

Adicionalmente, o FIDC Lavoro V poderá adquirir Direitos Creditórios, cedidos sem coobrigação, originados por empresas Cedentes em recuperação judicial ou extrajudicial, com plano de recuperação homologado, limitados a 20,0% do PL do Fundo.

No que se refere à sua estrutura de capital, o FIDC Lavoro V está autorizado a emitir Cotas Seniores e Cotas Subordinadas (Séries Únicas), observando, a todo tempo, a participação mínima 25,0% do PL de Cotas Subordinadas.

O rating '**brA+(sf)**' atribui um baixo risco, relativamente a outros emissores e emissões nacionais (Brasil), de que o Fundo não devolva a seus Cotistas Seniores o valor correspondente ao principal investido, acrescido da remuneração proposta (IPCA acrescido

**Analistas:**

Denise Esteves  
Tel.: 55 11 3377 0741  
denise.esteves@austin.com.br

Pablo Mantovani  
Tel.: 55 11 3377 0702  
pablo.mantovani@austin.com.br

Austin Rating Serviços Financeiros  
Rua Leopoldo Couto Magalhães,  
110 – conj. 73  
São Paulo – SP  
CEP 04542-000  
Tel.: 55 11 3377 0707  
Fax: 55 11 3377 0739  
www.austin.com.br

de juros de 8,0% ao ano), na data resgate e demais condições estabelecidas em Regulamento.

A classificação decorre da utilização de metodologia própria, baseando-se, fortemente, em dois pilares de análise: (i) definição do perfil de risco de crédito médio de uma potencial carteira de Direitos Creditórios do Fundo, considerando a ausência de histórico de transações nesse ambiente, os parâmetros estabelecidos em Regulamento e a estratégia informada pelos representantes da Gestora, além de outros FIDCs sob a gestão da Lavoro Asset; e (ii) na confrontação do risco de crédito estimado para a carteira aos mitigantes e reforços de crédito presentes na estrutura do Fundo. Afora a análise específica do risco de crédito, a nota se baseia na análise de outros fatores de risco também relevantes para as Cotas Seniores do Fundo, tais como os riscos de liquidez, de mercado e jurídico. Adicionalmente, a nota apoia-se na análise de potenciais riscos operacionais e de crédito ligados a contrapartes, assim como aqueles eventualmente transmitidos pela Lavoro Asset e outras empresas de mesmo controle societário.

O rating 'brA+(sf)' das Cotas Seniores do Fundo está refletindo os riscos típicos de carteiras de recebíveis comerciais originados por empresas de pequeno e médio portes atuantes no Brasil. Nesse sentido, a nota está incorporando o frágil perfil de crédito médio dos potenciais Cedentes, geralmente coobrigados nas operações cedidas, e Devedores do FIDC Lavoro V, uma vez que sua carteira poderá ser composta, em grande parte, de empresas com baixo nível de Governança Corporativa e tipicamente bastante vulneráveis às oscilações de uma área/economia local.

A classificação atribuída reflete, adicionalmente, entre os aspectos que podem acentuar o risco típico médio do tipo de ativo subjacente preponderante do Fundo, a exemplo do que ocorre em outros FIDCs de recebíveis comerciais que operam com carteiras pulverizadas em torno de Cedentes e Devedores, não há critério regulamentar de ratings mínimos atribuídos por agências de classificação de risco para essas partes (exceção feita aos Devedores com participações superiores a 10,0% do PL), assim como pela possibilidade de aquisição de Direitos Creditórios originados por Cedentes que tenham outras operações vencidas, em até 25 dias, junto ao Fundo, ainda que o respectivo Cedente não possa representar mais do que 10,0% do PL. Do mesmo modo, considera a possibilidade, aberta em Regulamento, de concentração regional da carteira do Fundo. Há a possibilidade de que 100,0% dos futuros Cedentes e Sacados do FIDC Lavoro V estejam estabelecidos em um mesmo município e/ou região, podendo haver forte exposição da qualidade dessa carteira aos riscos inerentes a poucas economias locais, as quais, de modo mais crítico, poderão ser altamente dependentes do desempenho de um setor em particular da economia e/ou de apenas uma indústria. O Fundo também apresenta a possibilidade de forte exposição a segmentos específicos de uma mesma economia, por conta da ausência de limites máximos de exposição por subsectores em Regulamento, aspecto que também limita a classificação.

Em contrapartida aos fatores anteriormente apontados, o rating das Cotas Seniores está refletindo, entre os fatores estruturais que atenuam o risco de crédito característico de carteiras de recebíveis comerciais, o bom nível de pulverização estipulado em Regulamento para a carteira do FIDC Lavoro V, tanto no que se refere à participação dos Sacados/Devedores em relação ao PL do Fundo, que são o risco de crédito final de recebíveis, como o dos Cedentes, coobrigados nessas operações. As concentrações máximas individuais para Cedentes e Devedores, considerados no contexto de Grupo Econômico, não poderão ser superiores a 4,5% do PL do Fundo, exceto quando os Devedores possuírem classificações de risco em escala nacional, atribuídos por Agências Classificadoras de Risco, nacionais ou internacionais, que atuem no Brasil, iguais ou superiores à classificação das Cotas Seniores do Fundo, podendo alcançar 10,0% do PL do Fundo. Adicionalmente aos limites máximos individuais, o FIDC Lavoro V prevê concentrações para os grupos de maiores Cedentes e Devedores de sua carteira, sendo que a concentração no grupo dos cinco maiores (Cedentes e Devedores) não poderá ser superior a 18,0% do PL, o que garante uma exposição média individual de 3,6% do PL em um ente e seu Grupo Econômico. Esses percentuais favorecem amplamente a percepção sobre o risco de iliquidez das operações da potencial carteira por parte dessa agência, uma vez que, ao coibirem exposições elevadas, neutralizam o risco de crédito individual de Devedores e coobrigados e o risco de fraude desses Cedentes.

O risco de crédito de contrapartes das emissoras de outros ativos também é pouco relevante. Embora seja esperado que a carteira do Fundo se componha quase que em sua totalidade em Direitos Creditórios, o Fundo estará autorizado a investir até 50,0% de seu PL em Títulos Públicos Federais, considerado como rating 'brAAA', e/ou em

Cotas de Fundo de Investimento de Renda Fixa ou de Fundo de Investimento referenciado à Taxa DI, com lastro em Títulos Públicos Federais, que não implicariam em elevação de risco de crédito para as Cotas do Fundo, em que pese a aplicação nesse tipo de ativo poder ocasionar rentabilidade inferior àquela definida para as Cotas do Fundo, com prejuízo direto das Cotas Subordinadas.

A classificação está fortemente pautada nos reforços de crédito, notadamente na a proteção advinda da participação mínima de 25,0% de Cotas Subordinadas sobre o PL, que garante cobertura de 1,4 vez sobre os 05 maiores Grupos Econômicos de Cedentes e os 05 maiores Grupos Econômicos de Sacados.

A subordinação disponível para as Cotas Seniores do Fundo se soma ao potencial *spread* excedente, dado pela diferença entre de remuneração dos ativos e a soma dos custos e despesas do Fundo e o *benchmark* das Cotas Seniores. A média ponderada das taxas de remuneração dos Direitos Creditórios a vencer na Carteira do Fundo, incluindo os créditos a serem cedidos, deverá ser igual ou superior a 180,0% do CDI. A carteira do Fundo, se composta apenas por Direitos Creditórios, deverá ter remuneração suficiente para garantir o pagamento do *benchmark* de suas Cotas Seniores (IPCA + 8,0% a.a.), além dos custos e despesas do Fundo. Embora seja esperado que a Gestora opere sempre com taxas que sobejem amplamente a taxa mínima de cessão, o que tende a garantir o excesso de *spread*, especialmente quando esse atingir um PL mais robusto alocado em Direitos Creditórios, é necessário destacar que, dentro de um cenário de possível acirramento de concorrência em sua praça de atuação, é possível que, para tal, este venha a ter de partir para a aquisição de operações envolvendo Cedentes com pior acesso a fontes de financiamento e de pior qualidade creditícia, situação que implicaria em maior risco para a carteira de ativos.

Afora o risco de crédito potencial da carteira confrontado aos reforços de crédito disponíveis, anteriormente relatados, o rating atribuído está considerando o razoável risco de liquidez para as Cotas Seniores do Fundo. O Fundo será constituído como condomínio aberto, porém, considerando que o prazo para resgates (D+60 dias, desde que atendido o prazo de carência de 1.460 dias contados da data de integralização das Cotas) e o prazo máximo definido para os Direitos Creditórios (720 dias), a Lavoro Asset terá condições de fazer uma adequada gestão de caixa e liquidez do Fundo. Em que pese a possibilidade de aquisição de títulos de longo prazo, o Fundo define em seu Regulamento que a média ponderada dos prazos de todos os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias, o que atenua esse risco, diante da estrutura de capital do Fundo.

O risco de mercado estimado para o FIDC Lavoro V incorpora-se, por sua vez, em medida reduzida à nota atribuída. Está prevista a existência de descasamento de taxas entre os ativos (duplicatas e cheques) e passivos (Cotas Seniores pós-fixadas), o que implica que na possibilidade de que, com a elevação do IPCA, esses passivos remunerem mais do que os ativos. Este risco está sendo neutralizado, entretanto, pelo prazo médio ponderado de 60 dias dos Direitos Creditórios, que permitirá uma rápida remarcação das taxas praticadas por este veículo. Ademais, a Austin Rating sustenta a opinião de que este risco será suportado pela elevada taxa das operações.

O rating incorpora também a presença de risco de fungibilidade (*commingling risk*) para o Fundo. Não obstante os critérios de pulverização conservadores em Devedores/Sacados, da notificação obrigatória destes (embora não registrada em cartório) e a obrigatoriedade de emissão dos boletos de cobrança pelo banco cobrador (cobrança), não está eliminado o risco de que os pagamentos desses Devedores/Sacados sejam realizados em contas de titularidade destes Cedentes, o que pode ocorrer por ocasião de desvio de conduta destas partes e por impossibilidade de pagamento pelos Sacados da forma ideal. Nesse último caso, destaca-se que na impossibilidade de Sacados não terem o expediente de pagamento de boletos, poderão ser realizadas apenas transferências eletrônicas e depósitos em contas vinculadas ao Fundo. Existe ainda, o risco de que tais pagamentos sejam realizados diretamente em contas correntes de titularidade da Gestora ou ainda de partes a ela relacionadas, na medida em que estas serão responsáveis pela cobrança.

A classificação atribuída incorpora também a presença de risco de fraude / moral dos Cedentes de Direitos Creditórios ao Fundo, os quais representados, por exemplo, pela cessão de “duplicatas simuladas”. A Austin Rating considera que, embora este risco seja suavizado com a adoção de bom nível de pulverização em Cedentes e pela



checagem de percentual considerável dos títulos adquiridos por parte da Gestora, não há sua completa mitigação, a exemplo do que ocorre em estruturas semelhantes.

Do ponto de vista jurídico, o rating reflete positivamente a adequada estruturação e formalização do Fundo. Entretanto, a Austin Rating entende e incorpora negativamente às classificações alguns riscos jurídicos típicos observados em securitizações envolvendo recebíveis comerciais. Entre os aspectos que podem afetar o Fundo, está a potencial perda que esse pode absorver quando da entrada em Recuperação Judicial de um Cedente que esteja coobrigado em operações cedidas ao Fundo. Considerando a subjetividade nas decisões do Judiciário local, poderá haver o entendimento de que a coobrigação descaracteriza a venda definitiva do Direito Creditório e que, por isso, os credores da empresa Cedente teriam direito à propriedade desse.

Ainda relacionado ao aspecto jurídico, a Austin Rating pondera na classificação o fato de que, em razão dos elevados custos, as cessões não são registradas em cartório. Isto implica que, em eventual duplicidade de cessão por parte dos Cedentes, risco também ligado ao aspecto moral dessas partes, haverá discussões em relação à prioridade do FIDC no recebimento dos créditos em questão.

A Austin Rating está ponderando negativamente na classificação das Cotas Seniores do Fundo a presença da estrutura de *factoring* (Lavoro Factoring S/A - Lavoro Crédito), em parte, de controle comum aos Cotistas Subordinados, atuando paralelamente ao FIDC Lavoro V. Embora essa agência espere que a maior parte das carteiras sejam transferidas para o ambiente do Fundo, é bastante provável que esta continue carregando Direitos Creditórios em seu balanço, especialmente aqueles dependentes de performance do Cedente ou cujos valores extrapolem os limites do Fundo. Essa estrutura não é bem vista por esta agência, na medida em que indica a existência de potenciais situações de conflito de interesses ou de práticas que possam distorcer os resultados do Fundo. Mas, apesar disso, a classificação considera que a presença dos sócios da Gestora, sobretudo, no capital subordinado do Fundo tende a elevar o comprometimento com a qualidade da carteira e a inibir ações que contrariem o princípio da boa fé.

O Grupo Lavoro, com sede no Rio de Janeiro-RJ e escritório em São Paulo-SP, iniciou suas atividades em 1999 com a Lavoro Crédito, empresa de fomento mercantil com foco no segmento de crédito para pequenas e médias empresas. Em 2007, identificaram a oportunidade de atuarem no mercado de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios, e constituíram o primeiro Fundo (FIDC Lavoro I). A Lavoro Asset (Gestora do Fundo) foi registrada na Comissão de Valores Mobiliários em 2011, com adesão à ANBIMA e ao Código de Regulação e Melhores Práticas em 2012, e tem seu capital dividido entre os sócios Ricardo Leal Wakim (58,3%), Rafael Motta Maggion (15,0%), Rafael Duque Estrada Barros (11,9%), Carlos André Mayon Benevides Neves (7,9%), Ricardo Luiz Maciel Andrade Batista (5,0%), Charles Christiano (1,0%) e Rodrigo Guerra dos Santos (1,0%).

A Gestora administra ativos em operações de fomento mercantil, com concentração na aquisição de recebíveis (duplicatas e cheques) originados por diversas empresas industriais, comerciais e de prestação de serviços (principalmente, nos setores de confecção, embalagens, farmácias e supermercados pequenos e médios), atuando no interior dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Região Sul do Brasil, com foco nos Estados de Santa Catarina e Paraná. Atualmente, a Gestora possui 04 Fundos de Investimento sob gestão (FIDC Lavoro II, FIDC Lavoro III, FIDC Lavoro IV e FIM Multimercado), no montante de R\$ 58,2 milhões.

A equipe de colaboradores da Lavoro Asset é adequada aos volumes e nível de pulverização do Fundo. Atualmente, a Gestora conta 35 colaboradores, responsáveis pelo atendimento e originação de ativos, bem como acompanhamento dos Fundos geridos. Além de seus dois sócios-diretores, os colaboradores estão distribuídos entre as áreas de Risco e Compliance, Comercial, Mercado, Confirmação, Crédito e Cobrança. Adicionalmente, as atividades de T.I. e cobranças judiciais são terceirizadas.

O processo de análise e atribuição de limites envolve visitas iniciais, muitas vezes por segmento, e de monitoramento (periódicas) para a atribuição e revisão de limites. Sua análise está pautada na capacidade de originação de duplicatas / faturamento dos Cedentes e na liquidez dos títulos operados.

O relacionamento com os tomadores de crédito é iniciado com a indicação desses por parte do agente comercial, que por sua vez, já trabalharam com essas empresas, foram indicados por sacados, ou ainda, por meio de informações de mercado e setoriais. O agente comercial realiza visitas a essas empresas, coleta as informações pré-determinadas e elabora relatórios, dando início ao processo de análise de crédito. Esses relatórios são encaminhados para análise nas áreas de compliance, crédito e risco, que avaliam, entre outros aspectos, a formalização jurídica das empresas (restritivos, processos em nome da empresa e dos sócios, inclusive se possuem liminares que impedem a inclusão desses restritivos em órgãos de proteção de crédito, o que é visto negativamente pela gestora e impossibilitam a concessão do crédito), liquidez, limites disponíveis em outras empresas de fomento e FIDCs, inadimplência, faturamento, estrutura de endividamento, através de sistema de informática e, como auxílio, a classificação da Administradora do Fundo com relação de provisão para devedores duvidosos (PDD) dos Cedentes existentes na carteira. Posteriormente, as informações são encaminhadas para o Comitê de Crédito da Lavoro Asset, formado pelos administradores (sócios e diretores), no qual são aprovados e revisados dos limites de crédito às empresas. Os Cedentes são geralmente coobrigados nas operações e o processo de aquisição envolve a checagem de 100,0% das duplicatas junto a Sacados na área de confirmação (telegrama, ligações gravadas, ligações e cópia dos comprovantes de entrega, aceite e confirmação do boleto). Note-se que, uma vez identificado riscos na área de compliance, tais como risco de imagem, o processo de análise é interrompido e negado o crédito à empresa.

Inicialmente, a Gestora opera apenas com limites entre 15,0% e 20,0% do faturamento dos Cedentes, sendo esses liberados em tranches em torno de 25,0% desse total, e restringe operações com empresas transportadoras. O acompanhamento das operações é permanente, e semanalmente são realizadas reuniões para a análise dos créditos existentes na carteira com base no sistema de monitoramento do Serasa, verificação das praças de pagamentos dos boletos, posição de vencidos e recompras, para a tomada de decisões. As revisões dos limites são feitas periodicamente, em torno de 180 dias, podendo ser antecipada, caso seja identificada uma elevação no número de restritivos no monitoramento junto aos órgãos de proteção ao crédito.

Na cobrança de créditos inadimplidos, o processo se dá diretamente junto aos Sacados e tem início a partir do segundo dia de inadimplemento do título, por meio de ligações. Após 07 dias de atraso, os títulos são encaminhados aos cartórios de protestos, e seguem para recompra junto aos Cedentes. Nos casos em que não há recompra pelo Cedente dentro de 30 dias do protesto do Sacado, os títulos seguem para a área comercial e jurídica para um acordo extrajudicial ou execução.

No que diz respeito aos riscos transmitidos pelas demais partes envolvidas na estrutura do FIDC Lavoro V, a nota está absorvendo também a razoável qualidade operacional do Banco Finaxis como Custodiante, atividade para qual aquela instituição tem dedicado seus melhores esforços. Não obstante este aspecto, o Banco Finaxis transmite para a transação seu risco de crédito pelo prazo em que os recursos por ele transitarem (24 horas). Quanto à instituição onde está mantida a conta de cobrança, o risco transmitido (risco de *settlement*) é baixíssimo, comparativamente a outros emissores e emissões nacionais, haja vista que estará domiciliá-la no Banco Bradesco S/A, instituição classificada pela Austin Rating com rating 'brAAA'.

### **Perspectiva e Fatores de Sensibilidade do Rating**

A perspectiva estável do rating traduz a expectativa da Austin Rating de que a classificação das Cotas Seniores do Fundo não se modificará no curto prazo. No entanto, ações de rating poderão ser realizadas, entre outros fatores, em função de: (i) alterações nos níveis de inadimplência e provisionamento, especialmente aquelas com efeito expressivo sobre a rentabilidade das Cotas Subordinadas; (ii) modificações na estrutura do Fundo, sobretudo no que se refere à política de investimento, aos limites de concentração por Cedente e Sacado; e (iii) descontinuidade da estratégia da Gestora.

### **PERFIL DO FUNDO**

<b>Razão Social:</b>	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Lavoro V;
<b>Administradora:</b>	Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S/A;



<b>Gestora:</b>	Lavoro Asset Management S/A;
<b>Custodiante:</b>	Banco Finaxis S/A;
<b>Agente de Cobrança:</b>	Lavoro Asset Management S/A;
<b>Banco Cobrador:</b>	Banco Bradesco S/A;
<b>Auditor Independente:</b>	Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S/S.;
<b>Tipo de Fundo:</b>	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios;
<b>Disciplinamento:</b>	Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional, Instrução CVM nº 356/01, Instrução CVM nº 400/03, Instrução CVM nº 489/11, Instrução CVM nº 539/13 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis;
<b>Regimento:</b>	Regulamento Próprio, datado de 21 de março de 2017;
<b>Forma:</b>	Condomínio Aberto;
<b>Prazo de Duração:</b>	Indeterminado;
<b>Público Alvo:</b>	Investidores Profissionais e Investidores Qualificados, conforme definido na regulamentação da CVM;
<b>Objetivo:</b>	É objetivo do Fundo proporcionar aos Cotistas que se enquadrem no Público-Alvo a valorização de suas Cotas, através da aplicação preponderante dos recursos do Fundo na aquisição de Direitos Creditórios com origem nos segmentos comercial, industrial e/ou prestação de serviços e Ativos Financeiros, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e em Regulamento.

**Política de Investimento e****Composição e Diversificação**

**de Carteira:** **Direitos Creditórios:** Decorridos 90 (noventa) dias do início das atividades, o Fundo deverá ter alocado, no mínimo, 50,0% (cinquenta por cento) de seus recursos na aquisição de Direitos Creditórios, representados por Duplicatas e Cheques.

**Ativos Financeiros:** O saldo diário remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo que não estiver alocado em Direitos Creditórios será necessariamente mantido, exclusivamente, em: a) títulos de emissão do Tesouro Nacional; b) títulos de emissão do BACEN; c) operações compromissadas; d) títulos ou valores mobiliários de emissão de instituição financeira com rating maior ou igual ao das Cotas Seniores; e e) cotas de Fundos de investimento referenciados à Taxa DI que apliquem seus recursos exclusivamente em títulos públicos federais e/ou operações compromissadas lastreadas nestes títulos, os quais poderão ser administrados e/ou geridos pela Administradora ou pela Gestora, por suas controladoras, sociedades por eles direta ou indiretamente controladas, sociedades coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

O Fundo poderá realizar operações em que a Administradora e/ou Gestora ou fundos de investimentos por elas administrados e/ou geridos figurem como contraparte do Fundo, desde que em operações com a finalidade exclusiva de realizar a gestão de caixa e liquidez do Fundo.

**Vedações:** O Fundo não poderá adquirir Direitos Creditórios cedidos e/ou originados pela Administradora, e/ou pela Gestora, ou de coobrigação destas, bem como de seus controladores, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

O Fundo não poderá realizar: a) aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial, bem como ativos de emissão e/ou coobrigação da Administradora, da Gestora e partes a elas relacionadas; b) operações de *day-trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente do Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo; c) aquisição de cotas de Fundo de Desenvolvimento Social; d) aplicação de recursos no exterior; e) operações de empréstimo de títulos e valores mobiliários; e) operações em mercados de derivativos; f) operações em mercado de derivativos; e g) aquisição de Direitos Creditórios não performados, relativos a operações para entrega futura, ou cuja exigibilidade em relação ao seu devedor dependa de contraprestação futura do Cedente.

As aplicações no Fundo não contam com garantia da Administradora, da Gestora ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Além disso, o Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu Patrimônio. Essas aplicações poderão consistir, dentre outras, na aquisição de Direitos Creditórios ou Ativos Financeiros que poderão ter rentabilidade inferior à esperada.

**Crítérios de Elegibilidade:**

No momento de aquisição de qualquer Direito Creditório pelo Fundo deverão ser observados os seguintes Critérios de Elegibilidade: a) os Direitos Creditórios deverão ter prazo de vencimento final de, no mínimo, de 5 (cinco) dias e, no máximo, de 720 (setecentos e vinte) dias quando de sua aquisição pelo Fundo; b) o valor unitário de um Direito Creditório não pode exceder R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); c) os Direitos Creditórios adquiridos de Cedentes que se encontrem sob recuperação judicial (ou seja, a partir do deferimento do processamento da recuperação judicial (nos termos do Artigo 52 da Lei nº 11.101), ou recuperação extrajudicial (ou seja, a partir da homologação judicial do plano de recuperação extrajudicial (nos termos do Artigo 165 da Lei nº 11.101), procedimento de intervenção e liquidação extrajudicial, processo falimentar ou insolvência civil, não poderão contar com coobrigação de pagamento por parte de referidos Cedentes; d) o Fundo não poderá adquirir Direitos Creditórios cujo Sacado, cumulativamente, (i) já esteja inadimplente perante o Fundo por período superior a 25 (vinte e cinco) dias corridos; e (ii) tenha Representatividade, considerada pró forma a aquisição dos Direitos Creditórios sob análise, superior a 10,0% (dez por cento) do Patrimônio Líquido; e e) deverão observar os Limites de Concentração estabelecidos no Parágrafo 1º do Artigo 6 do Regulamento.

Sem prejuízo do disposto no item (e) do parágrafo 1º do Artigo 6º do Regulamento, será admitida a elevação para 10,0% (dez por cento) para todos os Sacados que venham a receber classificação de risco maior ou igual a atribuída às Cotas Seniores por Agências Classificadoras de Risco. Será responsabilidade da Gestora obter periodicamente junto à Agência Classificadora de Risco os relatórios de classificação de risco referentes a cada Sacado que a Gestora pretenda enquadrar nesta exceção e encaminhar estes relatórios de classificação de risco ao Custodiante, de forma que esta proceda a eventuais alterações em

seus controles de validação dos Direitos Creditórios quanto aos Critérios de Elegibilidade.

Os limites estabelecidos nos itens d) e e) do parágrafo 1º do artigo 6º, serão majorados em 1,5x (uma vez e meia) enquanto o Patrimônio Líquido do Fundo for inferior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

**Limites de Concentração:**

Os Direitos Creditórios deverão atender aos seguintes Limites de Concentração e Critérios de Elegibilidade, que serão validados pelo Custodiante, nos termos do Artigo 6º do Regulamento: a) a média ponderada das taxas de remuneração dos Direitos Creditórios a vencer do Fundo, incluindo os Direitos Creditórios a serem cedidos, deverá ser igual ou superior a 180,0% (cento e oitenta por cento) da Taxa DI; b) Os Direitos Creditórios cedidos por sociedades Cedentes que se encontrem sob recuperação judicial (ou seja, a partir do deferimento do processamento da recuperação judicial (nos termos do Artigo 52 da Lei 11.101) ou recuperação extrajudicial (ou seja, a partir da homologação judicial do plano de recuperação extrajudicial, nos termos do Artigo 165 da Lei 11.101), procedimento de intervenção e liquidação extrajudicial, processo falimentar ou insolvência civil – sem prejuízo do Critério de Elegibilidade disposto no Artigo 6º, parágrafo 2º do Regulamento -, deverão ser limitados a 20,0% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; c) o total de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo por um mesmo Cedente ou Grupo Econômico do Cedente não poderá representar mais que 4,5% (quatro vírgula cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; d) o percentual correspondente ao valor contábil total dos Direitos Creditórios cedidos pelos 5 (cinco) Cedentes de maior Representatividade, considerando também o Grupo Econômico do Cedente, não pode exceder, a qualquer momento, 18,0% (dezoito por cento) do Patrimônio Líquido; e) devem ser observados os seguintes limites de concentração em relação a um mesmo Sacado ou Grupo Econômico do Sacado: i) o total de Direitos Creditórios devidos ao Fundo por um mesmo Sacado ou Grupo Econômico do Sacado não poderá representar mais que 4,5% (quatro vírgula cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; ii) o percentual correspondente ao valor contábil total dos Direitos Creditórios devidos pelos 5 (cinco) Sacados de maior Representatividade, considerando também o Grupo Econômico do Sacado, não pode exceder, a qualquer momento, 18,0% (dezoito por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; f) os Direitos Creditórios representados por cheques podem atingir no máximo 30,0% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo apurado no Dia Útil anterior à cessão; quando representados por duplicatas, os Direitos Creditórios podem atingir 99,0% (noventa e nove por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; e g) a média ponderada dos prazos de todos os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias.

**Definição de Grupo Econômico (Cedentes e Sacados):** conjunto de pessoas jurídicas que: (i) estejam sob o mesmo controle que o Cedente/Sacado, (ii) sejam controladas direta ou indiretamente pelo Cedente/Sacado, (iii) sejam controladoras, de modo direto ou indireto, do Cedente/Sacado, ou (iv) filiais do Cedente/Sacado ou inscritas no CNPJ/MF sob número com a mesma raiz que o Cedente/Sacado;

**Prazo Médio:**

A média ponderada dos prazos de todos os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias;

<b>Classes de Cotas:</b>	Seniores e Subordinadas;
<b>Benchmark:</b>	Cotas Seniores – IPCA + 8,0% a.a.; Cotas Subordinadas – Não há;
<b>Relação Mínima:</b>	<p>O Fundo deverá ter, no mínimo, 25,0% (vinte e cinco por cento) de Subordinação, observado o disposto no parágrafo abaixo.</p> <p>O mecanismo de apuração da Subordinação do Fundo é definido como a relação entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores que deverá ser de no mínimo 133,33% (cento e trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento).</p>
<b>Amortização e Resgate:</b>	<p><b>Cotas Seniores - Carência para resgate:</b> 1.460 (um mil, quatrocentos e sessenta) dias corridos contados da data de integralização pelo cotista e prazo para pagamento do resgate de 60 (sessenta) dias corridos contados da data da solicitação.</p> <p>Os Cotistas detentores de Cotas Seniores poderão solicitar o resgate das Cotas observado o prazo de carência previsto no Artigo 37, devendo, para tanto, observar o procedimento disposto em Regulamento.</p> <p><b>Cotas Subordinadas:</b> somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Cotas Seniores, ou desde que seja mantida a Subordinação, e demais condições estabelecidas no Artigo 38 do Regulamento.</p>
<b>Eventos de Avaliação</b>	
<b>do Fundo:</b>	<p>São considerados Eventos de Avaliação do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências: a) inobservância pela Administradora de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, que não seja um Evento de Liquidação, desde que, se notificada para sanar ou justificar o descumprimento, não o fizer no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da referida notificação; b) renúncia da Administradora à administração do Fundo não resolvida em 30 (trinta) dias contados da data em que a Administradora formalizar e comunicar sua renúncia aos Cotistas do Fundo; c) aquisição, pelo Fundo, de Direitos Creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade, conforme exposto no Capítulo IV do Regulamento, verificada pelo Custodiante, cujo respectivo saldo devedor seja maior ou igual a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) ou 0,1% (um décimo por cento) do valor do Patrimônio Líquido; d) caso haja a redução do nível de classificação de risco das Cotas em circulação em 2 (dois) níveis abaixo da classificação de risco originalmente atribuída, desde que tal rebaixamento decorra de perda da qualidade dos ativos do Fundo. Não serão considerados como Evento de Avaliação os eventuais rebaixamentos decorrentes de mudança de critérios da Agência Classificadora de Risco; e) inobservância pela Gestora dos deveres e das obrigações previstas no Regulamento e no Contrato de Gestão, desde que, se notificada pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, a Gestora não o fizer no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da referida notificação; f) não pagamento, nas datas de resgate, das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas; g) caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às Cotas Seniores por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias; h) existência ou evidência concreta, irrefutável e comprovada documentalmente de</p>

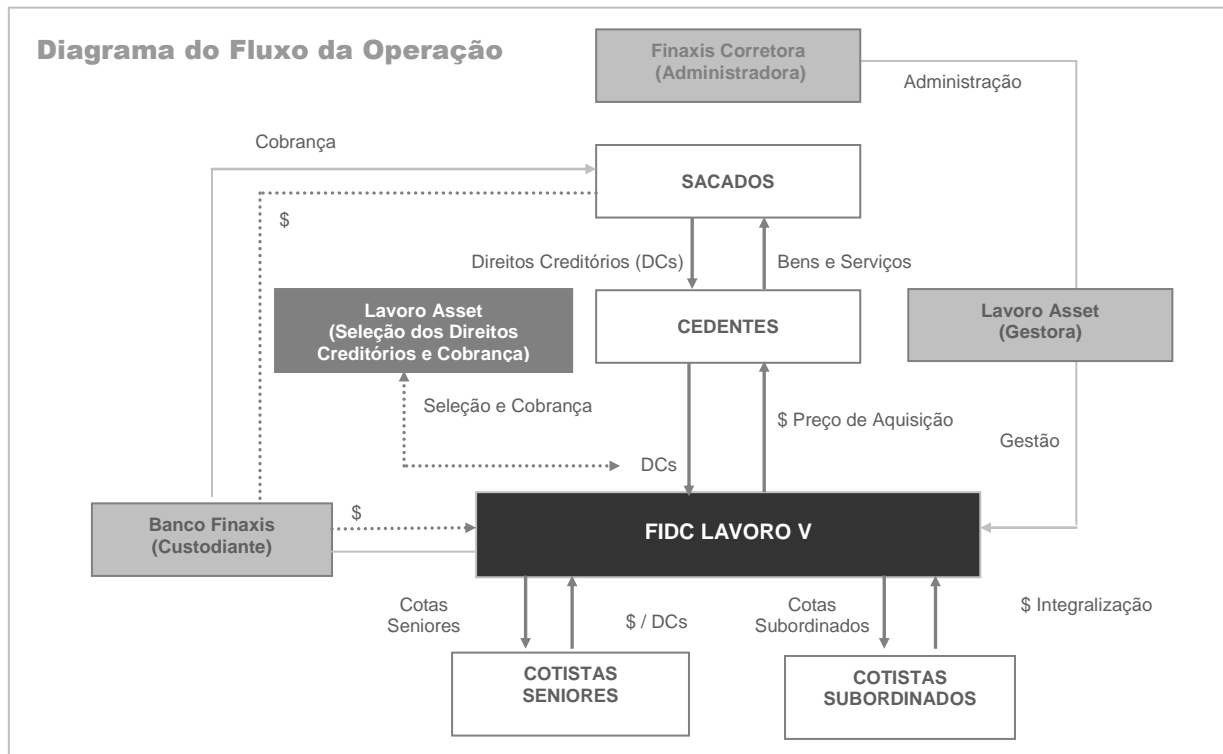
que os Direitos Creditórios não foram regularmente e devidamente formalizados; i) alteração do controle acionário da Gestora, conforme dever de informar à Administradora por esta assumido no Contrato de Cobrança; j) o não enquadramento do Fundo ao Índice de Inadimplência verificado no 1º (primeiro) Dia Útil de cada mês, nos termos do Artigo 78; k) ocorrência de quaisquer eventos que no entendimento da Administradora acarretem um potencial risco adicional aos Cotistas; e l) permanência do Índice de Liquidez com valor menor a 1 (um) pelo período de 30 (trinta) Dias Úteis.

Na ocorrência de um Evento de Avaliação, o Fundo não estará sujeito à liquidação automática, devendo a Administradora convocar a Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do Evento de Avaliação, podendo deliberar: i) pela não liquidação do Fundo, ou ii) que o Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, devendo a Administradora, neste caso, implementar os procedimentos de liquidação do Fundo previstos no presente Capítulo, independentemente da realização de nova Assembleia Geral de Cotistas.

#### **Eventos de Liquidação**

##### **do Fundo:**

São considerados Eventos de Liquidação do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências: a) sempre que os Cotistas assim decidirem em Assembleia Geral de Cotistas especialmente convocada para tal fim, sem prejuízo de outras hipóteses descritas neste Regulamento; b) se o Fundo mantiver Patrimônio Líquido médio inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), pelo período de 3 (três) meses consecutivos e não for incorporado a outro fundo de investimento em Direitos Creditórios; c) caso seja deliberado em Assembleia Geral de Cotistas que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação; d) caso a Administradora deixe de convocar Assembleia Geral de Cotistas na hipótese de ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no Artigo 66; e) na hipótese de serem realizados pagamentos de resgate de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto neste Regulamento; f) renúncia da Administradora com a consequente não assunção de suas funções por uma nova instituição nos prazos previstos no Regulamento; e g) caso seja aprovado em Assembleia Geral de Cotistas a destituição ou substituição da Gestora.



---

**INFORMAÇÕES REGULATÓRIAS COMPLEMENTARES**

1. O Comitê de Classificação de Risco que decidiu pela afirmação da classificação de risco de crédito às Cotas Seniores (Cotas) do FIDC Lavoro V (Fundo) reuniu-se na sede da Austin Rating, no dia 20 de julho de 2017, compondo-se dos seguintes membros: Pablo Mantovani (Coordenador da Reunião de Comitê), Luis Miguel Santacreu (Analista Sênior) e Denise Esteves (Analista Pleno). Esta reunião de Comitê está registrada na ATA Nº 20170720-1
2. A classificação está contemplada na “Escala Nacional de Ratings de Crédito de Cotas de FIDCs”, disponível em: <http://www.austin.com.br/escalas>.
3. A classificação de risco de crédito decorre da utilização da metodologia genérica comumente aplicada por essa agência em suas classificações de Securitização de Recebíveis, disponível em: <http://www.austin.com.br/metodologias>.
4. Não é a primeira vez que a Austin Rating classifica esta espécie de ativo e seus ativos subjacentes. Essa agência já atribuiu anteriormente classificações de risco de crédito para Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – Não Padronizados.
5. As classificações de risco de crédito atribuídas pela Austin Rating estão sujeitas a diversas limitações, conforme descrito no final deste documento (*Disclaimers*). Particularmente no que diz respeito à classificação das Cotas do Fundo, a análise foi prejudicada pela ausência de auditoria externa independente sobre parte das informações enviadas e pela ausência de histórico do Fundo, fatores ponderados na classificação.
6. As fontes de informações foram consideradas confiáveis pela Austin Rating. Os analistas utilizaram informações provenientes das seguintes fontes: Finaxis Corretora (Administradora) e Lavoro Asset (Gestora e Agente de Cobrança).
7. As informações obtidas pela Austin Rating foram consideradas suficientes para a atribuição de uma classificação de risco de crédito. Dentre as informações utilizadas para esta análise, destacam-se a Regulamento do Fundo e informações sobre a Gestora, notadamente aquelas relativas à posição de sua carteira em diferentes datas.
8. As estimativas de inadimplência e níveis de perda do Fundo baseiam-se em metodologia própria, a qual considera as características de sua carteira atual e potencial e seu desempenho histórico e o desempenho de carteiras semelhantes disponíveis na base de dados da Austin Rating.
9. O nível de diligência da análise para o produto financeiro estruturado foi adequado ao padrão estabelecido pela Austin Rating. Foi realizada análise aprofundada sobre as informações recebidas acerca dos ativos subjacentes às Cotas classificadas do Fundo.
10. Após a atribuição da classificação final, esta será revisada e atualizada trimestralmente, conforme previsto no item VIII do artigo 34 da Instrução CVM nº356/2001. Até o 45º (quadragésimo quinto) dia após o encerramento do trimestre em análise, será divulgado Relatório de Monitoramento, contendo a opinião atualizada da Austin Rating sobre o risco de *default* do Fundo em relação às Cotas classificadas, por ele emitidas. A Austin Rating salienta que poderão ser realizadas ações de rating a qualquer tempo, inclusive no intervalo entre os monitoramentos trimestrais previstos.
11. A Austin Rating adota políticas e procedimentos que visam mitigar potenciais situações de conflitos de interesse que possam afetar o desempenho da atividade de classificação de risco e seus resultados. O presente processo de classificação de risco está isento de situações de potencial conflito de interesses, incluindo aquelas previstas na Instrução CVM Nº 521/2012.
12. A Austin Rating e as partes a ela relacionadas, incluindo empresas de controle comum, sócios e funcionários, não prestaram serviços adicionais ao serviço de classificação de risco para o Fundo, nem sequer para qualquer outra parte relacionada a este Fundo nos últimos 12 meses.
13. O serviço de classificação de risco das Cotas foi solicitado em nome do Fundo por partes a ele relacionadas. Desse modo, houve compensação financeira pela prestação do serviço.
14. A classificação foi comunicada ao Contratante e a outras partes ligadas ao Fundo, via e-mail, em 20 de julho de 2017. A versão original do relatório (Draft) foi enviada a essas partes, também via e-mail, na mesma data. Não foram realizadas alterações relevantes no conteúdo deste e nem tampouco promovida alteração na classificação atribuída inicialmente em razão dos comentários e observações realizados pelo contratante.
15. Este documento é um relatório de classificação de risco de crédito, para fins de atendimento ao que dispõe o artigo 16 da Instrução CVM Nº 521/2012.



**DISCLAIMERS/AVISOS LEGAIS**

**A AUSTIN RATING NÃO AUDITA AS INFORMAÇÕES UTILIZADAS PARA A ATRIBUIÇÃO DE UMA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DE CRÉDITO, NÃO LHE SENDO POSSÍVEL ATESTAR A VERACIDADE DAS MESMAS.** As classificações de atribuídas pela Austin Rating baseiam-se em informações consideradas suficientes para a emissão de uma classificação, sendo tais informações coletadas de fontes consideradas confiáveis e fidedignas. Essas informações, incluindo todo o tipo de informação confidencial, são analisadas na forma como são recebidas e, eventualmente, compiladas pelos analistas designados para a análise, tomando-se os devidos cuidados para que não haja alteração no sentido ou significado das mesmas. Não obstante os cuidados na obtenção, cruzamento e compilação da informação para efeitos da análise de rating, a Austin Rating não pode se responsabilizar pela veracidade de referidas informações. A Austin Rating utiliza todos os esforços para garantir o que considera como nível mínimo de qualidade da informação para que se proceda a atribuição dos seus ratings, fazendo, sempre que possível, a checagem dessas informações com outras fontes também confiáveis. Contudo, a Austin Rating não faz a auditoria de tais informações e nem sempre pode realizar a verificação ou confirmação das informações recebidas durante um processo de rating, não lhe sendo possível, desse modo, atestar a veracidade das mesmas.

**AS CLASSIFICAÇÕES DE RISCO DE CRÉDITO EMITIDAS PELA AUSTIN RATING, INCLUINDO AQUELA(S) EXPRESSA(S) NESTE DOCUMENTO, CONSISTEM EM OPINIÕES SOBRE A QUALIDADE DE CRÉDITO FUTURA DE UM EMISSOR E/OU EMISSÃO, E NÃO DEVEM SER ENTENDIDAS COMO SUGESTÕES, ACONSELHAMENTOS OU RECOMENDAÇÕES DE COMPRA, MANUTENÇÃO OU VENDA.** As opiniões e as eventuais simulações realizadas pela Austin Rating, incluindo aquelas dispostas neste relatório, constituem-se meramente no julgamento da Austin Rating acerca da capacidade e da vontade futuras de um emissor em honrar suas obrigações totais e/ou específicas, sendo tal julgamento expresso por meio de símbolos (letras), que consistem graduações dentro de escalas absoluta (global) ou relativa (nacional). A Austin Rating não utiliza nessas escalas as definições de "grau de investimento" e de "grau especulativo". Essa agência entende não caber a ela, mas sim aos agentes de mercado, a definição de quais graduações podem ser consideradas como "grau de investimento" e de "grau especulativo". A determinação de uma classificação de risco pela Austin Rating não consiste e não deve ser considerada como sugestão ou recomendação de investimento, manutenção ou desinvestimento. A Austin Rating não presta serviços de consultoria de investimento. **AS OPINIÕES EMITIDAS PELA AUSTIN RATING, INCLUSIVE AQUELAS CONTIDAS NESTE RELATÓRIO, NÃO DEVEM SUBSTITUIR A ANÁLISE E O JULGAMENTO PRÓPRIOS DOS USUÁRIOS DOS RATINGS, ESPECIALMENTE DOS INVESTIDORES.**

**AS CLASSIFICAÇÕES DE RISCO DE CRÉDITO DA AUSTIN RATING NÃO PRESSUPÕEM A CERTEZA DE FATOS.** As opiniões externadas pela Austin Rating em seus relatórios de classificação de risco referem-se à qualidade creditícia futura, incorporando determinadas suposições e previsões sobre eventos futuros que podem não se concretizar (tornarem-se fatos). Desse modo, a despeito de estarem baseadas em informações e fatos presumidamente verdadeiros, as classificações podem ser afetadas por acontecimentos futuros ou condições não previstas no momento de uma ação de rating.

**AS CLASSIFICAÇÕES DE RISCO DE CRÉDITO ATRIBUÍDAS PELA AUSTIN RATING SÃO OPINIÕES VÁLIDAS EXCLUSIVAMENTE PARA A DATA EM QUE SÃO EMITIDAS.** A Austin Rating possui mecanismos de vigilância apropriados e envia seus melhores esforços para que suas opiniões (ratings) estejam atualizadas, programando revisões com o menor intervalo de tempo possível entre elas e fazendo revisões não programadas sempre que de conhecimento de fato novo e relevante. Contudo, essa agência não pode assegurar que todas as informações, especialmente aquelas de caráter não público, estejam refletidas tempestivamente em suas classificações, ou que fatos supervenientes à emissão de uma determinada classificação de risco não afetem ou afetarão a classificação de risco. As classificações e demais opiniões que a sustentam refletem a percepção do Comitê de Classificação de Risco dessa agência exclusivamente na data em que as mesmas são emitidas (data de emissão de relatórios, informativos e outros documentos oficiais).

**OS RATINGS DE CRÉDITO EMITIDOS PELA AUSTIN RATING ESTÃO SUJEITOS A ALTERAÇÕES E PODEM, INCLUSIVE, SER SUSPENSOS DENTRO DE UM PRAZO DE VIGÊNCIA DE UM CONTRATO.** As classificações podem ser alteradas ou retiradas a qualquer momento e por diversas razões, de acordo com os critérios metodológicos da Austin Rating para o tipo de emissor / emissão classificado. Uma classificação pode ser suspensa e/ou a retirada nas hipóteses em que a Austin Rating identificar: (i) a ausência de informações fidedignas e/ou suficientes para a continuidade da análise, quando ainda há contrato comercial vigente; (ii) a existência de potencial conflito de interesses; e/ou (iii) a não existência e/ou não disponibilização de informações suficientes para realização de referida análise e emissão do rating.

**AS CLASSIFICAÇÕES DE RISCO DE CRÉDITO ATRIBUÍDAS PELA AUSTIN RATING NÃO DEVEM SER COMPARADAS A CLASSIFICAÇÕES ATRIBUÍDAS POR OUTRAS AGÊNCIAS CLASSIFICADORAS DE RISCO.** Em que pese a simbologia adotada pela Austin Rating seguir intencionalmente o padrão adotado pela maioria das agências classificadoras de risco atuantes sob a jurisdição local, suas classificações não devem ser diretamente comparadas às classificações de outras agências de rating, uma vez que suas definições de default e de recuperação após default e suas abordagens e critérios analíticos são próprios e diferem daqueles definidos e aplicados por outras agências.

**OS RATINGS DE CRÉDITO EMITIDOS PELA AUSTIN RATING NÃO CONSIDERAM O RISCO DE PERDA DERIVADO DE OUTROS RISCOS QUE NÃO O RISCO DE CRÉDITO, A NÃO SER QUE TAIS RISCOS SEJAM ESPECIFICAMENTE MENCIONADOS EM SEUS RELATÓRIOS E PARECERES FORMAIS.** Não obstante a Austin Rating dedicar-se a analisar e ponderar todos os riscos inerentes a um emissor e/ou emissão, incluindo riscos de natureza jurídica e moral, a fim de identificar seu impacto sobre o risco de crédito, as opiniões quanto aos riscos de mercado e liquidez de ativos classificados, por exemplo, não fazem parte do escopo da análise e, por isso, não são consideradas na classificação de risco de crédito. Caso solicitado pelo contratante, a Austin Rating pode fazer análises específicas quanto a riscos de mercado e liquidez de determinados ativos, sendo nesses casos referida avaliação sempre será segregada da análise do risco de crédito e identificada como tal.

**OS RATINGS E DEMAIS COMENTÁRIOS EMITIDOS PELA AUSTIN RATING, INCLUINDO AQUELES CONTIDOS NESTE DOCUMENTO, REFLETEM OPINIÕES DO COMITÊ DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DA AUSTIN RATING, E NÃO A OPINIÃO DE UM INDIVÍDUO OU DE UM GRUPO DE INDIVÍDUOS INDISTINTO.** As decisões sobre classificações de risco de crédito são tomadas por um Comitê de Classificação de Risco, seguindo metodologias e critérios padronizados para cada tipo de emissor e/ou emissão. Em seus relatórios, informativos e outros documentos oficiais com opiniões de crédito, a Austin Rating divulga os nomes de analistas e membros do Comitê de Classificação de Risco com a finalidade de cumprimento ao disposto no Item I do Artigo 16 da Instrução CVM 521/2012, assim como com o objetivo de favorecer a comunicação com os contratantes, investidores e demais usuários de seus ratings, exclusivamente no que diz respeito a dúvidas e comentários ligados a assuntos analíticos decorrentes da leitura e do entendimento de seus relatórios e pareceres formais por essas partes. Não obstante a existência de um canal aberto com os analistas, estes estão orientados a não comentarem sobre os ratings emitidos e a não emitirem opiniões pessoais acerca dos riscos, sendo que, caso o façam, tais comentários e opiniões jamais devem ser entendidos como a opinião da Austin Rating. Do mesmo modo, os analistas e demais colaboradores identificados neste relatório, embora estejam diretamente envolvidos no processo de análise, não são os únicos responsáveis pelas opiniões e, portanto, não devem ser responsabilizados individualmente por qualquer erro ou omissão eventualmente observados neste, nem tampouco pela classificação atribuída.

**A AUSTIN RATING NÃO ASSESSORA E/OU PARTICIPA DE PROCESSOS DE COLOCAÇÃO E DE DISTRIBUIÇÃO E NEM PARTICIPA DE "ROAD SHOWS" PARA A VENDA DE ATIVOS POR ELA CLASSIFICADOS E, AINDA, SEUS RELATÓRIOS NÃO DEVEM, EM NENHUMA CIRCUNSTÂNCIA, SUBSTITUIR OS PROSPECTOS E OUTROS DOCUMENTOS, OBRIGATÓRIOS POR LEI OU NÃO, RELACIONADOS A UMA EMISSÃO.**

**EM NENHUMA HIPÓTESE E SOB NENHUMA CIRCUNSTÂNCIA, A AUSTIN RATING E/OU SEUS SÓCIOS, DIRETORES E DEMAIS COLABORADORES DEVEM SER RESPONSABILIZADOS DE QUALQUER FORMA, DIRETA OU INDIRETAMENTE, POR DANOS DE QUALQUER ORDEM E NATUREZA, INCLUINDO, PORÉM NÃO LIMITANDO-SE À PERDA DE LUCROS E RENDIMENTOS E CUSTOS DE OPORTUNIDADE QUE SEJAM DECORRENTES DO INVESTIMENTO EM EMISSORES E OU TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS POR ESSES EMITIDOS QUE MANTENHAM OU TENHAM MANTIDO A QUALQUER TEMPO CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DE CRÉDITO DEFINITIVA OU PRELIMINAR PELA AUSTIN RATING, INCLUINDO A(S) CLASSIFICAÇÃO(ÕES) EXPLICITA(S) NESTE DOCUMENTO. DO MESMO MODO, A AUSTIN RATING SE ISENTA DE TODO E QUALQUER TIPO DE DANO OCASIONADO A TERCEIROS POR QUALQUER OUTRO TIPO DE CONTEÚDO PUBLICADO EM SEUS RELATÓRIOS E INFORMATIVOS E EM SEU WEBSITE, BEM COMO POR AQUELES DECORRENTES DE ATRASO NA DIVULGAÇÃO DE OPINIÕES ATUALIZADAS.**

© 2017 Austin Rating Serviços Financeiros Ltda. (Austin Rating). Todos os direitos reservados. **TODAS AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE DOCUMENTO SÃO PROTEGIDAS POR LEI. NENHUMA PARTE DESTA DOCUMENTO PODERÁ SER COPIADA, REPRODUZIDA, REEDITADA, TRANSMITIDA, DIVULGADA, REDISTRIBUÍDA, REVENDIDA OU ARMAZENADA PARA USO SUBSEQUENTE PARA QUALQUER FIM, NO TODO OU EM PARTE, EM QUALQUER FORMA OU POR QUALQUER MEIO QUE SEJA, ELETRÔNICO OU MECÂNICO, INCLUINDO FOTOCÓPIA, GRAVAÇÃO OU QUALQUER OUTRO TIPO DE SISTEMA DE ARMAZENAMENTO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, E POR QUALQUER PESSOA SEM PRÉVIO CONSENTIMENTO POR ESCRITO DA AUSTIN RATING.**